

# A NÁLISE.

ISSN: 1519-0846

[Sobre a revista](#)  
[Apresentação e editorial](#)  
[Última edição](#)  
[Edições anteriores](#)  
[Normas](#)  
[Chamada de trabalhos](#)  
[Contato](#)

Revista de Estudos  
sobre as áreas de  
Ciências Contábeis,  
Ciências Econômicas e  
Administração - Centro  
Universitário Padre  
Anchieta Jundiaí/SP

The logo for UNIANCHIETA, featuring the name in a stylized, blue, outlined font with a white fill, set against a dark background with a grid pattern.

FICHA TÉCNICA

**Revista Análise**  
**ISSN 1519-0846**  
**v.15, n. 1, jan./jun. 2020**

Editora:  
**UNIANCHIETA**

Prof. Me. João Antonio de Vasconcellos  
**Diretor Acadêmico**

Prof. Ma. Márcia Adriana da Silveira  
**Coordenadora**

Prof. Me. Paulo Daniel e Silva  
**Coordenador da Revista Análise**

## **Equipe Editorial**

### **Editor/Coordenador**

Prof. Me. Paulo Daniel e Silva

### **Conselho Editorial Interno**

Me. Alexandre Cacozzi

Dr. Cristiano Monteiro Silva

Ma. Flaviana de Cássia M. Biffi

Ma. Helena Torres Meirelles

Ma. Márcia Adriana da Silveira

Me. Mauro Sérgio Righi

Me. Paulo Daniel e Silva

### **Conselho Editorial Externo (Consultores)**

Me. Adauto Roberto Ribeiro (PUC-CAMPINAS)

Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho (PUC-CAMPINAS)

Dr. Junior Ruiz Garcia (PUC-CAMPINAS)

Dr. Reinaldo Gomes da Silva (EEP-Piracicaba)

Dr. Cristiano França da Cunha (UNIMEP)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>05</b>
--------------------------	-----------

<b>Fundos Multimercado Macro: Um estudo multicaso sobre os processos de tomada de decisão dos gestores.....</b>	<b>06</b>
---	-----------

*Marcelo Stuhlberger*  
*Rodolfo L. de Faria Olivo*  
*George André Willrich Sales*  
*Fabiana Lopes da Silva*

<b>A relevância dos índices econômico-financeiros como instrumento de análise para tomada de decisão: Estudo de caso comparativo entre empresas de construção civil.....</b>	<b>30</b>
--	-----------

*Débora Evelyn Silva*  
*Marcelo Cardoso de Azevedo*  
*Vanessa Estrela da Silva*

<b>Economia e ambiente.....</b>	<b>49</b>
---------------------------------	-----------

*Adauto Roberto Ribeiro*

<b>Concepção periférica latino-americana: A influencia econômica chinesa na América Latina.....</b>	<b>68</b>
---	-----------

*Mônica Ricardo de Vasconcelos Andrade*

<b>Origem e contemporaneidade do pensamento estruturalista latino-americano na concepção Centro-Periferia.....</b>	<b>85</b>
--	-----------

*Yara Medori Szlachka*

<b>Resenha – A escassez na abundância capitalista.....</b>	<b>107</b>
--	------------

*Paulo Daniel e Silva*

## APRESENTAÇÃO

Este número inicia-se, com o artigo *Fundos Multimercado Macro: Um estudo multicaso sobre os processos de tomada de decisão dos gestores* na qual aborda os resultados obtidos do poder de decisão de gestores e a confiança de seus clientes no gerenciamento dos respectivos fundos.

Em seguida, o artigo *A relevância dos índices econômico-financeiros como instrumentos de análise para tomada de decisão: Estudo de caso comparativo entre empresas de construção civil* tem como objetivo avaliar o desempenho econômico e financeiro de empresas do setor da construção civil brasileira, buscando gerar informações eficientes como suporte à tomada de decisão dos respectivos usuários.

O artigo *Economia e ambiente* aborda a relação entre o sistema de economia de mercado e a crise ambiental que vem se acentuando nas últimas décadas.

Na sequência, o artigo *A Concepção periférica latino-americana: A influência econômica chinesa na América Latina* demonstra através do pensamento estruturalista, a influência chinesa nos países latino-americanos, apresentando a condição periférica nas relações comerciais entre a América Latina e a China.

Em *Origem e contemporaneidade do pensamento estruturalista latino-americano na concepção Centro-Periferia* analisa a dinâmica centro-periferia, base formadora do pensamento estruturalista e sua essencialidade na compreensão das razões do subdesenvolvimento latino-americano, históricas e contemporâneas.

Por fim, a *resenha do Livro (A escassez na abundância capitalista)* de autoria dos professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, contribui sobre o entendimento e a significação da economia, particularmente da economia política e desnuda as falácias do discurso econômico ortodoxo.

Boa Leitura!

**Revista Análise**

Análise, Jundiaí, v.15, n.1, jan-jun 2020

# FUNDOS MULTIMERCADO MACRO: UM ESTUDO MULTICASO SOBRE OS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO DOS GESTORES

STUHLBERGER, Marcelo.<sup>1</sup>

OLIVO, Rodolfo Leandro de Faria.<sup>2</sup>

SALES, George André Willrich.<sup>3</sup>

SILVA, Fabiana Lopes da.<sup>4</sup>

## RESUMO

O processo de seleção de ativos financeiros por gestores de fundos de investimento multimercado macro é verificado à luz de teorias econômicas relevantes. O presente estudo testa 6 fundos que respondem por expressivo percentual do volume de recursos da indústria. Os resultados obtidos sugerem que a figura do gestor concentra não somente o poder de decisão na seleção de ativos bem como a confiança dos clientes; algumas teorias econômicas de finanças neoclássicas são utilizadas, mas também novas teorias comportamentais de forma a mesclar estratégias quantitativas e qualitativas na seleção de ativos financeiros.

**Palavras-chave:** Fundos multimercado macro; Processo de seleção de ativos financeiros; Gestores; Teorias econômicas.

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Faculdade FIA de Administração e Negócios.

<sup>2</sup> Doutor em administração pela FEA/USP. Professor da Unianchieta e da FIA – Fundação Instituto de Administração.

<sup>3</sup> Doutor em administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor da Fipecafi.

<sup>4</sup> Doutora em ciências contábeis pela FEA/USP. Professora da Fipecafi.

## **1.1 Contextualização**

### **1.1.1 Os fundos de investimentos**

Existem diversos tipos de investimento que uma pessoa física ou mesmo jurídica podem realizar. Estas podem investir em ouro, ações, obras de arte, cavalos puro sangue, imóveis, dentre um grande leque de opções de investimentos. Uma destas alternativas são os fundos de investimentos.

Um fundo de investimento é um condomínio que reúne recursos financeiros de um conjunto de investidores, chamados cotistas, com o objetivo de obter ganhos financeiros. O conjunto dos ativos financeiros e/ou derivativos financeiros que compõe a carteira de investimentos são escolhidos por um gestor. Em uma metáfora com um edifício, da mesma forma que os moradores têm dificuldade em administrar os funcionários, materiais de limpeza, contratos de manutenção de elevadores, segurança patrimonial, e então contratam uma empresa para realizar estes serviços, a administradora do condomínio, os cotistas do fundo de investimentos contratam um gestor, pois tem dificuldades em administrar seus ativos. Assim, investidores que têm pouco conhecimento sobre investimentos procuram uma empresa à qual confiam seus recursos financeiros.

Esse artigo pesquisa fundos de investimentos multimercados macro, que serão melhor explicados na seção 2. Para facilidade do leitor apresentam-se alguns tipos de fundos de investimentos:

i) Fundos de Ações: busca-se o retorno através de investimentos em ações. Existe um percentual mínimo dos recursos a ser investidos nestas.

ii) Fundos Referenciados DI: busca-se o retorno através de investimentos (95 % no mínimo dos recursos) em títulos que busquem acompanhar as variações do CDI. A taxa de juros CDI será melhor explicada no item 1.2.1.

iii) Fundos Multimercados: busca-se o retorno através de investimentos em diversos mercados, podendo incluir derivativos. Operações alavancadas são permitidas.

A fim de orientar os esforços deste trabalho, o problema de pesquisa pode ser resumido, assim, na seguinte indagação: “Como é o processo decisório de alocação dos ativos dos gestores dos fundos multimercado macro?”

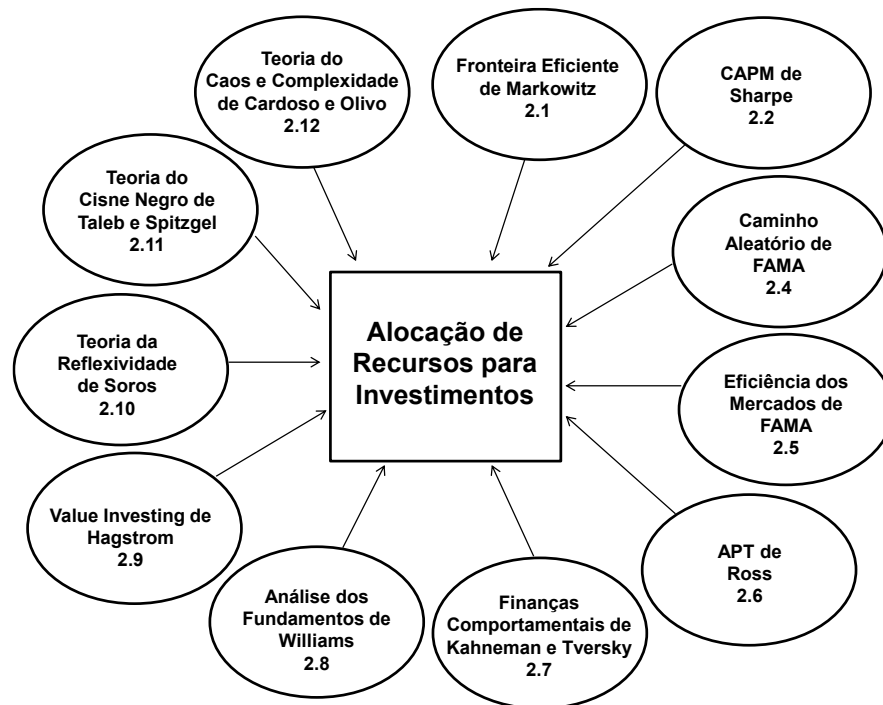
O referido processo decisório foi estudado à luz das teorias econômicas e financeiras que visam explicar as estratégias de alocação de ativos.

Uma vez que o objetivo da presente pesquisa consiste em entender o “como” e “porque” do processo decisório dos gestores dos fundos multimercado, o método que melhor permite esta exploração é o estudo multicaso, o qual foi adotado neste trabalho.

## 2. Referencial Teórico

Nessa seção serão apresentados alguns dos mais conceituados autores que tratam da alocação de recursos para investimentos, sendo alguns, inclusive, laureados com o prêmio Nobel de Economia.

A figura 1 abaixo destaca de forma esquemática as principais teorias e autores que serão melhores explorados nesta seção.



**Figura 1** – Principais autores e teorias de alocação de recursos para investimentos

**Fonte:** Elaborado pelos autores

**Tabela 1** – Teorias Econômicas

TÍTULO	ANO	AUTOR
PORTFOLIO SELECTION	1952	MARKOWITZ, H.
CAPM	1964	SHARPE, W.
RANDOM WALK	1965	FAMA, F. E.
EFFICIENT MARKETS	1970	FAMA, F. E.



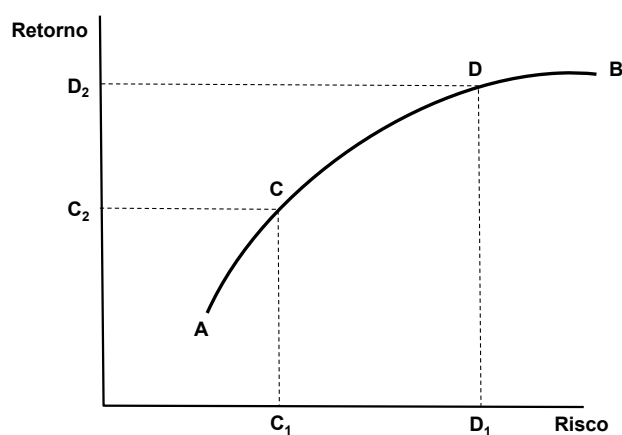
APT	1976	ROSS, S.
DECISION UNDER RISK	1979	KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A.
ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS	1938	WILLIAMS, B., J.
VALUE INVESTING	1997	HAGSTROM, G. R.
TEORIA DA REFLEXIVIDADE	2013	SOROS, G.
TEORIA DO CISNE NEGRO	2015	TALEB, N; SPITZNAGEL, M.
TEORIA DO CAOS E COMPLEXIDADE	2005	CARDOSO, O. O.; OLIVO, RLF.

**Fonte:** Elaborado pelos autores

## 2.1 Fronteira Eficiente de Markowitz

Teoria desenvolvida por Markowitz (1952) trata da relação risco e retorno na seleção de ativos para compor uma carteira de investimentos. Foi um avanço na teoria de investimentos, conhecida como “Teoria das Carteiras” por ser o primeiro trabalho a lidar com a relação risco retorno de ativos de maneira otimizada. Utiliza, para mensurar risco de um ativo, o conceito da variância dos retornos diários.

Os ativos que existem em uma economia de uma nação, sejam ativos financeiros como ações de empresas, ou ativos não financeiros como imóveis, todos apresentam retorno e risco, e foi desenvolvido um modelo matemático de otimização para determinar as melhores relações risco e retorno. A partir deste conjunto de dado foi elaborada a figura 3 abaixo.



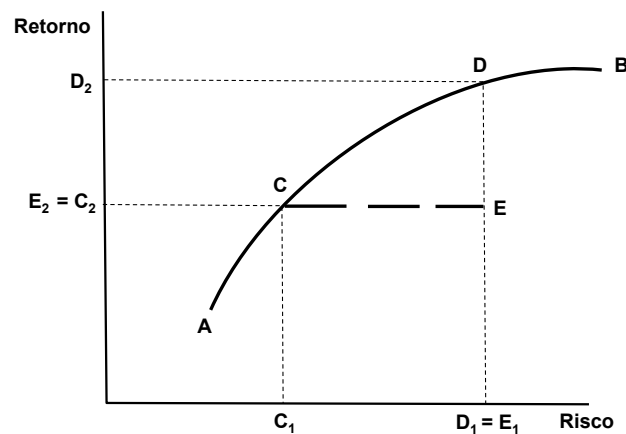
**Figura 2 – A Fronteira Eficiente**

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Nesta figura o ponto C representa um ativo que têm retorno  $C_2$  e risco  $C_1$ , o ponto D representa outro ativo que têm retorno  $D_2$  e risco  $D_1$ .

Todos ativos estão incluídos na linha AB e em todo conteúdo da área abaixo desta, que representa a linha da fronteira eficiente. Um investidor que deseje um retorno  $C_2$  deve,

obrigatoriamente, selecionar o ativo financeiro C. Caso escolhesse o ativo D obteria um retorno diferente. Na figura 4 abaixo nota-se o ativo E que está localizado abaixo do ativo D, com retorno igual ao do ativo C, mas com risco igual ao ativo D. Este ativo E não pertence à fronteira eficiente. Não faz sentido comprar o ativo E, pois apresenta retorno igual ao do ativo C e risco muito superior. Este é o conceito de dominância, que então explica que a linha AB é a solução ótima para selecionar ativos.



**Figura 3 – Dominância**  
**Fonte:** Elaborado pelos autores

Um investidor que tenha maior aversão a risco então seleciona o ativo C, já outro que tenha maior gosto por risco seleciona o ativo D. Desta maneira Markowitz incluiu em uma mesma teoria os conceitos de risco e retorno, dominância e gosto ou aversão ao risco.

## 2.2 Teoria CAPM (*Capital Assets Pricing Method*)

Teoria desenvolvida por Sharpe (1964), trata de prever o comportamento do mercado de capitais em condições de risco. O título CAPM significa *Capital Assets Pricing Theory* e assim é apresentado na literatura, não é utilizada tradução para a língua portuguesa.

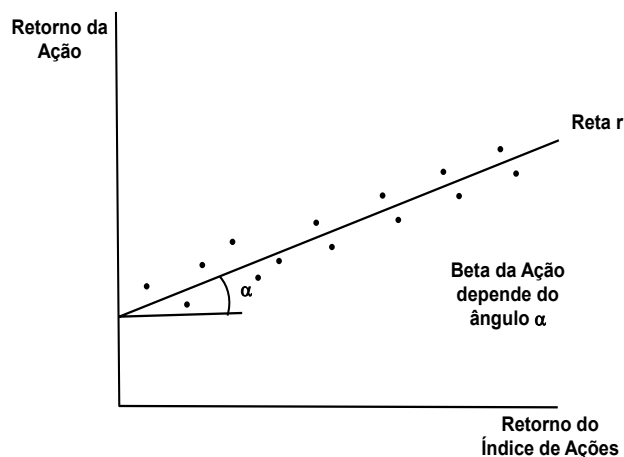
Segundo esta teoria existe um prêmio de risco que o mercado de capitais apresenta em relação ao investimento no ativo sem risco. O ativo sem risco é aquele que têm retorno certo, sua variância é igual a zero. Investir em outros ativos o retorno será superior, porém sua variância não será zero. Como esta teoria foi desenvolvida e testada utilizando dados do mercado de ações norte americano, onde os setores da economia têm empresas com ações negociadas em bolsas de valores, então Sharpe (1964) desenvolve o conceito da carteira de

mercado, que é representado por um índice de ações de uma bolsa de valores. O retorno e variância deste índice de ações representa o investimento mais diversificado possível, onde a variância será a menor possível.

O risco de se investir em uma única ação de uma empresa apresentará, segundo a teoria dois tipos de riscos distintos:

- i) risco individual que representa a empresa e o setor da economia;
- ii) risco sistemático representado pela variância do índice de ações da carteira de mercado.

O risco total ao investir-se em ações de uma empresa depende destes dois distintos riscos supracitados. A maneira de ligar o risco individual desta ação ao risco do índice de ações é representado pelo beta da ação, resultante da tangente do ângulo formado pela reta de correlação linear entre os retornos da ação e do índice de ações. A teoria então trata o risco individual como um número, o beta da ação, que têm relação linear com o retorno do índice de ações. Assim, a título de ilustração, se este índice subir 10% em um ano, e esta ação tiver beta igual a 1,2 então a ação subirá  $1,2 \cdot 10 = 12\%$  ao ano. A figura 5 abaixo mostra a regressão linear entre os retornos da ação e do índice de ações.



**Figura 4** – Reta de regressão Linear

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A reta de regressão linear (reta r) explica o retorno da ação conhecendo-se o retorno do índice de ações. O beta da ação depende do ângulo alfa da reta de regressão. Ao teorizar e validar a existência deste único fator, Sharpe (1964) trata o risco individual de uma empresa como sendo linearmente dependente do risco do índice de ações.

Na teoria CAPM o retorno de uma ação é obtido utilizando-se três componentes: o coeficiente Beta, o retorno do Índice de Ações e o retorno do ativo sem risco. O retorno de uma ação é uma função linear que depende destes três componentes.

Sejam:

B=beta da ação

RM=retorno do mercado (índice de ações)

RSR=retorno do ativo sem risco

Ra=retorno da ação

Então:

$$Ra = RSR + B * (RM - RSR)$$

Esta equação representa um conceito importante da teoria CAPM, que um investidor ao comprar ações de uma empresa deseja obter um retorno total maior que o retorno do ativo sem risco acrescido de um prêmio. Também significa que ao investir um valor igual a I, existirão os valores  $I_1 < I$  e  $I_2 < I$  que são respectivamente investidos no ativo sem risco e no índice de ações.

### 2.3 Índice de SHARPE

Sharpe (1966) estuda a performance de fundos de investimentos, e propõe uma métrica bastante simples para este propósito. O Índice de Sharpe é um número que representa a performance de um investimento. É calculado da maneira abaixo:

Sejam:

DP= desvio padrão dos retornos de um ativo

Ra = retorno do ativo

RSR=retorno do ativo sem risco

IS=índice de Sharpe

$$\text{Índice de Sharpe} = \frac{(Ra - RSR)}{DP}$$

Investimentos com índice de Sharpe  $> 1$  significam que o ativo rendeu além do retorno do ativo sem risco um prêmio adicional ponderado pelo risco, o desvio padrão. Este investimento supera seu risco e também supera o retorno do ativo sem risco. Também pode ser definido como o excesso de retorno ponderado pelo risco.

## 2.4 Teorias sobre Formação dos Preços de Ativos de Mercados de Capitais

As três teorias de séries históricas de comportamento de preços mais encontradas na literatura são: modelo do jogo honesto, processo submartingal e caminho aleatório. Os principais autores são: Kendall (1953), Samuelson e Mandelbrot (1965) e Fama (1965).

O preço futuro de um ativo terá comportamento aleatório, porém existe um retorno esperado e também um desvio padrão conhecido. Preços próximos à tendência dada pela projeção do retorno serão mais prováveis que preços superiores ou inferiores.

## 2.5 Hipóteses da Eficiência dos Mercados

Teoria desenvolvida por Fama (1970) trata de testar a eficiência dos mercados de capitais. O conceito de eficiência é definido, em livre tradução do autor desta dissertação:

*“A principal função do mercado de capitais é a alocação de investimentos dos detentores de capital. Em termos gerais, o ideal é um mercado no qual os preços forneçam sinais precisos para a alocação de recursos: isto é, um mercado no qual as empresas podem tomar decisões de investimentos e produção, e investidores podem escolher ativos que representem a propriedade das atividades da empresa com a assunção que os preços destes ativos reflitam a qualquer momento todas as informações disponíveis. Um mercado no qual os preços sempre reflitam as informações disponíveis é chamado de eficiente.”*

Fama (1970) estuda como se ajustam os preços dos ativos para três relevantes subconjuntos de informações que são:

- a) A forma fraca de eficiência, onde o subconjunto de informações é somente o histórico dos preços. Utilizando este subconjunto de informações a decisão de comprar ou vender ações depende exclusivamente do histórico passado.
- b) A forma semiforte de eficiência, onde o subconjunto de informações inclui novas informações relevantes, e os preços devem se ajustar rapidamente e de forma eficiente.

Utilizando este subconjunto de informações a decisão de comprar ou vender ações depende do histórico passado e das novas informações de domínio público.

- c) A forma forte de eficiência, onde o subconjunto de informações inclui a possibilidade de investidores ou grupo de investidores terem acesso à informações monopolísticas relevantes para a formação dos preços. Utilizando este subconjunto de informações a decisão de comprar ou vender ações depende do histórico passado, novas informações de domínio público e todas as outras informações monopolísticas.

Para estudar estes três subconjuntos de informações são necessários que exista um modelo para a formação dos preços, entretanto existe mais de uma teoria sobre esta questão. Para resolver este problema o trabalho de Fama (1970) trata o modelo para a formação dos preços dos ativos apresentando características que sintetizam as teorias existentes:

- a) os preços são variáveis aleatórias;
- b) o retorno de um período (um dia, uma semana) é uma variável aleatória cuja função densidade de probabilidade é conhecida;
- c) sempre existe uma função que reflete todas as informações dos preços dos ativos em cada momento.

O resultado das três características supracitadas não define o retorno esperado, somente garante que a formação dos preços reflitam as informações disponíveis. Fama (1970) demonstra que a noção de eficiência dos mercados não pode ser rejeitada sem também rejeitar a existência de um modelo de equilíbrio do mercado no qual exista um mecanismo de formação dos preços.

## **2.6 Teoria da Arbitragem de Preços (*Arbitrage Pricing Theory, APT*)**

Teoria desenvolvida por Ross (1976). Trata-se de uma teoria das carteiras de investimento que pode ser considerada uma extensão do modelo CAPM de Sharpe (1966).

No modelo CAPM existe apenas um fator, o beta das ações, para explicar o retorno esperado. Já o modelo APT utiliza um conjunto de mais de um beta, e também um número de fatores macroeconômicos ou índices de mercado. Para cada beta está associado um fator

macroeconômico ou índice de mercado. Calcula-se o retorno esperado de um ativo, e na sequência deve-se estimar o preço do ativo para o final do período desejado. É necessário estimar os fluxos de caixa futuros para o prazo desejado. Na sequência conhecendo-se o preço para a data futura desconta-se a valor presente pela taxa de retorno fornecida pelo modelo.

Caso o preço obtido seja diferente do preço praticado no mercado à vista será possível então realizar uma operação de arbitragem, e desta forma os preços no mercado à vista devem ser corrigidos e convergir para o valor justo.

## 2.7 Finanças Comportamentais

Estudos desenvolvidos por Kahneman e Tversky (1979) apresentam críticas às teorias do valor esperado como sendo um modelo de tomada de decisões em condições de risco. Desenvolveu um modelo alternativo, chamado *Prospect Theory*, em tradução livre do autor desta dissertação Teoria da Verossemelhança da Ocorrência de Eventos Futuros. Tomar decisões à luz desta nova teoria apresenta diversos efeitos indesejados que são inconsistentes com as premissas das teorias do valor esperado e das teorias de utilidade. Em particular as pessoas ponderam a menor os resultados obtidos através da certeza.

Esta tendência, chamada “O Efeito da Certeza“, contribui para a aversão ao risco em decisões envolvendo ganhos certos e gosto pelo risco em decisões que implicam em prejuízo certo. Outra tendência apontada é o chamado “Efeito do Isolamento”, que leva a inconsistências nas preferências quando a mesma escolha é apresentada de formas distintas. Algumas características apontadas por Kahneman e Tversky (1979) são as pessoas terem a tendência de acreditar em lucros futuros quando no momento estão tendo prejuízos, que pode ser sintetizado como “ser corajoso no prejuízo”, acreditar em lucros futuros mesmo que não existam motivos para esta crença; outra tendência das pessoas é realizar lucros rapidamente pois sua decisão é influenciada por outros motivos desconectados ao investimento realizado, e pode ser sintetizado por “a covardia nos lucros”.

A *Prospect Theory* trabalha com duas etapas: o estágio da preparação e o estágio da avaliação. Cada um destes dois estágios é explicado detalhadamente, bem como seus mecanismos.

O trabalho de Kahneman e Tversky é pioneiro em explicar que as pessoas acreditam tomar decisões racionais, e sem saber existe um erro sistemático em seus processos de tomada de decisão. O estudo da influência de aspectos psicológicos no comportamento das pessoas é

bem mais antigo. Autores como Adam Smith já teorizava sobre influências psicológicas, e muitos outros estudos foram desenvolvidos. Para citar alguns: Jeremy Bentham sobre os fundamentos psicológicos da utilidade; economistas neoclássicos tais como Vilfredo Pareto e Irving Fisher; no século XX Gabriel Tarde, George Katona, Lazlo Garai. Em 1953 Maurice Allais ganha o prêmio Nobel de economia por seu trabalho do Paradoxo de Allais, onde mostra contradições com as teorias da utilidade em um problema de tomada de decisão.

Nos anos 60 a psicologia cognitiva começou a trabalhar com um modelo do cérebro humano como um equipamento que processa informações. Finanças comportamentais passa a adquirir caráter científico. Kahneman e Tversky publicaram em 1992 revisões de sua *Prospect Theory*. De modo geral esta área de pesquisa estuda os efeitos psicológicos, sociais, cognitivos e emocionais em decisões de investimentos, que traz impacto nos preços de mercado, nos retornos obtidos e na alocação de recursos. Finanças comportamentais lida com psicologia, neurociência e teorias microeconômicas.

Daniel Kahneman também publicou um livro, em português “Rápido e Devagar – Duas Formas de Pensar” onde mostra as duas formas que controlam a nossa mente: O rápido explicado pelo pensamento intuitivo e emocional, o Devagar é o lógico e ponderado.

## **2.8 Análise dos Fundamentos**

Reconhecido como fundador e desenvolvedor da análise dos fundamentos bem como pioneiro da análise de ações pelo seu valor intrínseco, John B. Williams em sua obra *Theory of Investment Value* (1938) foi a pioneira em utilizar o conceito de fluxo de caixa descontado bem como o pioneiro em utilizar a teoria do fluxo de caixa descontado na valoração de ações, e em particular valoração por dividendos. Também Benjamin Graham deu importante contribuição ao desenvolver e lecionar o *Value Investing*, e sua obra *Intelligent Investor* (1949) é referência nesta área das finanças. Da mesma maneira a obra de Philippe Fisher, *Common Stocks and Uncommon Profits* (1958) é uma técnica de analisar empresas que desde sua primeira publicação é uma referência em análise de fundamentos. Com a passagem do tempo a análise dos fundamentos passa a estudar fatores macroeconômicos e setoriais, políticas fiscais, monetárias e cambiais. Desta maneira torna-se uma escola de análise dos fundamentos econômicos, no qual um cenário base é desenvolvido e deste derivam setores da economia que apresentarão retornos expressivos. A seleção de empresas dentro de cada setor é avaliada pelo preço-alvo calculado para as ações das empresas. Outras análises podem



indicar ser interessante investir em moedas ou juros. Decisões à luz deste método exigem tempo e paciência por parte dos investidores, pois estes ao desenvolver o cenário base trabalham com a hipótese dos preços dos ativos ainda não terem se ajustado às informações que suas análises concluíram.

## **2.9 Value Investing**

Utilizada por Warren Buffet entre outros, segundo Hagstrom (1997) e Martin e Puthenputackal (2008) consiste em estudar a fundo a operação de uma empresa, seu valor e o valor de suas ações. Os estudos envolvem todas as áreas da empresa, e não se preocupa com cenários de curto prazo. Para Buffet não se compram ações, compra-se uma empresa. Ao estudar os efeitos na vida de uma empresa sujeita a cenários econômicos incertos avalia-se a capacidade da empresa em criar valor. O valor das ações será um número de múltiplos do LAJIDA (Lucros ante de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações). O prazo de investimento é sempre longo. Trata-se então de selecionar empresas que o mercado está precificando incorretamente, abaixo do valor esperado, mas a prazos longos.

## **2.10 Teoria da reflexividade**

Desenvolvida e utilizada nas ciências humanas, é aplicada por George Soros (2013). Soros é operador de *hedge funds* cuja principal característica é buscar altos retornos em prazos mais curtos. Para este objetivo buscam ativos cujo valor esteja incorretamente precificado mas o prazo para os mercados perceberem a incorreta precificação é mais curto do que investidores que trabalham com *Value Investing*. A teoria da reflexividade afirma que a percepção sobre os fundamentos afetam os próprios, e irão refletir nos preços. Antecipar a compra ou venda de ativos quando entender que identificou um movimento futuro nos preços por motivo dos fundamentos que irão influenciar os próprios. Esta prática propicia lucro pois os participantes do mercado ainda não perceberam as futuras mudanças nos fundamentos. Então a reflexividade entra em ação e os preços irão movimentar-se.

## **2.11 Teoria do Cisne Negro (excesso de volatilidade)**

As teorias de Markowitz e Sharpe consideram o risco e o retorno de ações conhecido no longo prazo. Assim a seleção de ativos depende exclusivamente do risco desejado pelo investidor. Para maiores riscos deve-se obter maiores retornos. Para Taleb (2015) e Spitznagel

(2013) não se conhecem de fato o risco e o retorno dos ativos, muito menos a ocorrência caudal (*event-risk*). Então a carteira de investimentos deve conter ativos ou derivativos que a tornem assimétrica quando de retornos anormais. Desta maneira protege-se a carteira de eventos de retornos negativos anormais e permite ganhos quando da ocorrência de retornos positivos anormais.

## **2.12 Teoria do Caos e Complexidade**

Caos e complexidade são fenômenos que ocorrem em todos os sistemas. Um sistema pode ser a atmosfera e fenômenos meteorológicos, o corpo humano, a economia de uma nação, uma empresa. Segundo [universal-ratings.com](http://universal-ratings.com) (2017) e Cardoso e Olivo (2005) todos os sistemas apresentam um grau de complexidade que mede a incerteza do próprio. O cálculo da complexidade de um sistema envolve conceitos de entropia da física. Fenômenos complexos são aqueles cujo resultado pode tornar-se imprevisível. Se ultrapassar um grau de complexidade limite um sistema torna-se caótico, e então os resultados são imprevisíveis. Os fenômenos das bolhas nos mercados de ações são um bom exemplo do que acontece com um sistema cuja complexidade torna-se tão alta que o sistema torna-se caótico. Os estudos de caos e complexidade em finanças têm por objetivo selecionar carteiras de investimento com uma mínima covariância. A covariância e o risco são calculados por métricas diferentes das utilizadas em modelos de gestão de risco. Ao minimizar a covariância de uma carteira de investimentos por métricas não tradicionais o investidor estará minimizando o risco de ocorrer fenômenos de retornos caóticos na carteira.

## **3. Método de Pesquisa**

Tendo em vista as questões de pesquisa deste trabalho acerca do processo de tomada de decisão de gestores de fundos multimercado macro, percebe-se que o método mais adequado à presente pesquisa deve ser o estudo de caso múltiplo. Tal método é qualitativo, como defendido anteriormente e permite analisar fenômenos de mais de uma característica dominante sobre os processos de tomada de decisão de gestores dos supracitados fundos de investimento.

O estudo de caso é definido por Yin (2001, p.32) como um método de pesquisa com três características principais:

- a) ser uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, no qual os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos;
- b) enfrentar uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais pontos de interesse do que fontes de dados, exigindo triangulações de evidências;
- c) beneficiar-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados.

Deste modo, considerando-se as questões de pesquisa deste trabalho a relevância do modelo proposto e a análise de suas características, a utilização do método de estudo de caso é bastante adequada à definição de Yin (2001, p.32), na medida em que:

- (i) a pesquisa proposta investiga empiricamente o processo de tomada de decisão de gestores de fundos de investimento multimercado Macro, sendo um fenômeno dentro do contexto da vida real, como defendido no item (a). O processo de tomada de decisão é influenciado pela experiência dos gestores, logo os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, também conforme item (a);
- (ii) a pesquisa beneficia-se das teorias econômicas apresentadas no capítulo 2 deste trabalho, em concordância com o item (c).

Nesta pesquisa os estudos de casos múltiplos devem seguir a lógica da replicação e não da amostragem. Esta lógica seria a mesma dos experimentos múltiplos e cada caso deve servir a um propósito específico dentro do escopo global da pesquisa (YIN, 2001, p.68). Ainda de acordo com o autor existem dois tipos possíveis de replicações:

- a) *Replicação literal*: os casos estudados devem apresentar os mesmos resultados;
- b) *Replicação teórica*: os casos apresentam resultados contrastantes apenas por razões previsíveis.

Neste trabalho optou-se pelo método de casos múltiplos envolvendo seis gestores de fundos multimercado Macro. O objetivo desta escolha foi buscar obter replicação teórica dos resultados. Assim, a presente pesquisa consiste em um estudo de casos múltiplos, no qual se

busca analisar os processos de tomada de decisão dos gestores de fundos multimercado Macro.

Os gestores foram selecionados por sua relevância do percentual da indústria onde atuam, e a disponibilidade para participar desta pesquisa.

Os dados coletados serão estudados por meio da abordagem de correspondência ou não correspondência com o referencial teórico levantando na seção 2, a fim de criar um quadro indicativo da relevância das teorias econômicas, que são o referencial teórico utilizado na pesquisa.

De acordo com Yin (2001, p.105), as evidências de dados de um estudo de caso podem se originar de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Na sequência, Yin (2001, p.105) argumenta que às considerações acerca das diversas fontes de dados, a qualidade de um estudo requer outras considerações, entre as quais: a utilização de diversas fontes de dados, para gerar triangulação e convergência dos dados obtidos; a criação de um banco de dados para facilitar a organização e análise dos dados; o encadeamento lógico das evidências, ou seja, as relações entre as questões de estudo, os dados coletados e as conclusões.

Neste trabalho, levando-se em consideração os requisitos descritos anteriormente, foram utilizadas as seguintes fontes de dados:

- a) *Entrevistas*: serão realizadas entrevistas com gestores de fundos multimercado macro. Estas serão realizadas com roteiro semiestruturado a fim de explorar as variáveis do fenômeno.
- b) *Documentação Externa*: coleta de dados de fontes públicas tais como jornais e a ANBIMA.

Para Yin (2001, p.131) a etapa da análise dos dados consiste em: “examinar, categorizar, classificar em tabelas, ou do contrário, recombinar as evidências, tendo em vista as proposições iniciais do estudo”. Seguindo este raciocínio, este trabalho propõe duas estratégias gerais de análise de dados (YIN, 2001, p.133):

- a) *Desenvolver uma descrição do caso*: esta abordagem é geralmente utilizada para estudos descritivos e exploratórios, nos quais não há uma proposição teórica inicial a ser verificada empiricamente;
- b) *Basear-se nas proposições teóricas*: esta abordagem, a mais comum das duas, se os dados corroboram ou não as proposições teóricas colocadas *a priori* no estudo de caso.

Neste trabalho utilizou-se da estratégia (b), ou seja, baseando-se nas proposições teóricas, a estratégia de análise dos dados foi a busca da correspondência ou não entre os dados coletados e as teorias existentes, conforme descrito na seção 2. A estratégia da pesquisa consistiu em utilizar questionários entregues a 6 gestores, contendo questões sobre:

<b>Etapa</b>	<b>Objetivo e Procedimento</b>
1) Qualificação do entrevistado	Descrever a experiência prévia, tempo de mercado e funções do entrevistado em relação ao fundo.
2) Entendimento do processo macro de decisão no fundo.	Solicitar ao entrevistado que descreva, de forma mais detalhada possível, como são tomadas as decisões de alocação de ativos, do ponto de vista burocrático, aprovações, comitês, pessoas envolvidas, prazos regulares e extraordinários, como se lidam com opiniões divergentes e como é dada a decisão final.
3) Entendimento dos mercados em o que fundo atua.	Solicitar ao entrevistado que liste os mercados em que o fundo atua e se possível a sua importância relativa para o desempenho como um todo. Apesar do fundo ser multimercado, este pode optar por não atuar em renda fixa ou mercado cambial, por exemplo.
4) Investigar as técnicas utilizadas para alocação de recursos em cada mercado descrito no item 3.	Questionar o entrevistado para descrever quais são as técnicas utilizadas para a alocação de ativos em cada um dos mercados listados no item 3 sem interferir no processo.
5) Teorias econômicas utilizadas	Verificar com o entrevistado quais das teorias apresentadas na revisão de literatura são utilizadas, e também a possibilidade do gestor utilizar outras teorias.

#### **4. Análise e discussão dos resultados**

A pesquisa deste trabalho obteve o equivalente a R\$ 38,9 bilhões de reais administrados pelos fundos de um total da indústria de R\$ 93 bilhões de reais,

correspondendo a um percentual de 41,8% do volume total. Os fundos de investimento selecionados para a pesquisa destacam-se pela história de sucesso de seus gestores. O Quadro 3 apresenta características dos entrevistados

**Quadro 3 – Qualificação dos Entrevistados**

	<b>QUALIFICACAO DO ENTREVISTADO</b>	<b>ANOS DE EXPERIÊNCIA</b>	<b>VOLUME ADMINISTRADO FINAL DE 2016 (R\$ BILHOES)</b>
FUNDO A	GESTOR E SOCIO	38	12
FUNDO B	DIRETOR DE RISCO E SOCIO	28	4
FUNDO C	GESTOR E SOCIO	25	10
FUNDO D	DIRETOR DE PRODUTOS E SOCIO	20	3
FUNDO E	GESTOR E DIRETOR DE PESQUISA	21	1,1
FUNDO F	DIRETOR DE RELACOES COM INVESTIDORES E SOCIO	16	6,3

**Fonte:** Elaborado pelos Autores

Os resultados obtidos estão sumarizados na tabela 7, a qual apresenta as respostas obtidas por pergunta.

**Tabela 7 – Resultados obtidos**

Pergunta 1 1.1 Omitido pelo autor 1.2 Omitido pelo autor 1.3 Omitido pelo autor 1.4 Tempo de Mercado - Respostas no Item 5.2 1.5 Funções na Gestão do Fundo - Respostas no Item 5.2
Pergunta 2 2.1 Omitido pelo Autor 2.2 Omitido pelo Autor 2.3 Respostas no Item 5.2
Pergunta 3 3.1

<p>Fundo A – Não  Fundo B – Não  Fundo C – Sim  Fundo D – Sim  Fundo E – Não  Fundo F – Não  Comentários: Visto que 4 dos 6 entrevistados declararam não existir comitê indica autonomia na gestão</p>
<p>3.2  Fundo A – Não  Fundo B – Não  Fundo C – Exista Ata  Fundo D – Não  Fundo E – Não  Fundo F – Não  Comentários: Reflete as respostas da pergunta anterior. Destaque para o Fundo D que realiza comitê mas não formaliza em ata</p>
<p>3.3  Fundo A – Gestão centralizada em um gestor  Fundo B – A gestão é dividida em livros com múltiplos gestores. Um gestor não interfere na decisão dos outros. Existindo divergências nas equipes de cada gestor o tamanho das posições é reduzido ou as posições são desfeitas  Fundo C – Gestão centralizada em um gestor  Fundo D – A gestão é dividida em livros por gestores que assumem um percentual do risco total assumido. Não existe interferência nas decisões dos gestores, porém gestores podem fazer posições contrárias às de outros gestores dentro dos instrumentos financeiros de seus respectivos livros  Fundo E – Existindo divergências são realizados estudos adicionais antes da decisão; o gestor de carteiras terá a decisão final  Fundo F – O gestor de cada livro decide  Comentários: Não há um padrão e reforça a autonomia dos gestores</p>
<p>3.4  Fundo A – Somente o gestor  Fundo B – Gestores e suas equipes  Fundo C – Gestores e suas equipes  Fundo D – Gestores, economistas, gestão de risco e pesquisa  Fundo E – Gestores, analistas, economistas, gestor de risco e gestor de carteiras  Fundo F – Gestores  Comentários: Todos gestores dos fundos pesquisados estão envolvidos nas decisões</p>
<p>3.5  Todas respostas negativas  Comentários: Não faz sentido existirem prazos regulares pela dinâmica dos mercados</p>
<p>3.6  Todas respostas negativas  Comentários: Não faz sentido existirem prazos regulares pela dinâmica dos mercados</p>
<p>3.7  Fundo A – Gestor  Fundo B – Gestor  Fundo C – Gestor Principal  Fundo D – Gestores</p>

<p>Fundo E – Gestores, com poder de veto do gestor de carteiras  Fundo F – Gestor  Comentários: Reforça a percepção da responsabilidade e autonomia dos gestores</p>
<p>Pergunta 4  4.1  Fundo A – Todos os mercados e ativos observados as regulamentações de lei  Fundo B – Juros/Moedas/Bolsas/Futuros Brasil e Internacionais  Fundo C – Juros/Moedas e Bolsas Nacionais, Bolsas EUA, Japão e Europa  Fundo D - Juros/Moedas e Bolsas Nacionais, Bolsas EUA, Japão e Europa  Fundo E – Juros/Moedas, Bolsas e Commodities Brasil e Internacionais  Fundo F – Juros/Moedas, Bolsas Brasil e Internacionais, CD EUA  Comentários: Coerente com a classificação ANBIMA e expectativa dos cotistas de fundos multimercado macro que aceitam maiores riscos pela perspectiva de retornos superiores ao <i>benchmark</i> (CDI)</p>
<p>4.2  Fundo A – Todos os ativos permitidos por lei  Fundo B – Juros/Moedas/Bolsas/Futuros Brasil e Internacionais  Fundo C – Quaisquer ativos líquidos nos mercados selecionados  Fundo D – Quaisquer ativos líquidos nos mercados selecionados  Fundo E – Ativos e Derivativos nos mercados selecionados  Fundo F – Ativos e Derivativos nos mercados selecionados  Comentários: Idem pergunta anterior</p>
<p>4.3 e 4.4  Fundo A – Somente os que não fazem parte da estratégia do fundo  Fundo B – Não respondeu  Fundo C – Não respondeu  Fundo D – Crédito Privado por não fazer parte da estratégia do fundo  Fundo E – Crédito privado pela baixa liquidez  Fundo F – Mercado Imobiliário e Crédito Privado por não fazerem parte da estratégia do fundo  Comentários: Os ativos que não fazem parte das carteiras dos fundos pesquisados são aqueles que oferecem baixa relação risco-retorno e/ou baixa liquidez</p>
<p>Pergunta 5  5.1  Todos os fundos utilizam análise dos fundamentos  Comentários: Coerente com a proposta de fundos de investimento multiestratégica macro. Por terem grande liberdade na seleção de ativos e nos percentuais do patrimônio a investir podem ser os mais precisos possíveis na seleção e no volume investido em cada ativo.</p>

**Fonte:** Elaborado pelos Autores

A Tabela 8 a seguir, apresenta o cross-check das informações obtidas, a fim de ampliar a sua validade e confiabilidade.



**Tabela 8 – Cross-Check**

	<b>FUNDO A</b>	<b>FUNDO B</b>	<b>FUNDO C</b>	<b>FUNDO D</b>	<b>FUNDO E</b>	<b>FUNDO F</b>
<b>MARKOWITZ</b>	NÃO	NÃO	SIM.AJUSTANDO O RISCO DE CADA ATIVO PARA ATINGIR O OBJETIVO GERAL DE RISCO	SIM,INDIRETAMENTE	SIM,MERCADOS FUTUROS DE JUROS	NÃO
<b>SHARPE</b>	NÃO	NÃO	NÃO	SIM,INDIRETAMENTE	SIM,UTILIZA BETA DAS AÇÕES	NÃO
<b>FAMA</b>	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM.HIPÓTESE FRACA, ANÁLISE GRÁFICA	NÃO
<b>ROSS</b>	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>KANNEMAN/TVERSKY</b>	NÃO	NÃO	SIM,INDIRETAMENTE	NÃO	SIM.INFLUÊNCIA DE FATORES POLÍTICOS NOS NOS PREÇOS DE MERCADO	NÃO
<b>WARREN BUFFETT</b>	NÃO	NÃO	SIM,MERCADO DE AÇÕES	NÃO	NÃO	NÃO
<b>GEORGE SOROS</b>	NÃO	NÃO	SIM,INDIRETAMENTE	NÃO	NÃO	NÃO
<b>TALEB/SPITZNAGEL</b>	SIM	SIM.BUSCA INVESTIMENTOS ONDE EXISTA ASSIMETRIA ENTRE RISCO E RETORNO	SIM.NÃO CORRER RISCOS ASSIMÉTRICOS	NÃO	SIM.UTILIZAM OPÇÕES PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO DE EVENTOS INESPERADOS	NÃO
<b>CAOS/COMPLEXIDADE</b>	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>OUTRAS</b>	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

**Fonte:** Elaborado pelo Autor

## 5. Considerações Finais

Este trabalho versa sobre os processos de decisão dos fundos multimercado multiestratégia macro. Está incluído no processo de tomada de decisão as teorias econômicas que constam da revisão da literatura deste. Os principais achados e considerações gerais oriundos da pesquisa são:

- 1 - Todos os gestores responderam utilizar a análise dos fundamentos para a tomada de decisão. O motivo verificado é ser a mais importante das técnicas de análise, mesmo discordando de Fama e sua teoria da eficiência dos mercados.
- 2 - Apesar das respostas não citarem diretamente as teorias de Markowitz, em especial a minimização da variância da carteira de investimentos, o conceito de diversificar investimentos é amplamente utilizado pelos gestores.
- 3 - Teorias de Sharpe surgem apenas em um caso e especificamente para aplicação em seleção de ações de empresas.
- 4 - Teoria de APT de Ross não aplicada. Os motivos possíveis, porém não verificados nesta pesquisa, são desconhecimento da teoria e divergência por não concordar com teorias de Sharpe pois APT de Ross deriva de CAPM de Sharpe.
- 5 - Teoria da eficiência de Fama é refutada pelos gestores. Ao utilizar análise dos fundamentos os gestores não concordam com a teoria da eficiência dos mercados na forma semiforte e na forma fraca.
- 6 - Teoria de finanças comportamentais é usada em 2 casos, evidenciando a possível utilidade desta teoria, mesmo não sendo um instrumento de precificação de ativos financeiros.
- 7 - Teoria do *Value Investing* é utilizada apenas por um gestor e especificamente em análise de ações.
- 8 - Teoria da reflexividade não é utilizada, sendo não possível inferir os motivos baseado nas respostas obtidas.
- 9 - Teorias do cisne negro e do excesso de volatilidade mesmo não sendo uma teoria de precificação, 4 gestores responderam utilizar de maneira qualitativa, particularmente no aspecto da proteção às carteiras de investimento de riscos assimétricos.

10 - Teorias do caos e complexidade não são utilizadas e os motivos possíveis mas não testados são a complexidade matemática e ainda ser tema pouco conhecido no Mercado brasileiro.

Outras possíveis inferências oriundas da pesquisa, sobre os processos de tomada de decisão indicam que:

- 1 - Inexistem, na prática, comitês de gestão nos fundos pesquisados. Quando existentes não têm função de tomar decisão de selecionar ativos financeiros, mas para determinar cenário futuro mais provável e em apenas um caso percentual dos recursos alocados por book.
- 2 - Gestores têm grande autonomia na tomada da decisão, e a seleção dos ativos financeiros para compor as carteiras de investimentos são de suas responsabilidades.
- 3 - Seleção dos ativos financeiros são feitas pelo gestor do book.
- 4 - Fundos pesquisados têm sempre preferência por ativos com liquidez.
- 5 - Investidores confiam na história de sucesso dos gestores.

A fim de aprofundar os resultados obtidos sugerem-se pesquisas futuras, a fim de ampliar o número de casos pesquisados incluindo fundos com volumes de recursos inferiores, bem como incluir na pesquisa fundos *hedge* internacionais comparando-os com as práticas brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, F.; SCHOLES, M. **The Pricing of Options and Corporate Liabilities.** Journal of Political Economy, (May-Jun 1973), Vol. 81, No. 3, p.p. 637-654.

CARDOSO, O. O.; OLIVO, RLF. **Administração e teoria do caos.** Revista Unicsul, Jul, 2005.

FAMA, F. E. **Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work.** The Journal of Finance Volume 25, Issue 2, p.p.383-417, May 1970.

FAMA, F. E. **The Behavior of Stock Markets Prices.** The Journal of Business, Vol. 38, No. 1, Jan 1965, p.p.34-105.

FAMA, F. E.; FRENCH, R, K. **Common risk factors in the returns on stocks and bonds.** The Journal of Financial Economics, 33, p.p.3-56 North Holland (1993).

FISHER, Philip A. **Common stocks and uncommon profits and otherwritings.** John Wiley & Sons, 2015.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOI, Christiane. *et al.* **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos.** Ed. Saraiva. São Paulo, 2007.

GRAHAM, Benjamin; ZWEIG, Jason. **The intelligent investor.** New York, USA: Harper Business Essentials, 2003.

HAGSTROM, G. R. **The Warren Buffett Way Investment Strategies of the World's Greatest Investor.** Mass Market Paperback, April 7, 1997.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk.** Econometrica, (March 1979), Vol. 47(2), p.p. 263-291.

MARTIN S.G., PUTHENPUTACKAL J. **Imitation is the Sincerest Form of Flattery: Warren Buffett and Berkshire Hathaway.** Vol 7. April 15, 2008.

MARKOWITZ, H. **Portfolio Selection.** The Journal of Finance, Vol 7. No. 1. pp. 77-91. Mar.1952.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa:** São Paulo: Thompson-Pioneira, 2002.

ROSS, A. S. **The Arbitrage Theory of Capital Asset Pricing.** Journal of Economic Theory 13, p.p. 341-360, 1976.

SHARPE, W. **Capital Asset Prices: A Theory of Market Equilibrium Under Conditions Of Risk .**The Journal of Finance. September. Vol. XIX, No 3, pp. 425-442, 1964.

SHARPE, W. **Mutual Fund Performance**. The Journal of Business, Vol. 39, No. 1, Part2: Supplement on Security Prices. (Jan. 1966), pp. 119-138.

SOROS, G. **Falibility, reflexivity, and the human uncertainty principle**. Journal of Economic Methodology, 20:4, pp. 309-329. 2013.

SPITZNAGEL, Mark. **The Dao of Capital: Austrian Investing in a Distorted World**. John Wiley & Sons, 2013.

TALEB, Nassim Nicholas. **Antifragile: Things that gain from disorder**. Random House, 2012.

TALEB, N. N. **Learning to Love Volatility**. The Wall Street Journal, The Saturday Essay, November 16, 2012.

TEORIA DO CAOS. Disponível em [www.universal-ratings.com](http://www.universal-ratings.com). Acesso em 20 de maio de 2017.

WILLIAMS, B., J. **Theory of Investment Value**. Harvard University Press, 1938.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**A RELEVÂNCIA DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS COMO  
INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA TOMADA DE DECISÃO: ESTUDO DE CASO  
COMPARATIVO ENTRE EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

SILVA, Débora Evelyn.<sup>5</sup>

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de.<sup>6</sup>

SILVA, Vanessa Estrela da.<sup>7</sup>

## **RESUMO**

A liquidez e a capacidade da empresa em preservar sua rentabilidade em época de crise econômica são peculiaridades que os investidores escolhem para depositar o seu capital. Em um mundo globalizado a fidelização de clientes através das marcas conhecidas por sua qualidade é o que vem mantendo grandes corporações imbatíveis em alguns ramos do mercado, algumas até com séculos em suas posições dominantes. O objetivo do estudo é avaliar o desempenho econômico e financeiro de empresas do setor da construção civil brasileira, buscando gerar informações eficientes para dar suporte à tomada de decisão dos respectivos usuários. Aborda uma pesquisa de natureza exploratória, bibliográfica e documental. Foram coletados dados das demonstrações contábeis publicadas, condizente aos exercícios de 2013 a 2016, relativas as quatro melhores indústrias do setor da construção civil, de acordo com o ranking divulgado pela Revista Exame Melhores e Maiores. A utilização dos indicadores possibilitou a análise das empresas do mesmo ramo de atividade, por meio de índices-padrão. Verificou-se que entre as entidades analisadas, a Duratex e a MRV Engenharia foram as que demonstraram o mais sensato desempenho referente aos períodos considerados.

**Palavra-chave:** Análise econômico-financeira. Índice-padrão. Tomada de decisão.

---

<sup>5</sup> Bacharel em Ciências Contábeis do Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta)

<sup>6</sup> Mestre em Administração, pós-graduado e Administração Financeira e Controladoria e Metodologia do Ensino Superior, Graduado em Ciências Contábeis com ênfase em Análise de Sistemas e Matemática, Professor do Centro Universitário Padre Anchieta (Unainchieta) e da FATEC-SP

<sup>7</sup> Bacharel em Ciências Contábeis do Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta)

## 1. Introdução

A análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que permite compor, comparar e interpretar as Demonstrações Contábeis, oferecendo aos usuários da contabilidade os resultados das atividades desenvolvidas pela entidade em determinado período. Através da Análise das Demonstrações Contábeis, é possível avaliar desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas (SILVA A., 2012).

Os índices financeiros são extraídos das demonstrações contábeis e se instituem como o primeiro passo para uma análise econômico-financeiro de uma empresa, estabelecem as relações entre as contas das demonstrações contábeis, seu fundamento primordial é apresentar uma extensa interpretação da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.

O artigo enfatizará uma análise comparativa dos índices financeiros de quatro das principais empresas de Construção Civil, conforme o ranking das Melhores & Maiores de 2016 da Revista Exame, sendo: Votorantim Cimentos, Queiroz Galvão, Duratex e MRV Engenharia.

O objetivo do estudo é analisar, utilizando métodos científicos o desempenho das empresas, permitindo examinar a posição econômica e financeira de cada empresa, frente a suas concorrentes através da comparação de seus resultados, utilizando as informações apresentadas nos demonstrativos contábeis publicados por cada empresa, no cenário da crise econômica brasileira. Os índices de análise e comparação do desempenho a serem utilizados, representam os três pontos fundamentais de análise econômica e financeira (liquidez, estrutura de capital e rentabilidade), considerada o tripé que representa o equilíbrio ideal da empresa (MARION, 2009).

A metodologia será exploratória de pesquisa bibliográfica e documental. Realizando um estudo de caso comparativo dos índices econômico-financeiros apresentado nos últimos quatro exercícios fiscais 2013, 2014, 2015 e 2016 das empresas estudadas, apresentando quais das empresas analisadas possuem uma situação econômico-financeira estável perante o cenário da crise econômica, no setor que foi um dos mais afetados pela crise brasileira. Tornando essa pesquisa fundamental para salientar a relevância das informações que a análise das demonstrações contábeis pode gerar para a empresa.

## 2. Revisão de Literatura

Seja para acompanhar o comportamento ou consentir investidores e filiados para que possam analisar a vida financeira e econômica dos negócios, é essencial que toda empresa conserve a prática de elaborar os demonstrativos contábeis periodicamente. Com as informações geradas dessa verificação, torna-se possível analisar com discernimento pontos fortes e fracos na gestão da empresa, visando falhas, medir o nível de eficiência em relação aos concorrentes e traçar novos planos.

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Tendo como objetivo proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas, assim descritas no CPC 26, tópico 09.<sup>8</sup>

As informações obtidas nas demonstrações financeiras são fundamentais para determinar medidas de eficiência de uma organização. Tais medidas são obtidas através do cálculo de índices, que demonstram o desempenho da empresa. (GITMAN, 2003)

A análise dos dados gerados, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, visa evidenciar a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa. (ASSAF NETO, 2008).

Neste mesmo viés, Silva A. (2012) argumenta que a análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que através da coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, calculam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica).

A base de informação utilizada para análise da situação econômica da empresa é a Demonstração do Resultado do Exercício, os quocientes encontrados proporcionam verificar a rentabilidade adquirida pelo Capital investido na empresa. Já a análise da situação financeira é realizada com base nas informações registradas no Balanço Patrimonial, permitindo

---

<sup>8</sup> Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".



conhecer o grau de endividamento, bem como a existência ou não de solvência suficiente para que a entidade possa cumprir com seus compromissos de curto e longo prazo. (RIBEIRO O., 2011).

A análise das demonstrações contábeis fornece informações suficientes para que a empresa possa acompanhar o seu desenvolvimento em períodos críticos que possam ocorrer, auxiliando a tomar medidas para recuperação de dificuldades, promovendo o crescimento da empresa. (LIMA, A., LIMA, J., 2013).

O período escolhido nesse estudo para a análise do desempenho econômico-financeiro da indústria da construção civil que está compreendida entre 2013 a 2016 está relacionado com o período de recessão da economia brasileira, conforme comentado por Roque (2014) através dos dados divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no final de Agosto de 2014: “já são dois trimestres seguidos de encolhimento da economia, e é isso o que configura aquilo que os tecnocratas chamam eufemisticamente de "recessão técnica". Comparando o segundo trimestre de 2014 com o segundo trimestre de 2013, ou seja, comparando dois períodos iguais de anos consecutivos, o encolhimento da economia foi de quase 1 %.”.

Para Lo; Rogoff (2015 apud SOUZA, 2017) “na história do capitalismo, as recessões mais longas e profundas são aquelas associadas a crises financeiras”.

No presente caso brasileiro, contudo, seguramente não é esse o caso. Outra peculiaridade do atual evento crítico na economia é que, ao contrário de outros episódios recessivos do passado brasileiro, desta vez não se pode identificar uma restrição externa entre suas causas. Descartadas essas duas explicações clássicas restam concluir que uma crise dessa magnitude deve ser o produto de múltiplas causas, entre elas a crise política, fenômenos cíclicos endógenos, determinantes externos, a política econômica e o modelo de crescimento. Mesmo aceitando que todos eles tenham tido seu papel, para avançar na compreensão do fenômeno é fundamental hierarquizar os determinantes, identificando o que é principal e o que são agravantes. (SOUZA, 2017, p.112).

O Brasil, na contramão dos países desenvolvidos e mesmo dos em desenvolvimento, tem mantido elevadas taxas de juros de curto prazo. Do final de 2014 até o final de 2015 a taxa básica de juros foi elevada de 11,75% para 14,25%, gerando desincentivo aos investimentos, à produção, ao consumo e ao crédito e, conseqüentemente, impactando negativamente o desempenho econômico no país. (LACERDA, 2017).

Entre 2010 a 2014, o governo apostou que a mudança no mix de política econômica (redução da Selic e desvalorização cambial) – a chamada “Nova Matriz Econômica” – somada às isenções fiscais seriam suficientes para impulsionar conjuntamente oferta e demanda agregada de bens. (PAULA; PIRES, 2017).

De fato, em 2015 e 2016 a economia sofreu uma série de choques – deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, o aumento da taxa de juros Selic, etc. – que contribuíram para reduzir ainda mais o crescimento econômico, que desacelerou acentuadamente para – 3,6% em média do período. Vários outros efeitos secundários aprofundaram a recessão como o aumento da taxa de juros, aumento do desemprego, a queda da renda, a contratação do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos (PAULA; PIRES, 2017). Devido ao reajuste de preços monitorados (energia, petróleo) e o choque causado pela forte desvalorização cambial (taxa de câmbio, quase duplicou desde meados de 2014 e final de 2015) o IPCA passou de 6,4% a.a. em 2014 para 10,7% a.a. em 2015. A combinação de recessão com o aumento das taxas de juros causou uma enorme desaceleração da oferta de crédito, que acabou resultando em um “credit crunch” (crise de crédito), que, por sua vez, tem atrasado a recuperação da economia. (PAULA; PIRES, 2017)

O Brasil está sendo afetado por uma crise política que está refletindo na economia, com o encolhimento do PIB desde 2014, queda da economia e aumento do desemprego. Segundo levantamento de Melhores e Maiores da Revista Exame, a rentabilidade do setor caiu de 11,2% em 2013 para 2,3% em 2014. Apenas três das 23 empresas de construção classificadas entre as 500 maiores do país conseguiram crescer no último ano. A Odebrecht, a maior delas, teve queda de 32% nas vendas. (AMORIM, 2015).

Como todos esses fatores continuam presentes no cenário político–econômico, nada nos faz crer que o quadro possa se alterar e teremos uma nova retração expressiva nos investimentos este ano. (LACERDA, 2017).

### **3. Metodologia**

Para Braga (2012), a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Os índices econômico-financeiros são índices também utilizados no levantamento da análise das demonstrações contábeis para verificação do quadro financeiro e econômico da empresa, dividindo assim entre índices de situação financeira e situação econômica, sendo os seguintes: Situação Financeira – Estrutura de capitais e índices de liquidez; Situação Econômica – Rentabilidade. Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos

e financeiros das empresas, permitindo construir um quadro de avaliação da empresa. (MATARAZZO, 2008).

Para a realização da análise, os índices foram calculados conforme o critério a seguir:

Quadro 01 – Índices Financeiros e Econômicos.

ÍNDICE	FORMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO
<b>Estrutura de Capital</b>			
Participação de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada \$100 de capital próprio.	Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
<b>Liquidez</b>			
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \times 100$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada \$1 de dívida total.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada \$1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada \$1 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
<b>Rentabilidade</b>			
ROI (Rentabilidade sobre Investimento)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
ROE (Rentabilidade do Patrimônio Líquido)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de capital próprio investido, em média, no exercício.	Quanto maior, melhor.

Fonte: Análise Financeira de Balanços – Matarazzo (2008, p. 152).

Além dos cálculos dos índices das empresas elencadas, foram abrangidos os índices padrões, e determinado uma indicação de relevância significativa para cada índice. Segundo Matarazzo (2008), o índice padrão é uma ferramenta estatística que visa comparar os índices de uma empresa com outras, permitindo avaliar e conceituar um índice como sendo ótimo, bom, satisfatório ou deficiente.

Quando calculamos índices de Demonstrações Financeiras de empresa do mesmo ramo de atividade para servir de base de comparação para outras empresas desse mesmo ramo, estamos calculando índices-padrão. (MARION, 2009)

Para o cálculo dos índices-padrão do presente trabalho será utilizado a mediana, que é a medida de posição mais frequentemente usada para dados de renda anual e valor patrimonial. Nesses casos, a mediana é a medida preferível da posição central. (ANDERSON; SWEENEY, 2008). Para calcular a mediana de n valores devem-se primeiro ordená-los em

ordem crescente de valor. Quando a quantidade de valores for número ímpar, a mediana vai ser o valor do elemento do meio, já quando a quantidade de valores for número par a mediana vai ser a média dos dois valores do meio, assim separando os dados em duas partes iguais (FREUND, 2006 apud SILVA G, 2014).

Além da mediana, será utilizado o método do Quartil, que consiste em encontrar valores que separam os dados que estão sendo estudados em quatro partes iguais, ou seja, a cada 25% das observações encontra-se um quartil. (ANDERSON; SWEENEY, 2008). Dessa forma, o 2º quartil irá corresponder a mediana, separando 50% dos dados abaixo de si e outros 50% ficando acima. Esta sistemática melhora a percepção da distribuição estática dos índices que estão em conjunto, aderindo a mesma opção de metodologia utilizada por Marion (2009).

A utilização dos índices-padrão através dos quartis e a análise comparativa é ilustrada no quadro abaixo por Assaf Neto (2008):

Quadro 2: Exemplo de critério de análise comparativa com quartis

Índice \ Quartil	1º	2º	Mediana	3º	4º
Quanto maior, melhor	Insatisfatório	Regular	Normal	Bom	Excelente
Quanto menor, melhor	Excelente	Bom	Normal	Regular	Insatisfatório

Fonte: Adaptado de Assaf Neto 2008, p. 283.

#### 4. Análise e discussão de resultados

Conforme os dados da tabela 1 e 2 referentes ao ano de 2013, verifica-se que as empresas Queiroz Galvão e Votorantim tiveram o maior número de índices com classificação deficiente em relação aos índices-padrão, cada uma sendo 4 do total de 7 índices analisados. Na Queiroz Galvão, os piores índices que se destacaram foram em composição do endividamento ficando no limite do 4º quartil, sendo de 62,67 percentuais e com 23,61 pontos acima da mediana, e a rentabilidade do patrimônio líquido com -3 pontos abaixo do 1º quartil e -7,11 abaixo da mediana.

Na Votorantim os piores índices foram em todos de liquidez e um na estrutura de capital, destacando-se a participação de capitais de terceiros, ficando no limite do 4º quartil de 76,53 percentuais e com 17,82 pontos acima da mediana e a liquidez geral com -0,35 abaixo do 1º quartil e -0,80 abaixo da mediana.

As demais empresas obtiveram resultados positivos para o ano, sendo a Duratex com dois índices ótimos, dois bons e dois satisfatórios e a MRV com dois índices ótimos, dois bons e três satisfatórios. Na Duratex, os melhores índices foram a rentabilidade do ativo com 1,25 acima da mediana e no limite do 4º quartil de 6,36 pontos percentuais e a participação de capitais de terceiros com -5,28 abaixo do 1º quartil e -12,07 abaixo da mediana.

Na MRV destacou-se o índice de liquidez corrente ficando no limite do 4º quartil sendo de 2,29 e com 0,36 pontos acima da mediana, e a liquidez geral no limite do 4º quartil de 1,62 e com 0,45 pontos acima da mediana.

Tabela 1 Índice Padrão/Quartil ano de 2013

Índice \ Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
	Deficiente		Satisfatório		Bom		Ótimo
Liquidez Geral	0,72		1,17		1,45		1,62
Liquidez Corrente	1,87		1,93		2,14		2,29
Liquidez Seca	1,50		1,59		1,69		1,77
Rentabilidade do Ativo	4,34		5,11		6,09		6,36
Rentabilidade do PL	6,23		10,34		15,80		20,14

Índice \ Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
	Ótimo		Bom		Satisfatório		Deficiente
			Mediana				
Participação de Capitais de Terceiros	51,91		58,70		68,37		76,53
Composição de Endividamento	25,53		39,07		53,29		62,67

Tabela 2 Quocientes das empresas com relação aos índices financeiros no ano de 2013.

	Mediana	Duratex	MRV	Queiroz Galvão	Votorantim
<b>LIQUIDEZ</b>					
Liquidez Geral	1,17	-0,11 Satisfatório	1,62 Ótimo	-0,17 Bom	-0,35 Deficiente
Liquidez Corrente	1,93	-0,16 Bom	2,29 Ótimo	1,87 Deficiente	1,87 Deficiente
Liquidez Seca	1,59	-0,03 Satisfatório	-0,08 Bom	1,77 Ótimo	-0,06 Deficiente
<b>RENTABILIDADE %</b>					
Rentabilidade do Ativo - % - ROA/ROI	5,11	6,36 Ótimo	-0,70 Satisfatório	-0,07 Deficiente	-0,28 Bom
Rentabilidade do PL - % - ROE	10,34	-4,34 Bom	-1,12 Satisfatório	-3,00 Deficiente	20,14 Ótimo
<b>ESTRUTURA DE CAPITAL - %</b>					
Participação de Capitais de terceiros	58,70	-5,28 Ótimo	-1,50 Bom	-8,16 Satisfatório	76,53 Deficiente
Composição do Endividamento	39,06	-4,84 Bom	-9,39 Satisfatório	62,67 Deficiente	-8,71 Ótimo

No ano de 2014, conforme os dados na tabela 3 e 4 observa-se que as mesmas empresas do ano anterior continuaram com os piores resultados em relação às demais. A empresa Queiroz Galvão ficou com três índices deficientes, sendo os mesmos do ano anterior, porém com uma pequena melhora para a composição do endividamento ficando no limite do 4º quartil de 52,93 e com 9,83 acima da mediana, que era de 23,61 em 2013. A liquidez corrente teve uma melhora significativa saindo do resultado deficiente passando para ótimo atingindo o limite do 4º quartil de 2,23 e ficando 0,30 acima da mediana.

A empresa Votorantim apresentou praticamente o mesmo desempenho do ano anterior, com três índices deficientes com pouca variação nos resultados e uma pequena melhora no índice de liquidez seca que estava deficiente em 2013 e passou para satisfatório em 2014 estando apenas -0,01 abaixo da mediana.

A empresa Duratex teve a maioria de seus índices classificados como satisfatório, ficando próximos à mediana. Destacaram-se a rentabilidade do ativo que foi ótimo em 2013 e caiu para satisfatório com resultado de 0,01 acima da mediana e a rentabilidade do patrimônio líquido que foi classificado como bom com 1,12 acima da mediana e passou para satisfatório com -3,36 abaixo da mediana.

A empresa MRV continuou com um bom resultado com dois índices ótimos, três bons e dois satisfatórios, destacando-se a rentabilidade do ativo que estava como satisfatório em 2013 com -0,70 abaixo da mediana e passou para ótimo nesse ano com 2,49 pontos acima da mediana e estando no limite do 4º quartil que foi de 6,95. Destacou-se também a rentabilidade do patrimônio líquido que também estava classificado em 2013 como satisfatório com -1,12 abaixo da mediana e em 2014 subiu para 3,36 acima da mediana ficando com -0,58 pontos abaixo do 3º quartil, assim indicando o quanto rendeu, no ano, o dinheiro que os sócios mantiveram investido na empresa.

Tabela 3 Índice Padrão/Quartil ano de 2014

Índice \ Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
	Deficiente	Satisfatório	Bom	Ótimo			
Liquidez Geral		0,75	1,15			1,41	1,60
Liquidez Corrente		1,74	1,93			2,15	2,23
Liquidez Seca		1,37	1,37			1,75	2,12
Rentabilidade do Ativo		1,48	4,46			5,71	6,95
Rentabilidade do PL		3,73	12,03			15,97	16,54

Índice \ Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
	Ótimo	Bom	Satisfatório	Deficiente			
				Mediana			
Participação de Capitais de Terceiros		52,21	60,62			70,19	75,95
Composição de Endividamento		29,05	43,10			50,93	52,93

Tabela 4 Quocientes das empresas com relação aos índices financeiros no ano de 2014

	Mediana	Duratex	MRV	Queiroz Galvão	Votorantim
<b>LIQUIDEZ</b>					
Liquidez Geral	1,15	-0,07 Satisfatório	1,60 Ótimo	-0,19 Bom	-0,34 Deficiente
Liquidez Corrente	1,93	-0,14 Satisfatório	-0,08 Bom	2,23 Ótimo	-0,06 Deficiente
Liquidez Seca	1,37	1,37 Satisfatório	1,37 Satisfatório	2,12 Ótimo	-0,01 Satisfatório
<b>RENTABILIDADE %</b>					
Rentabilidade do Ativo - % - ROA/ROI	4,46	0,01 Satisfatório	6,95 Ótimo	-2,98 Deficiente	-0,01 Satisfatório
Rentabilidade do PL - % - ROE	12,03	-3,36 Satisfatório	-0,58 Bom	-4,94 Deficiente	16,54 Ótimo
<b>ESTRUTURA DE CAPITAL - %</b>					
Participação de Capitais de terceiros	60,62	-4,60 Ótimo	-3,82 Bom	-5,75 Satisfatório	75,95 Deficiente
Composição do Endividamento	43,10	-5,84 Bom	-2,00 Satisfatório	52,93 Deficiente	-8,22 Ótimo

De acordo com a Tabela 5 e 6, no ano de 2015 nota-se que as empresas que obtiveram resultados ruins prosseguiram com eles e a MRV que em 2013 e 2014 estava com resultados positivos, obteve uma alteração negativa na Liquidez Seca.

A empresa Queiroz Galvão continuou diminuindo os índices deficientes que em 2013 eram quatro e caiu para dois em 2015, apesar disso obteve um pequeno aumento para a rentabilidade do ativo classificado em 2014 como deficiente com -5,96 abaixo da mediana e moveu-se para -1,18 abaixo da mediana e ficando -0,52 abaixo do 1º quartil. A composição de endividamento teve uma diminuição relevante alterando o resultado de deficiente pra satisfatório, ficando -1,69 abaixo do 3º quartil que também corresponde a mediana, sendo

para a empresa um excelente resultado, diminuindo assim a concentração dos recursos de terceiros devidos em curto prazo.

A Votorantim apontou praticamente o mesmo comportamento dos anos anteriores, com três índices deficientes com pequenas alterações nos resultados, obtendo apenas alterações significativas na rentabilidade do ativo que foi satisfatório em 2014 e melhorou para bom ficando apenas -1,42 abaixo do 3º quartil e 0,13 acima da mediana. A rentabilidade do PL caiu de ótimo em 2014 para bom em 2015, sendo de 3,69 pontos percentuais acima da mediana e estando -0,30 abaixo do 3º quartil.

Na Duratex a prevalência dos seus índices foi satisfatória, e não houve grandes alterações nos números, destacando-se a liquidez seca que tinha atingido a mediana em 1,37 em 2014 e em 2015 alterou o resultado para bom com -0,44 em relação ao 3º quartil e 0,05 acima da mediana.

Já a MRV em 2014 mantinha na maioria dos índices o resultado bom, que em 2015 foi alterado para ótimo, fazendo com que os índices ficassem maiores em relação aos valores da mediana. Houve dois índices que estavam classificados como satisfatório em 2014 e caíram para deficiente em 2015, sendo a composição de endividamento que era de -2,00 abaixo do 3º quartil e subiu para o limite do 4º quartil, sendo de 48,10 percentuais e ficando 10,97 acima da mediana, comprometendo o capital pelo aumento significativo dos valores devidos a terceiros em curto prazo. Destacou-se também pelo seu mal desempenho a liquidez seca que estava classificada em 2014 como satisfatório alcançando a mediana e caiu para deficiente em 2015, ficando em -0,04 abaixo do 1º quartil e -0,13 abaixo da mediana. Houve também um bom crescimento na rentabilidade do PL, de -0,58 abaixo do 3º quartil em 2014, subindo em 2015 para o limite do 4º quartil sendo de 12,20.



Tabela 5 Índice Padrão/Quartil ano de 2015

Índice	Quartil	Mínimo	1°	2°	Mediana	3°	4°	Máximo
		Deficiente	Satisfatório	Bom	Ótimo			
Liquidez Geral			0,78		1,16		1,45	1,65
Liquidez Corrente			1,93		2,19		2,36	2,47
Liquidez Seca			1,38		1,47		1,96	2,39
Rentabilidade do Ativo			1,61		2,27		3,82	5,23
Rentabilidade do PL			2,73		7,92		11,91	12,20

Índice	Quartil	Mínimo	1°	2°	Mediana	3°	4°	Máximo
		Ótimo	Bom	Satisfatório	Deficiente			
Participação de Capitais de Terceiros			52,21		61,73		71,97	76,15
Composição de Endividamento			25,29		37,13		46,42	48,10

Tabela 6 Quocientes das empresas com relação aos índices financeiros no ano de 2015

	Mediana	Duratex	MRV	Queiroz Galvão	Votorantim
<b>LIQUIDEZ</b>					
Liquidez Geral	1,16	-0,09 Satisfatório	1,65 Ótimo	-0,20 Bom	-0,30 Deficiente
Liquidez Corrente	2,18	-0,06 Satisfatório	-0,12 Bom	2,47 Ótimo	-0,21 Deficiente
Liquidez Seca	1,47	-0,44 Bom	-0,04 Deficiente	2,39 Ótimo	-0,05 Satisfatório
<b>RENTABILIDADE %</b>					
Rentabilidade do Ativo - % - ROA/ROI	2,27	-0,14 Satisfatório	5,23 Ótimo	-0,52 Deficiente	-1,42 Bom
Rentabilidade do PL - % - ROE	7,92	-3,70 Satisfatório	12,20 Ótimo	-1,50 Deficiente	-0,30 Bom
<b>ESTRUTURA DE CAPITAL - %</b>					
Participação de Capitais de terceiros	61,73	-3,46 Ótimo	-6,06 Bom	-4,18 Satisfatório	76,15 Deficiente
Composição do Endividamento	37,13	-7,60 Bom	48,10 Deficiente	1,69 Satisfatório	-4,25 Deficiente

A tabela 7 e 8 mostra os resultados referentes ao ano de 2016, onde se observa que nesse período a empresa Queiroz Galvão teve a maioria dos seus índices deficientes e algumas pequenas alterações nos resultados. Destacou-se o índice de liquidez corrente e composição de endividamento, onde a liquidez corrente ficou em 2015 classificadas como ótimo no 4º quartil sendo de 2,47 e com 0,29 acima da mediana, e em 2016 caiu para satisfatório estando no 2º quartil e com -0,19 abaixo da mediana, estabelecendo a capacidade de pagamentos no período de um ano, sendo considerado mais preciso do que o índice de liquidez geral. Já na composição de endividamento que estava como satisfatório em 2015 com -1,69 abaixo do 3º quartil, em 2016 subiu para o 4º quartil sendo de 55,53 e ficando 21,76 acima da mediana, como deficiente.

Na empresa Votorantim, em comparação ao ano anterior, à maioria de seus índices não houve modificações quanto às classificações, apenas pequenas variações em seus valores. Destacou-se um único índice, o de liquidez seca, que no ano anterior estava classificado como satisfatório sendo -0,05 abaixo da mediana e em 2016 caiu para -0,27 abaixo da mediana e estando no limite do 1º quartil que foi de 1,39. Os demais não tiveram alterações significativas.

A Duratex demonstrou uma recuperação em relação ao ano anterior (2015), apresentando em 2016 uma melhora significativa nos índices de liquidez corrente e na liquidez seca, deixando os resultados de satisfatório e bom, respectivamente, para ótimo em ambos, que passaram de - 0,06 e -0,44 abaixo do índice padrão para 2,69 e 2,01 sendo o limite do 4º quartil de cada um e estando 0,44 e 0,35 acima da mediana, respectivamente. Com isso, indica-se que os investimentos no ativo são suficientes para cobrir as dívidas em curto prazo. Os demais índices permaneceram sem grandes alterações.

A empresa MRV teve novamente maior dominância nos índices com resultados ótimos e bons. Manteve-se os resultados como ótimo nos índices de rentabilidade, apesar de sofrer uma queda, onde a rentabilidade do ativo era 5,23 e a rentabilidade do patrimônio líquido de 12,20, e foram alterados para 4,66 e 11,77 estando no limite do 4º quartil e sendo em 3,79 e 8,41 acima da mediana, respectivamente. Outro destaque foi no índice de composição de endividamento, que em 2015 estava classificado como deficiente, sendo de 48,10 no limite do 4º quartil e obteve uma evolução para satisfatório ficando em -6,54 abaixo do 3º quartil e 8,68 acima da mediana.

Tabela 7 Índice Padrão/Quartil ano de 2016

Índice	Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
		Deficiente	Satisfatório	Bom	Ótimo			
Liquidez Geral			0,78	1,20		1,47		1,64
Liquidez Corrente			1,90	2,25		2,56		2,69
Liquidez Seca			1,39	1,66		1,97		2,01
Rentabilidade do Ativo			- 0,71	0,87		3,06		4,66
Rentabilidade do PL			- 0,36	3,37		8,96		11,77

Índice	Quartil	Mínimo	1º	2º	Mediana	3º	4º	Máximo
		Ótimo	Bom	Satisfatório	Deficiente			
Participação de Capitais de Terceiros			53,48	59,85	Mediana	68,46		73,12
Composição de Endividamento			22,45	33,77		48,99		55,53

Tabela 8 Quocientes das empresas com relação aos índices financeiros no ano de 2016

	Mediana	Duratex	MRV	Queiroz Galvão	Votorantim
<b>LIQUIDEZ</b>					
Liquidez Geral	1,20	-0,10 Satisfatório	1,64 Ótimo	-0,17 Bom	-0,33 Deficiente
Liquidez Corrente	2,25	2,69 Ótimo	-0,13 Bom	-0,19 Satisfatório	-0,16 Deficiente
Liquidez Seca	1,66	2,01 Ótimo	-0,01 Deficiente	-0,04 Bom	1,39 Deficiente
<b>RENTABILIDADE %</b>					
Rentabilidade do Ativo - % - ROA/ROI	0,87	-0,59 Satisfatório	4,66 Ótimo	-0,99 Deficiente	-1,61 Bom
Rentabilidade do PL - % - ROE	3,36	-2,79 Satisfatório	11,77 Ótimo	-0,93 Deficiente	-2,81 Bom
<b>ESTRUTURA DE CAPITAL - %</b>					
Participação de Capitais de terceiros	59,85	-2,41 Ótimo	-3,96 Bom	-4,66 Satisfatório	73,12 Deficiente
Composição do Endividamento	33,77	-8,67 Bom	-6,54 Satisfatório	55,53 Deficiente	-2,65 Ótimo

## 5. Considerações finais

Buscou-se apresentar a situação econômico-financeira das principais empresas do setor da construção civil avaliando-as em um período conturbado para a economia brasileira, denominado de recessão econômica.

A análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. (MATARAZZO, 2008).

Através das análises realizadas obteve-se que as empresas que tiveram destaques em seu desempenho no período analisado foram a Duratex e a MRV Engenharia.

A Duratex apresentou ótimos resultados nos 4 anos analisados, obtendo somente em 2014 uma pequena queda em seu desempenho, mas logo se recuperando em 2015 e 2016. No decorrer dos anos, apesar dos bons resultados os índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital houve relevantes alterações. Os índices de liquidez corrente e seca tiveram respectivamente um constate aumento no decorrer dos anos, tendo em 2016 mais de R\$ 2,00 de bens e direitos para liquidar com cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo. A rentabilidade sofreu de uma queda de 2013 a 2016, indicando que a margem de lucro (rentabilidade) do retorno do patrimônio investido foi conseqüentemente negativa. Na estrutura de capital, o índice da participação de capital de terceiros se manteve estável de 2013 a 2015, mas teve um aumento em 2016 e a composição do endividamento houve uma diminuição notável durante o

período analisado, concebendo a empresa um encolhimento dos recursos de terceiros devidos a curto prazo. Não existe uma fórmula para medir o endividamento global, mas certos conceitos podem levar às dimensões suportáveis das diversas categorias de dívidas. (MATARAZZO, 2008).

A empresa MRV Engenharia apresentou uma ótima performance em todos os anos analisados, com poucas variações em seus resultados. Destacando-se o índice de liquidez corrente que apresenta a possibilidade de a empresa liquidar suas obrigações no curto prazo. Este índice teve um constante aumento, apenas de 2013 para 2014 houve uma pequena queda, o que não ocasionou mudança na solidez financeira. Neste índice dentro do intervalo de período analisado existe uma folga financeira de curto prazo, que corresponde ao capital circulante da empresa, que possibilita a realização de transações sem afetar sua liquidez. No índice de composição de endividamento houve uma variação durante os anos, com um aumento relativamente alto de 2013 para 2014, uma diminuição em 2015 e chegando ao melhor índice de todo o período em 2016, diminuindo a necessidade da empresa de ter que gerar recursos para liquidar suas obrigações.

A empresa Queiroz Galvão apresentou um desempenho instável durante os anos analisados, com oscilação em seus resultados a cada ano, observando-se que esses resultados insatisfatórios concentram na rentabilidade e composição de endividamento. Na rentabilidade houve queda de 2013 a 2016, e na composição de endividamento de 2013 a 2015 houve uma diminuição relevante, mas em 2016 tornou a aumentar, o que não é viável por representar a correlação do domínio de capital de terceiros sobre a empresa. Os índices de liquidez tiveram aumento no decorrer dos anos, o que indica que a empresa possui uma boa capacidade de pagamento a longo prazo, considerando tudo que será convertido em dinheiro. (SILVA A., 2012).

A Votorantim obteve também um desempenho instável com seus piores índices concentrados na liquidez de todos os anos, especificamente na liquidez geral que esteve sempre abaixo do índice-padrão e abaixo de 1,00, o que indica que a empresa esteve insolúvel no período, ou seja, não possui recursos suficientes para saldar suas dívidas. Houve também uma mudança significativa na rentabilidade do patrimônio líquido (ROE), tratando-se de uma queda relevante do índice, quando o ideal para a empresa é aumentá-lo, indicando quanto rendeu, no ano, os recursos que os sócios e/ou acionistas manteve aplicado na empresa.

Analisando-se os índices exibidos, vale enfatizar que a Duratex em todos os anos estudados se encontra satisfatória na sua situação financeira, por ter recursos próprios para saldar suas obrigações totais, mostrando que é uma vulnerável em período de recessão. Em

resumo, alta liquidez, além de indicar boa situação financeira, pode até ser do aumento da rentabilidade, embora não esteja afastada a hipótese de haver recursos ociosos. (MATARAZZO, 2008)

Já a MRV, teve destaque no índice de rentabilidade, não sofrendo grandes variações no índice, mas mantendo a eficiência econômica da empresa.

Durante a realização deste estudo, ficou ratificada a relevância das informações que a análise das demonstrações contábeis pode gerar aos usuários, fazendo com que fiquem atentos as modificações que estejam ocorrendo na empresa, contribuindo na tomada de decisão.

O conteúdo desenvolvido e explorado poderá futuramente ser engrandecido por outros pesquisadores, com o intuito de aprofundar a análise mediante outro conjunto de indicadores que melhor enriquece as conclusões referentes à situação econômico-financeira das empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Lucas. Revista Exame. **Construção civil vive crise sem precedentes no Brasil**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-crise-e-a-crise-da-construcao/>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2017.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mercado Financeiro**. 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

AZEREDO, Adriano José; SOUZA, Marcos Antonio de; MACHADO, Débora Gomes. **Desempenho econômico-financeiro de indústrias calçadistas brasileiras: uma análise do período de 2000 a 2006**. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, [s.l], v. 3, n. 6, p. 117-142, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34744>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2017.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação** – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BUSSAB, Wilton de O; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 5. ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/cpc/documentos-emitados/pronunciamentos/pronunciamento?id=57>>. Acesso em: 22 de Junho de 2017.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LACERDA, Antônio Corrêa. **Dinâmica e evolução da crise:** discutindo alternativas. Estud. av. vol.31 no.89. São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100037](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100037)>. Acesso em: 04 de Setembro de 2017.

LIMA, Aline Ferreira Alves; LIMA, José Eduardo de Carvalho. **Índices econômico-financeiros como instrumento para análise das demonstrações financeiras na tomada de decisão gerencial.** Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia. Ano 1, v.1, n. 3, Junho, 2013. Disponível em: <<http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/12>>. Acesso em: 04 de Maio de 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Contabilidade Empresarial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 6. ed. 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e Perspectivas para a economia brasileira.** Estud. av. vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100125](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100125)>. Acesso em: 04 de Setembro de 2017.

PIACENTE, F.J.; SILVA, V.C.; MELATO, T.L.M. **Accounting Performance of the Leading Companies in the Construction Sector in Brazil during the Period 2009-2012.** World Academy of Science, Engineering and Technology International Journal of Social, Behavioral, Educational, Economic, Business and Industrial Engineering Vol: 9, No: 5, 2015. Disponível em: <<https://www.waset.org/Publication/accounting-performance-of-the-leading-companies-in-the-construction-sector-in-brazil-during-the-period-2009-2012/10001151>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2017.

PIGNATA, F. A.; CARVALHO, D. O. **Efeitos da Crise Econômica no Brasil em 2015.** v. 09, nº 2, p. 04-18, JUL-DEZ, 2015. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”. Disponível em: <<http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao9/1-artigo.pdf>>. Acesso em: 23 de Junho de 2017.

REVISTA EXAME. **Ranking do setor indústria da construção em 2016.** Disponível em: <<http://mm.exame.abril.com.br/empresas/filtrar/2016/industria-da-construcao/Todos.>> Acesso em: 17 de Agosto de 2017.

RIBEIRO, Mayara de Oliveira; BOLIGON, Juliana Andreia Rüdell. **Análise por meio de índices financeiros e econômicos: um estudo de caso em uma empresa de médio porte.** *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais Aplicadas*, S. Maria, v. 5, n. 1, p. 15-34, 2009. Disponível em: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1492>>. Acesso em: 23 de Março de 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROQUE, Leandro. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. **O que houve com a economia brasileira?** Disponível em: <<http://mises.org.br/articleprint.aspx?id=1943>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis.** 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Geisibel Costa da. **Análise do desempenho econômico-financeiro de empresas da região do Vale do Taquari – RS.** 2014. 110 f. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) - Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/784/1/2014GeisibelCostadaSilva.pdf>> Acesso em: 12 de Outubro de 2017.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **Para que desta vez seja diferente.** *Estud. av.* vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000100111&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100111&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 04 de Setembro de 2017.



## ECONOMIA E AMBIENTE

RIBEIRO, Adauto Roberto<sup>9</sup>

### RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a relação entre o sistema de economia de mercado e a crise ambiental que vem se acentuando nas últimas décadas. O artigo parte do pressuposto que o sistema econômico baseado na economia de mercado liberal tem expandido a capacidade humana de intervenção sobre o ambiente gerando aumento da degradação ambiental. A teoria econômica convencional falha ao incorporar o ambiente ao sistema produtivo apenas como um recurso produtivo. Desta forma, é necessário contemplar novas formulações teóricas com o intuito de incorporar o ambiente como elemento inerente a sobrevivência humana, relacionando homem e natureza como partes de uma mesma existência. A interdisciplinaridade é fundamental para o enfrentamento dos novos problemas e, neste contexto, a economia ecológica é uma das novas vertentes que se preocupa com a formulação de um referencial teórico, que permita integrar homem e ambiente em um processo de desenvolvimento capaz de ser sustentável, modificando a concepção dos agentes econômicos rumo a uma outra racionalidade.

**Palavras-chave:** economia ecológica, meio ambiente, crise ambiental

---

<sup>9</sup> Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Diretor adjunto do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2014-). Diretor Presidente da Associação Nacional dos cursos de Graduação em Ciências Econômicas - ANGE (2018-).

## 1. Introdução

A ciência econômica tem como objeto de estudo analisar a forma como a sociedade humana se organiza para a produção dos bens que necessita. Ao longo de seu processo histórico, a humanidade vem mudando sua organização produtiva, bem como, vem alterando suas necessidades e prioridades à partir das quais organiza seu sistema produtivo. Assim, em sua trajetória histórica e produtiva, os homens passaram da fase da coleta de bens na natureza para a fase de moldagem da própria natureza às suas necessidades e desejos. Desta forma, neste percurso, a humanidade desenvolveu a agricultura e a pecuária, domesticando plantas e animais, criou e aperfeiçoou métodos, técnicas, ferramentas e instrumentos de trabalho e com isso ampliou em escala sem precedentes sua capacidade produtiva (Harari, 2015).

No entanto, a expansão da capacidade produtiva não se desenvolveu de forma uniforme, como uma função linear com taxa de progressão contínua. Esta expansão se deu aos saltos. Só para nos situarmos no período mais recente, de dois mil anos, observamos que até o século XVII a expansão ocorreu com taxas modestas. Obviamente, mais bens foram produzidos e mais áreas produtivas foram incorporadas a atividade humana, porém, sem que este processo gerasse grandes impactos ao ambiente ou as outras formas de vida. A grande extensão do planeta e o pequeno número de seres humanos fazia com que sua atividade produtiva não gerasse impacto suficientemente grande, para ser significativo, no conjunto dos ecossistemas representado pela biosfera global. Em síntese, sequer pensávamos de forma global. O mundo estava e era compreendido em partes, com agrupamentos humanos vivendo de forma relativamente isolada. Ocidente e Oriente, apenas para tratarmos de uma divisão tradicional do globo, travavam pouco contato.

Em outras palavras, a questão ambiental não se colocava como um problema econômico, em parte como função de uma população humana pequena e dispersa, sem grande capacidade técnica e instrumental de intervenção sobre o ambiente, sendo assim, possuía pouca capacidade de gerar danos ambientais irreversíveis. Melhor qualificando, danos ambientais sempre ocorreram em função da intervenção humana, porém correlacionados com a capacidade de gerar danos e com a capacidade de o sistema ambiental absorver tais danos. O argumento central é que mesmo os maiores danos ambientais eram bastante localizados, no passado. Desta forma, é importante reconhecer que crises ambientais ocorreram ao longo da história humana de forma localizada, inclusive, e é importante destacar, muito mais impulsionada por ações não antrópicas. Danos causados exclusivamente por ações humanas

tenham aspecto e alcance mais local, sendo, portanto, passíveis de maior assimilação pela resiliência dos ecossistemas.

A história se altera com a explosão produtiva gerada pela Revolução Industrial, uma nova forma de se organizar o sistema produtivo, em gestação desde o século XIV e que emergiu na Inglaterra, disseminando-se daí para o mundo ocidental, chegando no século XX a escala global.

Este sistema, economia de mercado liberal, demonstrou grande dinamismo e capacidade inovativa, expandindo a produtividade humana. Sendo assim, expandiu imediatamente a capacidade de produção de bens e serviços e, desta forma, ampliou enormemente a capacidade de intervenção do homem sobre os processos ambientais, afetando assim, de maneira mais significativa, o equilíbrio dos ecossistemas.

O sistema econômico liberal, em especial, a organização da produção em unidades especializadas e com a finalidade de lucro, propiciou uma estrutura produtiva extremamente dinâmica no tocante a explorar os recursos produtivos. São unidades de produção nas quais opera a divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, foram e são continuamente equipadas com máquinas e ferramentas que podem substituir o ser humano nas atividades repetitivas, sendo assim, são capazes de alcançar grande produtividade.

Cabe destacar que uma das características deste novo sistema produtivo é sua capacidade de inovar e o grande incremento de produtividade que gera, como mostrou Schumpeter (1911) ao analisar o desenvolvimento inerente a este sistema.

Com o grande salto produtivo obtido, observa-se que o novo sistema possui a capacidade de atender toda demanda humana, definida em dado momento como básica. Desta forma, e em hipótese, como afirmava Keynes, a nova estrutura produtiva representa um salto para a humanidade em questão de sobrevivência, o homem não haveria mais que se preocupar com a sua subsistência, enquanto espécie. Keynes chegou a afirmar que: “... *a humanidade esta resolvendo seu problema econômico*” (Keynes, 1930, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, p. 154).

Do ponto de vista da produção, o exposto aponta para um sistema capaz de dominar e desenvolver técnicas de produção capazes de dar conta das necessidades humanas. No entanto, o novo sistema passa a exigir uma estrutura produtiva absolutamente dinâmica, no qual a produção tem que se expandir continuamente, passando a criar desejos e necessidades,

para além da simples subsistência ou manutenção da vida. Com relação a isto, Keynes (1930) afirma que:

“É verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Mas elas podem ser agrupadas em duas classes – as necessidades absolutas, tais como as sentimos, qualquer que seja a situação de nossos semelhantes; e as relativas, que apenas sentimos quando sua situação nos torna superiores a nossos semelhantes. Na verdade, as necessidades do segundo grupo, que satisfazem o desejo de superioridade, podem ser insaciáveis; tanto mais elevadas serão, quanto mais alto for o nível geral. Todavia, o mesmo não se dá no caso das necessidades absolutas – e logo será possível atingir, talvez muito antes do que pensamos, um estágio no qual, uma vez satisfeitas essas necessidades, preferiremos dedicar nossas energias a finalidades não econômicas. (Keynes, 1930, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, p. 154).

Por outro lado, o funcionamento do novo sistema econômico, do ponto de vista da distribuição dos bens e das riquezas produzidas, apresenta sérios problemas, pode-se, como atesta Keynes, se produzir a quantia de bens necessários a uma “vida digna” para toda a humanidade, porém, a distribuição, ao se dar via “sistema de preços”, decididos pelo “mercado”, não atende a todos os que necessitam dos bens, em especial, o sistema não produz para aqueles que não possuem capacidade financeira para pagar pelo bem. Seu funcionamento gera, assim, um grande grupo de excluídos. Necessariamente, uma questão a ser resolvida no âmbito da política, mas que a teoria econômica convencional procura restringir ao âmbito da teoria econômica.

Assim, a questão do potencial produtivo e dinâmico do sistema econômico e sua capacidade de gerar crises ambientais, tem se expandido em paralelo, ampliando consideravelmente a intervenção humana sobre todos os ecossistemas do planeta. Por outro lado, a nova estrutura produtiva não trata apenas da questão da subsistência humana, mas também está direcionada para a implantação de um modelo de permanente crescimento econômico baseado no pleno domínio da natureza, das outras formas de vida e do uso pleno dos recursos naturais, podendo chegar em momentos críticos a exaustão destes recursos.

Desta forma, é preciso repensar a lógica mais geral de funcionamento do sistema econômico, pelo menos na sua forma tradicional de compreender e incorporar os recursos e serviços do meio ambiente, incluindo aí a racionalidade com a qual o ser humano analisa esta questão e toma suas decisões.

## 2. A economia de mercado e a crise ambiental

As necessidades e os bens que as suprem, assim, como os demais aspectos da vida humana, no contexto do sistema de economia de mercado, são considerados mercadorias, logo, são produzidas para atenderem ao movimento de expansão do mercado. Sendo desejadas, devem possuir compradores. Desta forma, o sistema não se organiza apenas para produzir bens cujas necessidades são conhecidas, vai além, cria desejos e os transforma em mercadorias.

Neste contexto, o sistema econômico sob a forma de economia de mercado, deixa decisões de investimento, produção e consumo ao cargo de agentes individuais, hipoteticamente soberanos e guiados apenas por seu egoísmo, acreditando que ao satisfazerem seus desejos individuais e organizarem o sistema produtivo para tal fim, farão o melhor para a coletividade. Keynes (1926) assim descreveu o sistema liberal, em seu ensaio “O fim do Laissez-faire”

“Os filósofos e os economistas nos diziam que, por diversas e profundas razões, a empresa privada sem entraves iria promover, o maior bem para a sociedade toda.... Assim, o terreno estava preparado para a doutrina que, em bases divinas, naturais ou científicas, estabelecia que a ação do Estado deveria ser rigorosamente limitada, e que, na medida do possível, a vida econômica deveria ser deixada, sem regulamentos, á aptidão e ao bom senso de cidadãos individualistas, impelidos pela admirável motivação de subir na vida. (Keynes, 1926, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, p. 106).

Muitos autores, críticos da visão otimista da economia de mercado, apontam para o perigo de se procurar construir uma sociedade a partir de indivíduos isolados, e de se deixar que as decisões individuais baseadas na hipótese que os homens são racionais econômicos, e que, portanto, suas ações não iriam contra seus interesses prevalecerem sob decisões coletivas.

Ora, é possível se argumentar exatamente o contrário, ou seja, ao buscar o melhor benefício para si, causar problemas a outros. Vejamos, por exemplo, o caso de um produtor que, a procura por mais lucros, possa ter como opções, aumentar seus custos tratando seus resíduos de produção ou depositar os resíduos da sua atividade produtiva no rio, fica evidente que a opção por descartar o resíduo sem tratamento lhe seria benéfica, porém, causaria

problemas aos usuários do rio. Desta forma, não é a ação individual que resultaria em benefícios coletivos ou públicos, mas a ação coletiva impondo limites a ação individual é que geraria melhores resultados para o coletivo. Sobre o sistema econômico de base liberal, assentado em atitudes egoístas, Keynes (1926) ainda escreveu que:

“Não é verdade que os indivíduos possuem liberdade natural prescrita em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os tem ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam.... Não constitui uma dedução correta dos princípios da economia que o auto interesse esclarecido sempre esta a favor do interesse publico. Nem é verdade que o auto interesse seja geralmente esclarecido.” (Keynes, 1926, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, pág. 120).

Sendo assim, é fundamental destacar a ideia de que a economia de mercado de caráter liberal, historicamente, já demonstrou ser possível ampliar a produção e garantir subsistência aos seres humanos. Porém, este mesmo sistema apresentou, ao longo de sua trajetória, problemas cujas soluções só ocorrerão com mudanças na sua estrutura de funcionamento.

Mudanças que lentamente estamos observando serem exigidas e implantadas por uma parcela cada vez maior no conjunto da sociedade. Uma delas é uma maior influência no funcionamento do sistema econômico por parte de instituições e atores sociais, dentre as quais se destaca o Estado e sua intervenção nas decisões econômico-produtivas, incluindo agentes que são os apenas “diretamente afetados” por estas decisões.

O sistema capitalista liberal, na forma como opera, cria e concentra poder de mercado em poucos agentes, logo, permite que uma minoria oriente os rumos da produção, o ritmo do consumo, a trajetória tecnológica, muitas vezes em absoluta conveniência com a maximização da taxa de lucro individual. Não raros, estas decisões são contrarias ao interesse coletivo ou ao interesse público difuso. Isto coloca uma questão premente no atual estágio de nosso sistema econômico, o de como exprimir esta contrariedade e influenciar os rumos do processo de desenvolvimento.

A implantação e o fortalecimento da ação efetiva de mais atores no processo decisório e de uma presença mais efetiva do Estado democrático são possibilidades de se efetuar uma maior intervenção no domínio privado do sistema produtivo. Para isso é necessária uma ampla e efetiva participação dos agentes sociais, capazes de incorporar novos valores ao

sistema, com a incumbência de apresentar alternativas fundamentadas não apenas por aspectos técnicos, porém respaldadas por valores éticos e socialmente construídos.

A crise ambiental, que estamos observando se ampliar neste início de século, cresceu como fruto da maior capacidade de intervenção do homem sobre os ecossistemas, dentro do contexto descrito anteriormente, de plena liberdade para dominar e explorar os recursos naturais, em uma trajetória definida pela acumulação privada dos benefícios, um mantra da racionalidade individual que permeia o modelo.

O sistema de economia de mercado liberal, porém, não desenvolveu mecanismos eficazes para resolver suas externalidades negativas, em especial, as que envolvem a brutal desigualdade que estimula, excluindo pessoas do convívio social e a degradação ambiental que provoca.

Desta forma, cresceu ao longo dos anos o inconformismo com os rumos de um improvável processo de desenvolvimento econômico como pressuposto neste sistema, uma sociedade de guetos, com contrastes alarmantes.

O agravamento da crise ambiental, no entanto, como elemento subversivo no interior do sistema, propicia uma nova configuração de forças políticas no sentido de desencadear mudanças, passando a exigir mais regulação e normatização na forma de funcionamento do sistema.

Resultantes desta agenda sobre as consequências da forma como nos organizamos produtivamente, do consumismo desenfreado, da postura antiética nas relações com os demais seres vivos, nos rumos do desenvolvimento tecnológico, dentre outros; somente forças políticas podem estruturar instituições capazes de alterar regras, mudar leis e impor limites a maneira como o ambiente está sendo apropriado nesta estrutura produtiva.

Desta forma, o funcionamento do sistema com base nas decisões individuais e no lucro como orientador dos investimentos parece caminhar para o seu esgotamento. Outras formas de organização devem emergir e se impor como nova institucionalidade capaz de reorientar estes processos.

Um dos elementos que estamos observando ganhar força é a figura do sujeito coletivo em substituição ao agente soberano individual, forjando um conjunto de ações e leis que atacam determinados problemas ambientais baseados na vontade de um conjunto de agentes que se expressam democraticamente e, desta forma, subjugam os desejos de outros agentes,

em especial, agentes individuais preocupados com os resultados econômicos imediatos na forma de lucro.

Dar mais voz a estes sujeitos coletivos é uma das formas de se alterar o funcionamento do sistema e incorporar o ambiente ao problema econômico. Ressaltando que, até pouco tempo atrás, o problema econômico essencial consistia basicamente em produzir bens, o ambiente e as mazelas sociais geradas neste processo não inibiam seus bons resultados. O processo civilizatório tem incorporado como objetivo do sistema a diminuição da desigualdade social, traço característico do sistema capitalista liberal.

Assim, a ideia de ganhos coletivos, melhor distribuição de renda e controle das ações individuais em prol do bem-estar coletivo ganhou força. Em função disto, a eliminação da miséria foi colocada como objetivo econômico por muitas nações, o ideal é colocá-la como objetivo da humanidade.

O terceiro passo neste processo é incorporar a forma como interpretamos o meio ambiente, ou seja, a forma como nos relacionamos com os ecossistemas do planeta. O ambiente incorporado como uma variável fundamental do processo econômico, reconhecido no seu movimento de coevolução; humanidade e ambiente formando um único e mesmo sistema.

A questão central é que há motivos para se alterar a forma de funcionamento do atual sistema produtivo, pelo simples fato que chegou a um nível de degradação ambiental extremamente relevante. Sua expansão sem alteração nos fundamentos era possível quando a capacidade de gerar danos ambientais era ínfima, localizada e reversível. O uso do carvão para gerar energia, o uso do fogo na agricultura, a caça, são técnicas e práticas que já não são podem ser aceitas, pois deixaram de se apresentar como sustentáveis em função dos danos colaterais que causam.

Quando se pensa no uso do carvão por uma população de milhões de pessoas, queimadas envolvendo milhares de hectares, ou, a caça executada em grande escala, estamos tratando de ações com enorme potencial de degradação ambiental. Trata-se de uma escala produtiva e de intervenção e impactos ambientais sem precedentes na história, ainda mais se praticadas com tecnologias modernas extremamente produtivas e destrutivas.

Retornamos assim a questão sobre os avanços tecnológicos que o sistema já efetuou e que nos permite, como sociedade organizada, atender as necessidades humanas básicas, sem expandir a capacidade de destruição do ambiente ou ampliar a desigualdade. Isso só pode ser



possível de haver uma profunda alteração na forma de ação do sistema econômico, na direção de se produzir com outra racionalidade econômica efetiva que leve em conta a questão humanitária. A humanidade como coletivo e os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental como elemento interdisciplinar de se analisar os problemas que enfrentamos.

A ciência econômica tem como função analisar a organização produtiva humana, não devendo estar restrita ao estudo da escassez, que como vimos é um concito relativo. Sendo assim, novas formas de organizar a produção devem ser analisadas envolvendo novas formas de se realizar o desenvolvimento tecnológico também.

A questão aqui exposta ultrapassa a racionalidade puramente econômica, como os economistas liberais se acostumaram a pensar. A racionalidade envolvendo a questão produtiva deve ser tratada como efetivamente é, uma questão complexa (política, econômica, social e filosófica), sendo assim, envolve a vida humana não em escala individual, mas, na manutenção do seu processo coletivo, civilizador.

Deixar as decisões de produção apenas aos produtores não é uma decisão sábia. O sistema produtivo, seu impacto e suas conseqüências são por demais importantes para ser decisão de poucos. A decisão deve ser coletiva, levando em consideração a preservação da vida e a manutenção de sua trajetória como civilização. Como afirmava Keynes, o homem superando sua situação de luta por subsistência para atingir novo patamar, novo propósito para a vida.

Neste contexto a teoria econômica é fundamental, ampliando as discussões sobre uma nova forma de produzir, sobre como avaliar bens que atendem as estas questões, ecologicamente corretos, atendendo direitos humanos básicos e preocupados com a equidade social. Mais e melhor governança sobre o processo produtivo é necessária. Como dizia Keynes (1926): *Estas reflexões são dirigidas para os possíveis aperfeiçoamentos na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva.* (Keynes, 1926, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, p. 124).

Criar instâncias e instituições de governança, no entanto, não é tarefa fácil, vai contra os princípios do liberalismo econômico, fortalecido no último século, mas obviamente, não permanente. A fase liberal do capitalismo, centrada no individualismo e seus desejos acima de tudo, ao que parece, não tem futuro, entender esta nova necessidade humana, agora, não mais de subsistência individual, mas de civilização é fundamental para as regras de funcionamento

do novo sistema. Schumpeter (1911), já afirmava que a dinâmica do capitalismo liberal era dada pela presença da inovação, em uma luta onde o novo destrói o velho e recria o sistema econômico.

Trata-se neste momento, de um novo agente capaz de substituir a estrutura da economia de mercado liberal. Um novo sistema capaz de dar conta das novas necessidades humanas, neste novo momento histórico. Este agente já não é o indivíduo liberal, da mesma forma como a inovação no mundo moderno já não é mais feita isoladamente, ao contrário, é resultado de um processo em rede, envolvendo um complexo sistema de instituições, empresas, centros de pesquisa, universidades e órgãos governamentais.

Assim, a política também não pode representar apenas indivíduos e, sim coletivos e, a partir da defesa dos interesses deste coletivo, se possa construir as regras de funcionamento do novo sistema econômico calcado nos desafios da sustentabilidade. Cabe finalizar com a reflexão de Keynes (1930) ao final do ensaio “As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos”:

“Tenho certeza que, com um pouco mais de experiência, empregaremos a generosidade recém descoberta da natureza de maneira bem diferente daquela com que os ricos a usam hoje, e delinearíamos para nós um plano de vida bem diferente do deles.” (Keynes, 1930, reproduzido em Szmrecsanyi, 1984, p. 156).

Neste contexto histórico cabe, portanto, refletir sobre qual teoria econômica consegue apreender estas mudanças. Não nos parece que a teoria convencional, sustentadora do modelo de economia de mercado liberal, como vimos até agora, seja esta nova teoria. Sendo assim, novas formas e novos conceitos econômicos devem se emergir dentro de um contexto interdisciplinar com a tarefa de apreender esta nova realidade. Já está na hora de uma reflexão da humanidade, agora globalizada, sobre a forma com que quer subsistir neste planeta.

### **3. Economia tradicional e economia ecológica**

Em função da crise ambiental e das constantes críticas a forma de funcionamento do sistema econômico convencional emergiu o conceito de economia ecológica, uma área de estudo ainda em constituição, no entanto, já reconhecida como fundamental para a análise dos problemas ambientais apresentados pela sociedade contemporânea. Isto ocorre muito em função da ciência econômica tradicional privilegiar a análise da formação de preços em

economias de mercado, focando sua preocupação nos bens econômicos, ou seja, nos bens passíveis de serem mercantilizados, negligenciando os demais bens e serviços ambientais presentes no processo econômico mais amplo.

A economia tradicional em sua fundamentação teórica se preocupa basicamente com os impactos econômicos que os recursos naturais impõem ao processo de produção e consumo. Nesta ótica o ambiente é apenas uma fonte de recursos necessários ao processo produtivo.

Sendo assim, a economia tradicional não incorpora o meio ambiente e os princípios básicos de ecologia como elementos constituintes do sistema econômico, como irá defender a economia ecológica. Desta forma, na perspectiva da economia tradicional, a ecologia (o ambiente) é uma limitação para a economia. Assim, para superar estes limites, o mercado deve gerar as soluções via arranjos produtivos, e incorporar as questões ambientais apenas quando estas apresentam custos que passam a ser incorporados pelo mercado, que os precifica.

Não havendo precificação não ocorre esta incorporação. Assim, os problemas ambientais são apenas imperfeições de mercado, e são tratados como tal. Para a economia ecológica, que se desenvolve na metade final do século XX - não por acaso quando emergem os problemas ambientais - a abordagem do processo econômico deve estar inserida em um sistema mais amplo, que envolve a produção e reprodução das condições de vida no planeta.

Sendo assim, o processo produtivo não está restrito a questão da escassez e utilidade dos bens econômicos, mas à relação que esse estabelece entre o homem e o ecossistema em que habita. Na visão da economia ecológica o mercado deve atuar sob forte regulação institucional, atendendo as demandas sociais de preservação e manutenção da vida humana no tempo, entendendo a ação humana sobre todas as demais formas de vida e de equilíbrio do sistema ecológico em que o homem se insere.

A seguir procuramos conceituar e contextualizar a economia ecológica destacando suas principais diferenças quanto à economia tradicional.

### **3.1. Contextualizando a economia ecológica**

A questão ambiental surgiu com mais força nos anos 60, com a emergência do movimento ambientalista e se acentuou com a ocorrência do primeiro choque do petróleo nos anos 70, tornando recursos naturais, energia e ambiente, temas de importância econômica e

social. Na época, o debate teve início com uma forte crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, e basicamente se centrava no conflito existente entre crescimento econômico e preservação dos recursos ambientais.

O forte crescimento econômico do período, a expansão industrial, sob determinada trajetória tecnológica e a urbanização intensa geravam problemas ambientais de grande monta que instigaram pesquisadores ao debate se a economia incorporava a questão ambiental no seu cerne de preocupação ou não.

Como a ciência econômica tradicional tem dificuldades para incorporar em seus modelos uma visão mais holística da sociedade, o tema foi se incorporando através de análises não ortodoxas da ciência econômica, aproximando a economia às outras ciências em especial, as ciências da vida.

O debate nos anos setenta se polariza, por um lado com um cenário pessimista de impossibilidade de perpetuação do crescimento econômico, face à exaustão que ocorreria dos recursos ambientais, e por outro lado, e sua contrapartida política de que a visão pessimista do crescimento econômico prejudicaria os países em desenvolvimento no seu processo de crescimento.

Nesta visão, se analisava a questão ambiental como um impedimento imposto por países desenvolvidos para se evitar o processo de crescimento econômico dos demais países. Neste contexto ocorreu a Conferência da ONU Sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), onde se estabeleceu o conceito de eco-desenvolvimento, no qual, meio ambiente e economia não seriam incompatíveis.

O desenvolvimento econômico deveria ser procurado em conjunto com a sustentabilidade ambiental. Deste debate se avançou para o que discutimos hoje como desenvolvimento sustentável. A Economia Ecológica se consolida efetivamente nos anos 80, com a fundação da *International Society for Ecological Economics* (ISEE) e com a criação da revista *Ecological Economics*. E, se afirma com base no princípio de que o sistema econômico deve ser compreendido levando em consideração o mundo biofísico sobre o qual os processos econômicos ocorrem.

É do ambiente, portando, da área de conhecimento da ecologia que a matéria prima e a energia usada no processo econômico se origina, logo, este mundo tem que ser incorporado à análise econômica. Neste sentido se descola da economia tradicional que se mantém fiel a análise do sistema econômico com base na escassez dos recursos e na ação dos agentes

econômicos tendo como guia principal a sua racionalidade econômica. Resumindo, a Economia Ecológica é um campo de estudo transdisciplinar que procura integrar economia e ecologia para uma análise do processo produtivo de maneira mais ampla, incorporando elementos da teoria econômica, inclusive da economia convencional, quando estes se mostram como princípios mais gerais, e elementos da ecologia.

### **3.2. Contrastando princípios: economia tradicional e economia ecológica**

De acordo com Cechin & Veiga (2013), muitas questões teóricas separam a economia ecológica da economia tradicional-convencional, a seguir destacamos alguns deles, de acordo com a visão destes autores, são eles: o ponto de partida; o metabolismo; a termodinâmica; o processo produtivo e a questão do otimismo.

Com relação ao ponto de partida, a economia tradicional parte de um modelo de comportamento e racionalidade econômica dos agentes no qual as decisões se guiam unicamente pelo “sistema de preços livres” dos bens, formados com base nos princípios de escassez e de utilidade dos bens. O ambiente é apenas um fornecedor de recursos. Já para a economia ecológica, o ambiente é parte de um todo que envolve e sustenta o processo econômico.

A economia é observada como um subsistema aberto no interior de um sistema maior, que é finito. O pressuposto da economia tradicional é que não há limite à expansão da atividade humana sendo impostos pelo ambiente, no entanto, para a economia ecológica, como a economia é um subsistema de um sistema fechado, qualquer expansão implica em um custo que não pode ser ignorado.

Assim, o crescimento econômico tem um custo ambiental que pode se tornar mais alto que o benefício gerado pelo crescimento economicamente observado. Desta forma, ressaltam que é necessário avaliar o processo de crescimento com base no impacto que gera, que pode ser considerado inclusive, antieconômico.

Na questão do metabolismo, observa-se que na economia convencional a relação entre produção e consumo é fechada, demonstrada teoricamente com o conceito de fluxo circular. Desta forma, a visão é de uma representação da circulação perfeitamente executada, como se o sistema econômico não gerasse resíduo, nem precisasse de novas entradas de matéria e energia. Esta visão vai contra os princípios da termodinâmica, que afirma que nem toda energia é transformada em trabalho, parte da energia sempre se dissipa em calor, e que este

calor tende a se distribuir de maneira uniforme pelo sistema e não pode ser aproveitado para gerar trabalho.

Desta forma, os organismos vivos se organizam importando energia e matéria de fora de seus corpos exportando a entropia. Para a economia ecológica o sistema econômico mantém sua organização material e cresce em escala, também dessa forma, aberto para a entrada de energia e materiais e para a saída de resíduos. Este preceito afirma que toda a vida econômica se alimenta de energia e matéria de baixa entropia e gera como subproduto resíduos de alta entropia, assim, não podem ser entendidos como um moto-perpétuo.

O conceito de metabolismo, no qual o organismo se serve dos materiais e da energia de seu meio ambiente e os converte em unidades constituintes do crescimento, constitui a base que sustenta as interações necessárias à manutenção da vida, sendo assim, para os autores de economia ecológica as mudanças sociais não podem ser analisadas independentes das relações que os humanos mantêm com o resto da natureza.

Por fim, o metabolismo, por um lado, é regulado por leis naturais que governam os vários processos físicos envolvidos e, por outro lado, por normas institucionalizadas que governam a produção e o consumo de bens. Trata-se, portanto, de se incorporar o fluxo metabólico real na representação do sistema econômico.

Com relação ao embate mecânica e termodinâmica, temos que a economia tradicional tem sua origem na mecânica clássica, a qual avalia que é possível entender os fenômenos, independente de onde e quando ocorrem, com isso praticou-se um reducionismo científico para uma ciência que é basicamente social e com forte integração com a biologia e a ecologia.

Como para a economia tradicional é importante ter instrumentos de análise precisos e leis gerais com validade universal, incorporou da mecânica o princípio de que os movimentos são reversíveis, assim não há passado nem futuro (uma abstração do tempo histórico). No entanto, na natureza, a irreversibilidade dos processos é o que mais adequadamente se observa pelas leis da termodinâmica, e em especial, a segunda lei que diz que a entropia do universo aumenta e que a qualidade da energia num sistema isolado tende a se degradar.

Esta lei distingue o passado do futuro, expondo a direção dos processos, desta forma, define a impossibilidade de sistemas do tipo moto-perpétuo ocorrerem, como sugere a economia tradicional. Desta forma, a economia tradicional fica presa a um problema que não apresenta solução, as ações promovidas pelo processo econômico têm direção no tempo e são

irreversíveis, transforma matéria-prima em produtos e gera resíduo. Sendo assim, não é possível analisá-la como um ciclo isolado.

Quanto ao processo produtivo em si, a economia tradicional tem um longo histórico de minimização das diferenças qualitativas existentes entre os fatores de produção. A produção é um processo de transformação de elementos da natureza em produtos. Neste caso, é importante diferenciar o que entra e sai relativamente inalterado do processo produtivo do que se transforma dentro dele.

Em um intervalo de tempo curto não se alteram o recurso natural, a terra, os recursos humanos e os meios de produção, representados pelo capital. No entanto, os fatores fluxos, como a energia e os insumos provenientes da natureza ou de outro processo produtivo, se transformam em produtos e em resíduos.

Na economia tradicional existe a possibilidade de haver melhorias no desempenho dos fatores básicos, diminuindo desperdícios, no entanto, há um limite para este processo, bem como para a inevitabilidade de se gerar resíduos. Um dos problemas desta visão está em reduzir o processo a uma questão de alocação, tratando os fatores como se fossem de natureza semelhante, e ao supor que os fatores apresentam plena mobilidade, supõem também que a substituição entre eles não tem limites.

Para esta abordagem, a substituição ocorre quando um fator de produção se torna relativamente mais escasso e, portanto, fica mais caro. Se o preço de um recurso natural aumenta, sua participação relativa no processo produtivo diminui. No entanto, o papel desempenhado pelas duas categorias de fatores é diferente em qualquer processo de transformação.

Aumentar o capital quando o limitante é o fator disponibilizado pela natureza, não irá aumentar a produção, apenas gerar ineficiência. Assim, ignorar o fluxo inevitável de resíduos e apostar na substituição sem limites dos fatores será um problema para a economia tradicional.

Por fim, com relação ao otimismo, a economia tradicional trabalha com a hipótese que o processo produtivo pode continuar indefinidamente sua trajetória de crescimento, trata-se de uma aposta na capacidade da tecnologia de promover qualquer substituição que se mostre necessária. Assim, não se incorpora na análise os limitantes biológicos, físicos e ambientais das tecnologias e nem a especificidade dos serviços prestados pela natureza, muitos deles sequer são precificados pela economia de mercado. Na visão da economia ecológica trata-se

de um otimismo exagerado, dado que observa a existência de complementaridade entre patrimônio natural e os meios de produção.

O que for mais escasso será o limitante do aumento da produção. Fatores limitantes podem ser principalmente as fontes de energia e a capacidade de o ambiente absorver resíduos (resiliência). No debate sobre a qualidade de vida da humanidade no longo prazo, a economia tradicional não tem elementos para realizar esta análise, pois a tecnologia tem capacidade para mudar tudo, assim preocupam-se apenas com o curto prazo.

A preocupação com a sustentação do crescimento no curto prazo, no entanto, é diferente da preocupação com a capacidade do ambiente de assimilar os resíduos sem perder suas funções de suporte à vida no longo prazo. Como não se sabe qual o ponto de impacto a partir do qual os danos ao ambiente se tornam irreversíveis, a análise, apenas monetária de questões referentes à sustentabilidade ambiental, apresenta-se perigosa, pode dar a impressão que todo dano é reversível.

A economia ecológica, ao contrário, afirma ser necessário levar em conta todos os impactos do crescimento da produção material, portanto, não acredita na possibilidade de crescimento por tempo indeterminado, nem que o crescimento possa ser a solução para os problemas ambientais. Para a economia ecológica importa a qualidade de vida que poderá ser desfrutada por futuras gerações e que isto depende da forma como se utiliza os recursos naturais no momento presente.

#### **4. Considerações finais**

No quarto final do século XX a questão ambiental entrou definitivamente na agenda humana. O modelo de economia liberal que sustentou a ideologia do crescimento econômico e da produção sem limites, perceptivelmente, passou a esbarrar nos limites impostos pelo impacto ambiental que gera.

Neste contexto, a economia ecológica se insere nos esforços para se estabelecer novos paradigmas econômicos que sejam capazes de conciliar o processo de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Em resposta a questão ambiental, e as pressões que daí surgiram, ampliou-se a intervenção no campo econômico por parte de agentes coletivos.



Sob estas condições muitas empresas passaram a realizar esforços para colocar no mercado produtos ambientalmente sustentáveis, em consonância com uma parcela cada vez mais ampla da população que passou a se preocupar mais com este tema.

O sistema econômico tradicional, no entanto, ainda continua se guiando por um sistema de decisões produtivas e de preços que não incorpora todos os elementos constituintes ou afetados pelo processo produtivo.

A economia tradicional pouco tem a oferecer na incorporação de práticas de sustentabilidade, a não ser a busca incessante por redução de custos, o que em tese, pode ser empreendido em qualquer sistema. Por outro lado, a economia ecológica, pressupõe condições de demanda diferentes por parte da sociedade, imbuídos de outra forma de racionalidade, bem como mudanças no próprio processo produtivo, dado que instituições normatizadoras teriam um papel mais ativo na forma de funcionamento do sistema econômico.

Partindo do princípio que a expansão da produção com técnicas e processos não ambientalmente responsáveis levaria a um colapso das condições e da qualidade de vida no sistema ecológico em que o homem vive, normas e procedimentos seriam determinantes para o redirecionamento dos processos produtivos.

Este intervencionismo atuaria na estruturação de processos e produtos ambientalmente menos destrutivos. Da mesma forma passariam a estruturar trajetórias tecnológicas ambientalmente menos agressivas. Assim, a solução para as questões ambientais não viria do mercado, na suposição de que deixado livre para suas decisões baseadas em preços e custos, sustentando-se em sua lógica individualista, resultaria em amplos benefícios coletivos; mas viria da intervenção nos processos, dado que as decisões de mercado, tomadas com base na racionalidade econômica tradicional, pode não apresentar a mesma racionalidade sob o ponto de vista da sustentabilidade sistêmica da vida no planeta.

De qualquer forma, as perspectivas para a expansão de um sistema econômico com um sistema produtivo mais ambientalmente responsável parece ser uma tendência desde que o modelo de crescimento econômico, baseado na expansão da produção sem levar em consideração os custos e impactos ambientais, passou a ser mais efetivamente questionado.

Neste contexto, a emergência da economia ecológica e o seu crescimento tem contribuído para uma reflexão mais profunda sobre os dilemas do processo produtivo no atual sistema econômico. A preocupação ambiental e a expansão da ação coletiva sobre os

interesses individuais apontam para uma nova economia, na qual a racionalidade econômica baseada no agente individual, soberano e egoísta, esteja sendo substituída por uma nova forma de organizar a produção e seus impactos. Trata-se da construção de uma nova forma de tratar a racionalidade humana, baseada mais do que nunca no agente coletivo em sua preocupação com o futuro e a sustentabilidade da vida no tempo, uma nova racionalidade que poderíamos chamar de civilizatória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CECHIN, A. & VEIGA, J. E. da. O fundamento central da Economia Ecológica. USP.

[https://www.academia.edu/4196240/O\\_fundamento\\_central\\_da\\_Economia\\_Ecol%C3%B3gica\\_a\\_Cap%C3%ADtulo\\_de\\_livro\\_vers%C3%A3o\\_2018](https://www.academia.edu/4196240/O_fundamento_central_da_Economia_Ecol%C3%B3gica_a_Cap%C3%ADtulo_de_livro_vers%C3%A3o_2018)

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. Estudos Avançados, vol.24, no.68. São Paulo, 2010.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HARARI, Y. N. Sapiens: Uma Breve História da Humanidade. Tradução Janaína Marcoantonio. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

KEYNES, J.M. (1926). O Fim do Laissez-Faire. In: Szmrecsanyi, T. (Cord.). Keynes. Editora Ática, SP, 1984.

KEYNES, J.M. (1930). As Possibilidades Econômicas de Nossos Netos. In: Szmrecsanyi, T. (Cord.). Keynes. Editora Ática, SP, 1984.

MANKIW, G. (2001). Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Editora Elsevier.

MAY, P. Economia do Meio Ambiente. Ed. Elsevier. RJ. Terceira edição, 2018.

MONTE-MOR, R. L. Economia ecológica: uma introdução. UFMG.

ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P. & LEONARDI, M. L. A. Economia do Meio Ambiente. Ed. Unicamp, Campinas, 1997.

SCHUMPETER, J. A. (1911). Teoria do desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. (1942). Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

VASCONCELLOS, M. A. & GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. Ed. Saraiva, 2009.

VEIGA, J. E. da. A emergência socioambiental. São Paulo: Senac, 2007.

**CONCEPÇÃO PERIFÉRICA LATINO-AMERICANA:  
A INFLUÊNCIA ECONÔMICA CHINESA NA AMÉRICA LATINA**

ANDRADE, MÔNICA Ricardo de Vasconcelos<sup>10</sup>

**RESUMO**

O objetivo do presente artigo é demonstrar através do pensamento estruturalista, a influência chinesa nos países latino-americanos. Desta forma, procura-se apresentar a condição periférica nas relações comerciais entre a América Latina e a China, utilizando como referencial teórico o pensamento estruturalista latino-americano. Com base nisso, busca-se compreender como fomentou-se o crescimento chinês, iniciado na década de 80 e intensificado a partir dos anos 2000 e qual a influência econômica exercida nos países latino-americanos.

**Palavras Chaves:** Estruturalismo econômico; América Latina; China.

**JEL Classificação:** F1; F15; N16; N46; N76

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to demonstrate, through a structuralist view, the Chinese influence in Latin American countries. In this way, we seek to present the peripheral condition in trade relations between Latin America and China, using Latin American structuralist thinking as a theoretical framework. Based on this, we seek to understand how Chinese growth was fostered, which started in the 1980s and intensified from the 2000s onwards and what economic influence was exerted on Latin American countries.

**Key words:** Economic structuralism; Latin America; China.

---

<sup>10</sup> Bacharelada em ciências econômicas pelo Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta), vinculada ao Programa Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica do Unianchieta, protocolo de pesquisa 033/2019, modalidade VIC, sob a orientação do professor Paulo Daniel e Silva.

## 1. Introdução

Após décadas de baixo crescimento, os países latino-americanos pós anos 2000 vivenciaram um longo período de bonança e crescimento. Contudo, embora tenham aumentado sua empregabilidade, renda e o desempenho econômico populacional, permaneciam com um padrão de especialização de produção e das exportações centrada na exploração de recursos naturais (minérios, energia e alimentos) e de serviços de baixa tecnologia.

A estrutura econômica desenvolvida na América Latina ao longo dos anos 2000, recolocou limites e incertezas estruturais ao desenvolvimento da região, pois seu progresso ficou fortemente dependente da economia global, principalmente da China e da retomada estadunidense e europeia pós crise de 2008. A dinâmica econômica se estabeleceu mediante um conjunto de fatores internos e externos da América Latina.

Ao que se tange aos fatores externos, um dos principais motivos que desencadeou profundas transformações na América Latina, foi a ascensão chinesa, promovida principalmente a partir dos anos 2000. De acordo com Cintra e Pinto (2017), a elevação chinesa manifestou fortes transformações econômicas e estruturais na economia global, desenvolvendo uma série de reformas e variações em sua cadeia produtiva, iniciada em 1949 com a revolução chinesa e intensificada em 1978 com a abertura internacional do mercado chinês.

A principal ação chinesa desenvolvida, pós anos 2000, foi internacionalização do país com base no capital industrial chinês. A ação promovida, buscava remediar sua produção ociosa, uma vez que seu mercado interno não conseguia sustentá-lo sozinho. “Não se pode deixar de salientar também que esta intensificação mais recente dos investimentos no exterior, tanto em infraestrutura como na implantação de novas empresas multinacionais industriais, se articula com a necessidade de se sustentar a demanda pela produção doméstica excedente”. (CINTRA, PINTO, 2017, p.394)

A China por sua vez, transformou-se em um grande demandante de produtos naturais, pressionando o aumento da oferta referente a esse setor. Em contrapartida, tornou-se um dos países mais competitivos do mundo tratando-se de produtos de média e alta tecnologia devido ao seu alto desempenho, contando com uma forte ampliação tecnológica e uma farta mão de obra. “A rigor, a China consegue combinar de forma bastante eficiente a estratégia de gerar capacidade competitiva dentro do velho (custos reduzidos com elevadas economias de escala

de produção) e novo paradigma (inovação e agregação de conteúdo tecnológico) ” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

O conjunto desses fatores, principalmente o processo de internacionalização chinês, aqueceu o mercado mundial. Entretanto, grande parte dos países latino-americanos não se especializaram e obtiveram um progresso tecnológico eficiente, ficando limitado a exploração de recursos naturais, acarretando na deterioração nos meios de troca e baixo poder competitivo. “No período 1980-2000, Brasil e Argentina não conseguiram recuperar seu dinamismo industrial, elevar sua competitividade internacional e aumentar as exportações de produtos de maior intensidade tecnológica.” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.23).

O artigo em questão tem como objetivo, demonstrar a condição periférica latino-americana mediante a influência econômica chinesa. Para tal, o mesmo encontra-se dividido em três sessões, após uma breve introdução, obtendo como base o pensamento estruturalista latino-americana e dados numéricos extraídos da Cepalstat. Na primeira sessão busca-se apresentar o conceito estruturalista, focando no contexto histórico estrutural de centro e periferia.

Na segunda sessão, será demonstrado a trajetória do crescimento industrial chinês, destacando a transição da indústria agrária (1949) para a indústria manufatureira (1978) e a internacionalização chinesa a partir dos anos 2000. A terceira sessão busca unificar os estudos realizados na primeira e segunda sessão e os dados estatísticos extraídos da Cepalstat (2020), a fim de analisar o crescimento chinês na participação da intensidade importadora e exportadora da América Latina nos últimos 40 anos (1980 a 2019). Ao fim, encontra-se as considerações finais sobre o estudo.

## **2. Pensamento estruturalista na concepção centro e periferia**

O pensamento estruturalista estuda a composição das atividades produtivas e tecnológica dos países latino-americanos em relação aos países centrais, levando em consideração características econômicas, sociais e políticas. É inerente a tal, as concepções de crescimento, desenvolvimento, industrialização, emprego, distribuição de renda, progresso tecnológico e educação.

A forma de pensar estruturalista se fortificou após a criação da Cepal (Comissão econômica para América Latina e Caribe) em 1948 pelo economista Raul Prebisch. A

comissão foi fundada com o intuito de estudar a América Latina utilizando como referencial teórico o pensamento estruturalista latino-americano.

A principal base do pensamento estruturalista é a relação entre centro e periferia. Enquanto a periferia tem atraso em sua estrutura produtiva com especialização heterogênea, o centro possui diversidade em sua produção industrial sendo ele homogêneo em seus diferentes ramos. “As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais.” (BIELSCHOWSKY, 2020, p.7). Essa estrutura causa uma disparidade econômica que pode ser destrinchada com base em suas características.

Segundo Street (1967, p.55, apud Oreiro, 2012), os desajustes estruturais dos países periféricos são causados por fatores externos e internos. O desequilíbrio está nas externalidades referente a importação e exportação onde, os produtos primários sofrem uma desvalorização em relação aos produtos manufaturados, uma vez que exportamos produtos com baixa tecnologia e importamos produtos com alta tecnologia. Outro ponto desequilibrante está nos fatores internos, como: Excesso de mão de obra, urbanização prematura, exportação dos setores de serviços, atraso na produção agrícola, fraco mercado interno e um sistema tributário ineficiente.

O conjunto desses fatores é a principal causa do atraso e fragilidade econômica dos países latino-americanos. Com isso, é possível observar um processo histórico estrutural onde, a economia dos polos periféricos conta com características específicas desde sua formação, assim como os países centrais.

“Admite-se que nos países centrais esse progresso ou os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Isso porque nesses países a escassez de mão de obra e a presença de organizações sindicais permitem que ao longo da evolução econômica ocorra o aumento dos salários reais, o que incentiva a contínua emergência de inovações tecnológicas destinadas a substituir trabalho por capital.” (OREIRO, 2012, p.10)

Conforme observado, é possível compreender que os países desenvolvidos contam com características opostas as dos países subdesenvolvidos como, a escassez da mão de obra e a forte presença sindical, que por sua vez incentiva a inovação tecnológica gerando crescimento e desenvolvimento, isso faz, com que esses países desenvolvam a longo prazo

um processo contrário à dos países periféricos, exportando produtos manufaturados e importando produtos primários.

Parte desse pressuposto a engrenagem para o desenvolvimento produtivo de um país, sendo ele o principal fator que impulsiona a inovação tecnológica e o aumento de capital, que por sua vez gera emprego e renda. Isso é essencial para a mobilidade de recursos, caminho a homogeneidade tecnológica produtiva. “Ademais, a mobilidade dos recursos produtivos tende a igualar a remuneração nos diversos ramos de atividade” (RODRIGUEZ, 2009 apud Oreiro, 2012, p.11)

A estrutura periférica além de ser totalmente dependente agrária, conta com uma população inflada gerando excesso de mão de obra, impulsionando os salários para baixo e retaliando em seu investimento produtivo tecnológico. Uma forte característica periférica é a heterogeneidade produtiva, devido sua alta produção nos setores primários o investimento tecnológico ocorre de forma intensiva apenas nas áreas de exportação de produção agrária, gerando além de pouca diversidade uma disparidade nos diversos ramos de produção.

“Na periferia a evolução econômica parte de um relativo atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados.” (OREIRO, 2012, p.11)

Além disso, ocorre uma deterioração dos termos de troca em meio a esse processo, os países subdesenvolvidos sofrem com um deficit na balança de pagamento, sendo sua principal característica a exportação de commodities, é inerente uma defasagem em seu resultado final, uma vez que a maior parte dos produtos manufaturados são importados. “Essa diferenciação é ampliada pela tendência à deterioração dos termos de troca, ou seja, tendência de que os preços de exportação dos produtos primários apresentem uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. ” (OREIRO, 2012, p.11). Isso por sua vez gera desigualdade nas relações de troca.

É possível observar mediante a análise uma disparidade histórica em relação aos polos. O pensamento estruturalista propõe, um estudo histórico e social de ambas as partes. Para tal, o “desenvolvimento para fora” é necessário inicialmente para a geração de renda e riqueza, contudo, posteriormente deve ser trabalhado o processo do “desenvolvimento para dentro” para o desenvolvimento real, com o avanço tecnológico, industrialização em massa, ampliação de produções industriais, para que seja possível o aumento de empregos e salários.



A América Latina aprofundou sua condição periférica devido sua estrutura, mas acima de tudo devido a política estabelecida pelos países, observa-se isso, mediante a deterioração dos meios de troca, baixa tecnologia desenvolvida, heterogeneidade produtiva, desemprego e sua distribuição de renda, impactando diretamente em seu crescimento e desenvolvimento. De acordo com Rodriguez (2009) embora tenha se estimulado o “desenvolvimento para fora” (entrada de recursos mediante a exportação de commodities), faltou, com o “desenvolvimento para dentro” (industrialização e produtividade).

Entende-se, é inerente ao sistema capitalista polos centrais e periféricos, a China por sua vez, ampliou a condição periférica da América Latina ao entrar no mercado mundial, tal processo já iniciado pelos Estados Unidos antes dos anos 2000. O aprofundamento das importações de produtos manufaturados criou uma barreira para a indústria nacional, e as exportações de produtos primários tornaram essa relação ainda mais profunda.

### **3. Desenvolvimento industrial chinês**

Em 1949 a China passou por um processo de transição política, culminando em intensas mudanças e transformações econômicas ao país, principalmente em seu processo industrial e produtivo. A sequência das medidas instituídas pelo governo chinês ao decorrer dos anos, iniciado mediante a presente transição, é que tornou possível o desenvolvimento da indústria chinesa.

Na era maoísta (1949-1976), inicializou-se um forte processo de industrialização no país com base na economia agrária, contudo, este se deu com a maior parte de sua população instalada na zona rural. “Contrariando a trajetória clássica de países em desenvolvimento, o processo de industrialização chinês não foi acompanhado de urbanização, e, durante os 30 anos da fase maoísta, a composição da força de trabalho permaneceu quase inalterada e majoritariamente agrária” (NOGUEIRA, 2019, p.37).

A economia chinesa estava estabelecida em comunas, pequenos polos, criados para a subsistência da população, sendo todo o excedente produzido nas comunas transferido para o investimento na indústria pesada. A industrialização chinesa iniciou a partir da década de 50, entretanto grande parte de seu crescimento estava submetida a indústria pesada. “A indústria pesada chegou a representar 66,6% do produto industrial bruto em 1960” (NOGUEIRA, 2019, p.35). De acordo com Nogueira (2019) a China baseava seu crescimento no

investimento realizado, e isso ficou claro, com o aumento dos níveis de investimento chinês que saíram de 10% do PIB em 1952 para 36,5% em 1978.

O grande problema dessa linha de crescimento produtivo era a falta de incentivo que os camponeses encontravam, devido uma série de medidas políticas instituídas por Mao. “O argumento mais comum para o fraco desempenho da produtividade agrícola chinesa se baseia na falta de incentivos materiais para o trabalho em um sistema comunal” (NOGUEIRA, 2019, p.42). O alto investimento na indústria pesada causou um desequilíbrio nas comunas, principalmente no que se refere a produção, uma vez que a comunidade não enxergava aumento de ganho com o trabalho produzido.

Em 1978, Deng Xiaoping assume o poder logo após a morte de Mao. Mediante o cenário econômico encontrado, Deng Xiaoping observou que seria necessário a realização de algumas reformas, onde a princípio desestimularia a agricultura, entretanto, seria uma possibilidade de aquecer a economia e a produção, uma vez que a China vinha sofrendo uma forte estagnação em sua produtividade. A primeira medida instituída por Deng foram os contratos de responsabilidade, autorizando a comercialização do excedente produzido gerando incentivo e aumento da produção. Conforme citação abaixo, podemos observar um crescimento considerável após essa medida.

“Pela lógica da grande estratégia e do peso político das zonas rurais, as reformas econômicas buscaram seu primeiro tento com a implantação dos contratos de responsabilidades entre as famílias camponesas e o Estado, numa instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida a permissão a comercialização do excedente produzido. Com resultado dessa política, em 1984 a produção de cereais alcançou recorde de 407,3 milhões de toneladas.” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.5)

A comercialização do excedente aqueceu a economia e a produção chinesa, causando grande migração dos trabalhadores do campo para as TVE's (Township and Village enterprise), os famosos vilarejos que se formaram ao entorno das comunas. De acordo com Jabbour (2017), essa mudança no padrão de industrialização com o deslocamento dos trabalhadores do campo para os vilarejos, foi responsável pelos três principais motivos que tornaram possível a expansão econômica, sendo elas, a especialização produtiva, diferenciação entre agricultura e indústria e superação das barreiras, conseqüentemente houve aumento de renda e produtividade.

“A China pós 1978 pode ser percebida como uma variante de via americana, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo as cidades cujas induções de tipo institucionais potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais indústrias” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.6)

É possível perceber nesse momento, uma clara mudança no processo de produção e acumulação chinesa, anteriormente tínhamos uma China com forte viés agrário, com sua acumulação imobilizada nas mãos do estado através do excedente produzido nas comunas, pós reformas em 1978, estávamos a caminho de mudanças estruturais no processo de acumulação e produção, deslocando grande parte dos trabalhadores do campo para as TVE's e ampliando a economia chinesa, fortalecendo a parceria entre o estado e os camponeses, com isso, iniciando um forte processo de industrialização, principalmente na indústria leve de produtos manufaturados.

Neste período, não apenas a China passava por mudanças e transformações internas, mas também o mercado mundial, que vivia um processo de internacionalização através das ETN's (Empresas transacionais) em busca de novos mercados a fim de aumentar sua capacidade produtiva e maximizar seus lucros. “Os fluxos de investimento direto na década de 50 e 60 estiveram associados a transnacionalização das grandes cooperações norte americanas em direção a Europa e a periferia” (SARTI, HIRATUKA, 2010, p.4).

O fluxo de investimento direto externo recebido pela China através das ETN's, se intensificaram na década de 70 com a abertura do mercado chinês. O conjunto de reformas internas e o investimento externo, culminaram em um resultado extremamente positivo. A tecnologia e investimento trazidos pelas empresas transacionais elevou a produção chinesa a níveis superiores, transformando pequenos produtores em potenciais industriais, conforme citação.

A China pós 1978 pode ser percebida como uma variante de via americana, ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo as cidades cujas induções de tipo institucionais potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais indústrias” (JABBOUR, DANTAS, 2017, p.6)

Em 1999 no 16º Congresso do Partido Comunista, a China estabeleceu novas medidas políticas referente a sua economia. De acordo com CINTRA e PINTO (2017), os principais

objetivos dessas medidas eram, estabelecer o aumento do investimento direto externo das corporações chinesas, atribuindo liberdade a essas empresas para se locomoverem, criar novos meios de financiamento, reduzir o controle de capitais e aumentar a qualidade de seus projetos. Contudo, o intuito principal de sua expansão era sustentar a demanda para o excedente produzido internamente.

Desta forma, inicialmente a expansão do investimento direto externo chinês se desenvolveu devido a capacidade ociosa existente em sua indústria pesada. “No curto prazo, constitui-se um movimento de exportação de investimentos com o objetivo de garantir demanda para a capacidade produtiva ociosa disponível na indústria pesada.” (CINTRA, PINTO, 2017, p.394)

Observa-se que a expansão do IDE chinês ocorreu mesmo quando existia forte potencial de expansão no mercado interno. Nesse sentido, Acioly, Pinto e Cintra (2011) e Deng (2013) apontaram os quatro principais eixos explicativos desse processo: i) garantir acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes empresas estatais; ii) buscar maior competitividade para as firmas chinesas; iii) obter maior tecnologia para as corporações chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente na Europa e nos Estados Unidos; iv) garantir demanda no curto prazo para a capacidade produtiva ociosa da indústria pesada chinesa; e v) aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia e seu entorno, por meio da realização dos investimentos, com destaque para os megaprojetos de infraestrutura (CINTRA, PINTO, 2017, p.395)

Deste modo, é possível observar uma grande participação estatal na economia chinesa, desenvolvendo medidas políticas de curto e longo prazo, financiando e incentivando o investimento interno, potencializando suas indústrias, gerando tecnologia, renda e emprego. “É preciso observar que a internacionalização da China foi e é fortemente comandada por seu Estado que buscou fortalecer suas estratégias de desenvolvimento” (CINTRA, PINTO, 2017 p.394). A estratégia chinesa pós anos 2000 era expandir suas empresas a nível mundial, logo, que sua capacidade produtiva estava extremamente elevada.

Desde então, a China vem ganhando espaço no mercado mundial, ampliando a capacidade produtiva de suas empresas, gerando tecnologia, aumento de renda e emprego. É possível perceber que em 1999 no 16º congresso comunista, houve uma intensificação da

parceria entre o estado e as corporações, a fim de buscar o crescimento e desenvolvimento comum.

A internacionalização através da ampliação do I.D.E (investimento direto externo) chinês, possibilitou a América Latina receber grande parte desse capital. Na próxima sessão busca-se destrinchar, os impactos que a China nos dias atuais, posicionando-se como um país central, vem causando na América Latina, tanto do ponto de vista de importação quanto de exportação, com base no pensamento estruturalista latino-americano.

#### **4. As relações comerciais entre China e América Latina**

O processo de internacionalização mundial intensificado através da ETN's, proporcionou a economia mundial um cenário mais intenso e competitivo. Na década de 70 a China foi receptora de grande volume de I.D.E norte americano, lhes proporcionando um elevado grau de tecnologia e desenvolvimento. De acordo com SARTI, HIRATUKA (2010), grande parte da internacionalização norte americana teve como principais destinos a Europa e as periferias. A China por sua vez, ao possuir amplo território e grande volume de mão obra disponível tornou-se um destino cobiçado das ETN's.

Até a década de 70 a China possuía uma economia com base agrária de subsistência, em 1978, se determina uma nova estrutura produtiva e distributiva no país. O crescimento chinês se desenvolveu de forma rápida e acelerada, porém, para tal, se fez necessário a estruturação de processos e mudanças durante as décadas 80 e 90, estabelecendo reformas importantes, principalmente no setor industrial, utilizando mecanismos políticos para o desenvolvimento da indústria interna através do I.D.E recebido, apropriando-se e desenvolvendo tecnologia por intermédio das empresas transacionais.

A partir dos anos 2000 a China inicia a internacionalização chinesa, desta forma, ao abrir sua economia ao mercado internacional e estabelecer mudanças internas em sua produção, impacta não somente a sua economia, mas também as demais economias ao entorno do mundo, tanto do ponto de vista de demanda quanto de oferta. “A escala e a velocidade do processo de desenvolvimento Chinês não apenas tem estimulado a demanda por importações de produtos manufaturados dos demais países da região asiática, como também crescentemente tem elevado a demanda por produtos primários agrícolas e minerais.” (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20).

O novo cenário econômico estabelecido pela China impactou todas as economias mundiais, forçando-as a adaptarem-se a recente dinâmica ajustada. O desempenho chinês chocou o cenário mundial como um todo, mas principalmente a América Latina, devido sua alta demanda pelo setor primário. Este impacto se intensificou principalmente a partir dos anos 2000, com a expansão internacional das empresas transacionais chinesas.

É possível analisar nas tabelas abaixo, o aumento gradativo da participação chinesa nos países latino-americanos a partir da década de 80, embora, permanecendo os E.U.A como principal parceiro comercial da América Latina, detendo aproximadamente 36,39% das importações de commodities e 42,05% das exportações, considerando os últimos dez anos.

A China pós reforma (1978), ampliou suas relações comerciais com a América Latina, ficando atrás apenas dos E.U.A, contando com uma participação de 17,39% nas importações e 8,77% nas exportações (2010-2019). Embora sua participação percentual no total das operações seja menor que a dos E.U.A, seu crescimento é superior (análise feita dos últimos 40 anos, dividido por decênios), de acordo com os dados abaixo, o crescimento participativo chinês se intensifica principalmente na década de 2000 a 2009, comparado ao decênio anterior, contando com um aumento de 18,29 (importação) e 10,39 (exportação) contra 1,78 (importação) e 2,61 (exportação) dos E.U.A.

**Tabela 1 – Intensidade Exportadora <sup>11</sup>- Período 1970-2019 (10 anos)**

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	187985	33	-	EUA	961359,4	48,52	5,11	EUA	2509627	47,56	2,61	EUA	3880102	42,05	1,55
CHINA	7271,71	1,28	-	CHINA	19506,17	0,98	2,68	CHINA	202610,5	3,84	10,39	CHINA	809440,5	8,77	4
TOTAL	569674	100	-	TOTAL	1981379	100	3,48	TOTAL	5277005	100	2,66	TOTAL	9226384	100	1,75

Fonte: Cepalstat- Elaboração Própria

<sup>11</sup> Intensidade Exportadora – Total de todas as mercadorias exportadas da América Latina

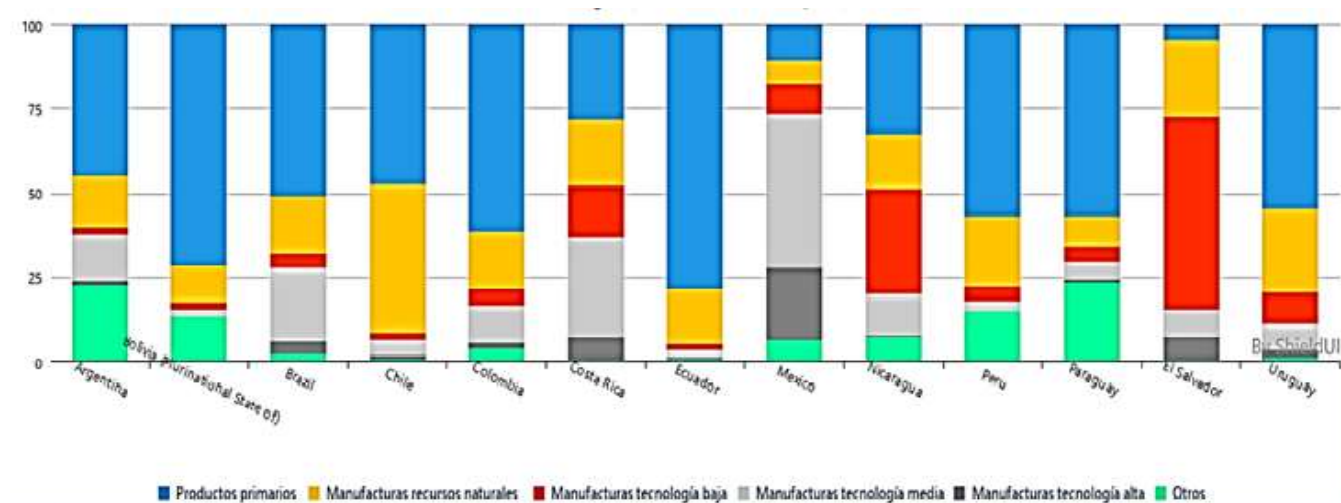
Tabela 2 – Intensidade Importadora<sup>12</sup> - Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México				América Latina c/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	160614	33,53		EUA	827423,8	50,85	5,15	EUA	1476343	36,37	1,78	EUA	2565844	36,39	1,74
CHINA	3938,6	0,82		CHINA	22495,2	1,38	5,71	CHINA	411409,2	10,14	18,29	CHINA	1226203	17,39	2,98
TOTAL	479034	100		TOTAL	1627276	100	3,4	TOTAL	4059061	100	2,49	TOTAL	7051349	100	1,74

Fonte: Cepalstat- Elaboração Própria

Os países latino-americanos foram extremamente suscetíveis a escalada chinesa, devido suas características periféricas, principalmente no que se refere a baixa tecnologia e alto índice de produção de commodities, por esse motivo, percebe-se o crescimento acentuado ao decorrer das décadas nas relações comerciais entre a China e a América Latina.

Entretanto, ao analisar os principais países latinos, percebemos uma disparidade do México em relação aos demais países, no que se tange a intensidade tecnológica.

Gráfico 1- Intensidade Tecnológica<sup>13</sup> dos países latino-americanos (2018)

Fonte: Cepalstat

Mediante análise gráfica, (Cepalstat, 2020), podemos percebermos que uma forte característica da América Latina é a alta produção de manufaturas de recursos naturais, mas

<sup>12</sup> Intensidade Importadora: Total de todas as mercadorias importadas pela América Latina.

<sup>13</sup> Intensidade Tecnológica: Refere-se ao total de produtos e manufaturas produzidas, separados por manufaturas de baixo, média e alta tecnologia.

principalmente de produtos primários, liderando a intensidade tecnológica dos países latino-americanos.

Contudo, ao observar o México nota-se que este possui uma estrutura distinta dos demais países pertencentes a América Latina, possuindo uma forte produção de manufaturas de média tecnologia e baixa produção de produtos naturais. “... apenas o México se compara ao desempenho dos países asiáticos, uma vez que se observa nos demais países uma nítida regressão e especialização da pauta, com aumento do peso das *commodities* primárias no total exportado”. (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

Os principais fatores da construção estrutural mexicana é a sua aproximação aos Estados Unidos e a incorporação ao NAFTA, proporcionando-lhes maior flexibilidade nas negociações e expansão comercial. De acordo com SARTI, HIRATUKA, 2010, é importante ressaltar que embora o México tenha recebido altos investimentos estadunidense, ele não se modernizou tecnologicamente, uma vez que o excedente era remetido ao exterior. Desta forma, compreende-se que mesmo o México obtendo uma estrutura industrial diferente dos demais países latino-americanos sua realidade periférica mantinha-se.

De fato, apenas o México se inseriu de maneira importante na organização dos sistemas internacionais de produção levados à frente pelas ETN, principalmente na eletrônica e no setor automotivo. Nesse processo foi fundamental a incorporação do país ao NAFTA, principalmente em razão da aplicação das regras de origem, o que no caso da indústria automotiva, possibilitou às empresas americanas reduzir custos para enfrentar o desafio imposto pelas empresas japonesas em seu próprio mercado. Em 1998, as montadoras norte-americanas instaladas no México foram responsáveis por 70% das exportações mexicanas de veículos. Nesse mesmo ano, do total de importações de automóveis dos Estados Unidos, 13% provinham do México, contra apenas 0,6% em 1995 (Mortimore, 2000). (SARTI, HIRATUKA, 2010 p.20)

De acordo os dados analisados, levando em consideração as disparidades estruturais encontradas entre o México e os demais países latino-americanos, foi realizada uma segunda abordagem, observando a intensidade exportadora e importadora da região, excluindo o México. Após a análise, é possível observar de acordo com as tabelas desenvolvidas abaixo, uma abrupta mudança nos resultados apresentados inicialmente nas tabelas anteriores com a presença México.



Tabela 3 – Intensidade Exportadora sem o México Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	131368	27		EUA	330677,7	26,88	2,52	EUA	738861,6	23,22	2,23	EUA	1097899	19,26	1,49
CHINA	6762,49	1,39		CHINA	18556,41	1,51	2,74	CHINA	185555,4	5,83	10	CHINA	750529,1	13,17	4,04
TOTAL	486614	100		TOTAL	1230363	100	2,53	TOTAL	3181707	100	2,59	TOTAL	5700625	100	1,79

Fonte: Cepalstat – Elaboração Própria

Tabela 4 – Intensidade Importadora sem o México Período 1970-2019 (10 anos)

1980-1989				1990-1999				2000-2009				2010-2019			
América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México				América Latina s/ México			
País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.	País	US\$	Part. (%)	Cresc.
EUA	113337	27,7		EUA	230582,6	28,4	2,03	EUA	256458,8	13,66	1,11	EUA	699156,8	22,27	2,73
CHINA	3568,39	0,87		CHINA	14759,55	1,82	4,14	CHINA	235359,7	12,54	15,95	CHINA	563917,5	17,96	2,4
TOTAL	409170	100		TOTAL	812027,8	100	1,98	TOTAL	1877504	100	2,31	TOTAL	3139325	100	1,67

Fonte: Cepalstat – Elaboração Própria

Do ponto de vista de exportação, comparando o período de 2010 a 2019 com a década anterior, tínhamos uma diferença de 33,28 pontos percentuais dos Estados Unidos em relação a China, e agora com a exclusão do México, essa diferença percentual cai para 6,09, quanto a importação, a diferença percentual dos Estados Unidos em relação a China, caiu de 19 para 4,31 pontos percentuais, obtendo no resultado final praticamente a mesma participação entre ambos, tanto de importação quanto de exportação, ao excluir o México.

Essa disparidade pode ser compreendida, observando o grande volume negociado pelo México nas operações de compra e venda de commodities no conjunto latino americano, percebe-se que ao retirar as operações mexicanas do aglomerado, esta perde 55,47% do seu poder de compra e 38,21% do poder de venda, considerando os últimos 10 anos (2010-2019).

## 5. Considerações Finais

Ao longo do artigo observou-se que as relações comerciais entre os países latino-americanos e a China, intensificam a condição periférica da América Latina. Os impactos remetidos aos países latinos foram de extrema dependência, devido a estagnação em seu padrão de especialização de produção e suas exportações centrada na exploração de recursos naturais e de manufaturas de baixa tecnologia.

A China desenvolveu ao longo dos anos, principalmente pós anos 80, uma intensa rotina na especialização e progresso técnico em seu setor industrial, ao sentido em que aumentava sua produção de alta tecnologia, diminuía sua oferta de produtos naturais. Até os anos 2000 a China ficou marcada como uma forte produtora de produtos de média tecnologia, pós anos 2000, sua produção migrou para produtos com mais qualidade e avanço tecnológico.

Essa ação impactou diretamente os países periféricos, intensificando e ampliando a concorrência mundial, uma vez em que o mundo estava mergulhado em manufaturas produzidas na China, contando com um processo tecnológico em ascensão e ampla mão de obra barata e disponível.

Com isso, as relações comerciais ficaram cada vez mais próxima da teoria das vantagens comparativas, onde o país comercializa aquilo que é competitivo, a grande questão é que, se o país não é competitivo na produção de tecnologia, ele se abstém de busca-lá e continua em seu processo produtivo padrão sendo ele de recursos naturais, isso por sua vez intensifica ainda mais sua condição periférica.

A estrutura dos países latino-americanos historicamente é periférica, ao que se refere as relações comerciais entre a América Latina e a China, fica claro a intensificação dessa condição. Ao analisarmos seu processo produtivo, assim como sua intensidade tecnológica, observa-se uma forte produção em recursos naturais, isso significa, que além de ser uma economia extremamente heterogênea possui baixa capacidade produtiva tecnológica sem planejamento algum de desenvolvimento desse setor no país, ampliando o processo de deterioração dos meios de troca.

Desta forma considera-se, que as relações periféricas da América Latina se intensificaram com a entrada da China no mercado mundial. Observou-se ao decorrer dos estudos, que a essa relação só não é intensa por conta do México, que embora possua uma sólida parceria com os Estados Unidos e um forte teor de produção tecnológica em sua região,

ainda permanece tão dependente e periférico dos Estados Unidos, quanto os demais países latino-americanos em relação à China.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BIELSCHOWSKY, R.. Do “ Manifesto Latino-americano” de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na Cepal. Revista de Economia Contemporânea, vol.24 n°1, p. 1-25, Rio de Janeiro, 2020, publicada 27/abril/2020.

OREIRO, J.L. A tradição estruturalista em economia, setembro, 2012.

RODRIGUEZ, O. Livro: O estruturalismo latino-americano. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2009

JABBOUR, E e DANTAS, A. A economia Política das Reformas e a presente transição chinesa. Brazil. J. Polít. Econ. (Online), vol. 37, n°4, 2017, p.789-807. ISSN 1809-4538, <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>.

SARTI, F e HIRATUKA, C. Industria Mundial: Mudanças e tendências recentes. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 186, dezembro 2010. ISSN 0103-9466

CINTRA, M e PINTO, E. China em transformação: Transição e estratégia de desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 37, n° 2 (147), pp 381-400, abril-junho/2017.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. Revista Carta Inter. Belo Horizonte, v. 14, n°2, p. 27-51, 2019.

CEPALSTAT, 2020, <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html>, acesso 20/04/2020.

## ORIGEM E CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO ESTRUTURALISTA LATINO-AMERICANO NA CONCEPÇÃO CENTRO-PERIFERIA

SZLACHKA, Yara Medori <sup>14</sup>

### RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em compreender a dinâmica centro-periferia, base formadora do estruturalismo latino-americano. Dessa maneira, a hipótese central se constrói com o entendimento da contemporaneidade do pensamento estruturalista original cepalino (a concepção centro-periferia) e sua essencialidade na compreensão das razões do subdesenvolvimento latino-americano. Utilizando a análise da criação do conceito centro-periferia e a formação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), bem como a evolução de suas ideias, o presente artigo enfatiza o estruturalismo latino-americano originário ainda como pensamento econômico contemporâneo para o diagnóstico da periferia latino-americana e seu processo de industrialização.

**Palavras-chaves:** Centro-periferia; Estruturalismo Latino-americano; América Latina; CEPAL.

**JEL:** B55; N16; O14; O33.

### Resumen

El objetivo del presente trabajo es comprender la dinámica centro-periferia, que forma la base del estructuralismo latinoamericano. De esta manera, la hipótesis central se construye con una comprensión de la naturaleza contemporánea del pensamiento estructuralista original de la CEPAL (la concepción centro-periferia) y su esencialidad para comprender las razones del subdesarrollo latinoamericano. Utilizando el análisis de la creación del concepto de centro-periferia y la formación de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), así como la evolución de sus ideas, este artículo enfatiza el estructuralismo latinoamericano, aún originario como un pensamiento económico contemporáneo para El diagnóstico de la periferia latinoamericana y su proceso de industrialización.

**Palabras clave:** centro-periferia; Estructuralismo latinoamericano; América Latina; CEPAL.

---

<sup>14</sup> Bacharelada em ciências econômicas pelo Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta), vinculada ao Programa Institucional de Pesquisa e Iniciação Científica do Unianchieta, protocolo de pesquisa 032/2019, modalidade VIC, sob a orientação do professor Paulo Daniel e Silva.

## 1. Introdução

Muito se discute a respeito de uma aparente situação de desvantagem entre países, em relação ao desenvolvimento social e econômico das sociedades em diferentes partes do mundo. Esse é um questionamento extremamente antigo, que na maioria das vezes, deu início às grandes teorias do pensamento econômico, até hoje estudadas e levadas em consideração.

Desde a forma de colonização de "novos" territórios na Idade Moderna e seus processos de inserção internacional, até as relações que se estabeleceram após as Grandes Guerras do século XX: são amplos os fatores históricos estruturantes de uma consequente divergência entre os povos, em diversas áreas do conhecimento e desenvolvimento social.

Historicamente, partindo do fim da Segunda Guerra Mundial, a inédita criação de diversos órgãos e agências internacionais - como a Organização das Nações Unidas - enfatiza a preocupação mundial com o planejamento do crescimento e desenvolvimento econômico das nações mais afetadas pela guerra, bem como em cultivar e conduzir suas relações de maneira pacífica. Entretanto, além da preocupação com a reconstrução das nações europeias, é criada, como agência da ONU, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - a conhecida CEPAL -, visando também o planejamento para o desenvolvimento latino-americano.

Essa agência nasce em conjunto com a criação do pensamento estruturalista latino-americano, proposto por Raúl Presbich, um dos principais economistas responsáveis pela criação da escola de pensamento econômico em questão, além da CEPAL, que elaborou o conceito de que o mundo estaria dividido entre nações de centro e periféricas, de acordo com seu desenvolvimento em industrialização, criação de novas tecnologias e suprimento das necessidades básicas da população, como infraestrutura urbana.

Ao observar a América Latina como um todo, é possível identificar a presença de uma majoritária condição desigual em relação à renda e ao progresso técnico industrial atualmente, comparado à outras regiões do globo. Entender alguns possíveis motivos desse "atraso" indica alguns rumos a serem tomados para a superação das dificuldades que tanto afetam essas economias.

É sobre esse fundamento que ocorre a discussão estruturalista, acerca do momento em que se encontra cada nação latina e qual o planejamento para que o cenário mude, rumo ao esperado desenvolvimento. Entretanto, este formado à sua própria identidade e realidade,

diferente do processo de desenvolvimento europeu, caracterizado erroneamente como modelo a ser seguido por nações que possuem condições histórico-estruturais bem divergentes dessas.

Logo, o objetivo do artigo se dá em confirmar a hipótese inicial, de que apesar de ter sido formulado em 1950, a dinâmica centro-periferia, prevista pelo Estruturalismo Latino-americano de Prebisch, ainda hoje se faz necessária para a compreensão do processo de industrialização vivido pela América Latina, bem como sua dificuldade em relação ao crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, utilizando como base, obras de autores ligados à CEPAL, bem como estudiosos renomados sobre o tema, como Bielschowsky, Furtado, Rodríguez, Oreiro e Di Filippo, a primeira seção do artigo caracteriza-se por compreender os conceitos que envolvem a relação centro-periferia que baseia o Estruturalismo Latino-americano; a segunda seção se encarrega de apresentar a criação e evolução das ideias da CEPAL, ao decorrer das mudanças no caráter das discussões tratadas pela agência; a terceira seção trata sobre a contemporaneidade do conceito centro-periferia, e brevemente sobre a questão da industrialização atual da América Latina. Por fim, o presente trabalho se encerra em suas considerações finais.

## **2. A construção e compreensão da relação centro-periferia**

Diversas foram as motivações que fizeram com que o século XX fosse o espectador de inúmeros movimentos políticos e econômicos ao redor do globo. Após a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a formação de acordos e criações de agências para o desenvolvimento e "reconstrução" das nações envolvidas no conflito bélico foi praticamente inevitável.

A criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1945, trouxe em pauta o planejamento da economia mundial, e como "obrigação moral", também incluiu os países do até então Terceiro Mundo na discussão. Assim, a América Latina, que apesar de não ter sido envolvida tão diretamente nos conflitos, não poderia ser esquecida: países que apesar de não terem participado ativamente da guerra também sofreriam suas consequências econômicas.

Celso Furtado (1985) relata ativamente, como personagem participante, o drama da criação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), que ocorreu em maio de 1951 na Comissão do México, contando com a participação de diversos autores essenciais para a construção do pensamento cepalino - incluindo Raúl Prebisch.

"Logo que chegamos à cidade do México percebemos quão reduzido era o espaço que tínhamos para manobrar.[...] Os elogios aos trabalhos produzidos pelo Secretariado surgiam de todos os lados, algumas vezes complementados com a frase ambígua: 'você em todo caso serão aproveitados em condições ótimas; em Washington disporão de recursos mais amplos.'" (Furtado, 1985, p.112).

A autonomia das recomendações e exigências norte-americanas, pela qual os membros do até então Secretariado estavam dispostos a brigar, é explícita nas palavras de Furtado. Citando diversas personalidades essenciais para que a conquista fosse alcançada, o autor descreve a tensão e as manobras utilizadas nos três dias da Comissão para a conclusão do objetivo comum, até mesmo pelo consenso entre os países membros.

Acerca do envolvimento das nações latino-americanas, Furtado (1985, p.114) relata que os "únicos países que podiam exercer liderança, arrastando os demais, eram o México, o Chile e o Brasil". O México, com postura conciliadora com as ideias norte-americanas não ofereceria apoio em uma posição mais ofensiva; Chile, apesar da postura mais agressiva em relação aos objetivos da Comissão não se colocaria como oposição sem o apoio do Brasil.

A essa altura dos acontecimentos, um telegrama enviado para Miguel Osório de Almeida, secretário da embaixada brasileira em Nova York e segundo da delegação brasileira na Comissão do México, "informando que o Presidente Vargas via com interesse que a autonomia da CEPAL fosse defendida" (Furtado, 1985, p.115), definiu o apoio do Governo Vargas na criação da agência, o que firmou a aliança necessária à delegação do Chile para que os interesses da Comissão fossem defendidos perante a delegação norte-americana.

É criada assim, logo no início da década de 50, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), com o objetivo principal de planejar o desenvolvimento dos países latino-americanos, utilizando como referencial o Estruturalismo Latino-americano, corrente de pensamento econômica formulada pelo economista argentino Raúl Prebisch.

As contribuições estruturalistas são o resultado de análises e considerações a respeito de determinadas características particulares de cada economia, assim como do desenvolvimento e da aplicação do método histórico-estrutural, que "ao incorporar análises historicamente contingentes com dimensões não reducionistas, não mecanicistas e não deterministas, determina uma concepção de mundo que considera mais do que fatores meramente econômicos." (Oreiro, 2012, p.28).



A dinâmica histórico-estrutural, adotada na formulação do diagnóstico da periferia latino-americana pelo pensamento cepalino, é trazida em pauta inclusive na criação da CEPAL, quando Furtado expõe à Prebisch sua vontade (que é aceita com muita facilidade dada metodologia já utilizada) de incluir "no staff da CEPAL estudiosos de outras ciências sociais", para que os "protegessem contra a sua tendência natural ao economicismo" (Furtado, 1985, p.116). Rodríguez também reforça a importância do método na formação do pensamento estruturalista:

"[...] se explicita definitivamente o caráter ao mesmo tempo 'hipotético-dedutivo' e 'histórico-estrutural', que se supõe necessário para a elaboração analítica dos diferentes ramos das ciências sociais, incluindo econômica, quando os esforços se dirigem para compreender e realizar propostas sobre a problemática do subdesenvolvimento - ou da 'condição periférica', na terminologia de Prebisch -, como é o caso nas contribuições do estruturalismo latino-americano." (Rodríguez, 2009, p.53).

De acordo com Oreiro, Prebisch "introduziu a noção de uma estrutura internacional dividida entre um centro hegemônico industrial e uma periferia dependente agrária que determinam a existência de um processo de desenvolvimento desigual originário." (Oreiro, 2012, p.6), quando trouxe em pauta, no pensamento cepalino, a dinâmica centro-periferia, determinada pelo método histórico-estrutural já citado.

Por essa ótica, as nações periféricas possuem diversas características históricas e estruturantes que as diferem dos países centrais. Assim, a "receita" para o desenvolvimento "seguida" pelas economias de centro não poderiam ser adotadas igualmente pela periferia, uma vez que as condições determinantes da situação destas, além de serem divergentes, também influenciam de formas diferentes na realidade de cada nação.

De forma geral, os centros são definidos como economias que possuem preferência e até exclusividade na obtenção de técnicas capitalistas de produção, o que resulta em um aumento de produtividade, aumento de especialização da mão de obra (consequentemente, da renda), e desenvolvimento técnico para pesquisa e geração de novas tecnologias. Já a periferia se define, em contrapartida, por economias "atrasadas" do ponto de vista tecnológico e organizacional dentro do sistema produtivo mundial, comumente sustentada pela produção primária de matérias-primas e/ou bens de consumo primários, o que determina a heterogeneidade de sua industrialização e especialização em produção agrícola (Rodríguez, 2009).

A concepção centro-periferia toma forma na análise e diagnóstico de Prebisch, acerca das nações da América Latina: o conflito de interesses, que leva ao prejuízo as economias, cuja dependência se faz explícita nas relações externas, traz em discussão, por meio do método histórico-estrutural indutivo, o caráter periférico dos países que, em geral, possuíam as mesmas características agrárias e "atrasadas" em relação à própria industrialização.

"Prebisch definiu essa situação perversa como consequência de um modelo que denominou de centro-periferia, cujas origens estariam nas relações estabelecidas no âmbito da estrutura de comércio criada dentro de um sistema colonial e que se mantinha após a independência dos países latino-americanos. Segundo esse autor, tal modelo impedia uma distribuição mais justa dos benefícios do progresso tecnológico que estavam ocorrendo nas economias desenvolvidas e industrializadas do centro." (Braga, 2009, p.5).

Com isso, a periferia mantém seu foco no chamado "desenvolvimento para fora", que baseia sua produção interna apenas na exportação (e como a produção em massa é agrícola, define-se o caráter da produção), ao invés do chamado "desenvolvimento para dentro", que incorporaria em seu processo de produção o planejamento estatal, para criação e ampliação do mercado interno com a produção de tecnologias em bens de consumo ou de produção, com consequente aumento da renda da mão de obra.

"Dito de outro modo, concebe-se que centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma como o progresso técnico se propaga na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de 'desenvolvimento para fora', as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que toca à penetração das novas técnicas." (Rodríguez, 2009, p.81).

O enfoque estruturalista traz consigo, intuitivamente, a concepção de que a industrialização seguiria sendo uma das principais formas de desenvolvimento das economias latino-americanas. Isto não exclui o consenso de que esse processo deve ser planejado pelo Estado, a fim de que ocorra de uma maneira positiva em relação à geração de novas tecnologias (o já citado "desenvolvimento para dentro"), e não apenas em produção de bens de consumo primários com importação de ferramentas e maquinário (tecnologia) das economias centrais.

Segundo Oreiro, a problemática é levantada quando o autor afirma que "ainda que a industrialização seja o caminho natural a ser seguido pelas economias periféricas, considera-se que ela [...] pode ser incapaz de suprir a falta de complementaridade entre os setores produtivos" e enfatiza que seria "necessário, portanto, o planejamento do desenvolvimento com a presença do Estado na sua condução deliberada." (Oreiro, 2012, p.13).

Conforme Bielschowsky, cabe o ponto de atenção no que diz respeito à industrialização latino-americana segundo pensamento cepalino, quando o autor explica a tendência ao desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos (teoria da deterioração dos meios de troca) caso a indústria latino-americana não seguisse uma tendência de aprimoramento e desenvolvimento de novas tecnologias:

"[...] o processo de industrialização não relaxaria a vulnerabilidade externa, porque por muito tempo à frente manter-se-ia na periferia latino-americana a condição de exportadora de produtos primários, de demanda inelástica nos países cênicos, e de importadora de produtos industriais, de alta elasticidade da demanda na periferia." (Bielschowsky, 1998, p.29).

Contudo, assim como afirma Bielschowsky (1998), a concepção centro periferia é utilizada pelo Estruturalismo Latino-americano como "corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana", uma vez que analisa a condição periférica da América Latina segundo suas características específicas comuns aos países da região, e principalmente, diagnostica a relação centro-periferia da região segundo o método histórico-estrutural dinâmico, que baseia a corrente de pensamento.

Dada a importância da concepção centro-periferia na formulação do diagnóstico estruturalista sobre as nações latino-americanas, bem como a dependência de suas economias, faz-se necessário o entendimento de seu processo econômico originário para a melhor compreensão conceitual, através da contextualização histórica das circunstâncias político-econômicas vividas pela CEPAL desde sua criação, bem como suas fases de discussão a respeito da economia dos países latinos.

### **3. Uma síntese da evolução do pensamento da CEPAL (1950-1990)**

Após o longo processo de reconhecimento da CEPAL como agência internacional ligada à ONU, que resistiu a uma série de investidas externas contrárias - principalmente por

parte do EUA -, e por fim, recebendo apoio do governo brasileiro de Getúlio Vargas, essencial para a conquista, a agência passa por determinadas fases que, coincidentemente, têm duração aproximada de uma década cada, na evolução de suas ideias e proposições para a região. Assim, a análise da evolução das ideias estruturalistas da CEPAL se faz da década de 50 até a década de 80, período em que a instituição mantém seu caráter autônomo inicial em seu diagnóstico periférico latino-americano.<sup>15</sup>

A presente seção, portanto, se encarrega de trazer algumas das principais características de cada período da CEPAL, como forma de melhor compreensão a respeito do dinamismo do Estruturalismo Latino-americano. Coincidentemente, esses períodos tiveram duração de, aproximadamente, uma década cada um, marcando-as com discussões interligadas, mas com enfoques em temas complementares ao pensamento cepalino.

A década de 50 traz, como principal característica, o debate a respeito da industrialização como forma de equilibrar a relação centro-periferia (com suas particularidades já tratadas na seção anterior); já os anos 60 são marcados pela discussão a respeito do planejamento do processo de industrialização, com a formulação do conceito da heterogeneidade estrutural; a década de 70 traz à tona discussões a respeito da dificuldade de crescimento e desenvolvimento industrial, bem como o debate amplo a respeito dos "estilos" de crescimento econômico das nações da região, seguindo as discussões da década anterior; a década de 80, denominada como "década perdida" por alguns pensadores estruturalistas, resulta em discussões a respeito da dívida externa, preocupante dado o endividamento decorrente das décadas anteriores, bem como possíveis negociações a serem realizadas para que o crescimento não fosse impedido totalmente; por fim, a mudança de concepção é apresentada a partir dos anos 90.

Segundo Di Filippo (2007, p.125) "el alcance latinoamericano de los estudios e informes de la CEPAL, permitió considerar, implícita o explícitamente, a América Latina como una unidad susceptible de ser analizada de manera conjunta". Dessa maneira, para maior compreensão do significado do conceito centro-periferia estruturalista, se torna essencial entender de que forma se construiu a escola de pensamento econômico do Estruturalismo Latino-americano, com base na criação da CEPAL e desenvolvimento de suas ideias.

---

<sup>15</sup> Mais informações e detalhes sobre consolidação (criação) da CEPAL como agência internacional ligada a ONU, em "A fantasia Organizada" (1985), de Celso Furtado, cap. XVIII "David e Golias".

"Dos anos 1950 aos anos 1990, as matrizes supracitadas manifestaram-se de diferentes formas. Primeiro foi a industrialização, identificada com o conceito de 'desenvolvimento'. Nos anos 1960, seriam as reformas destinadas a eliminar os obstáculos à industrialização; em 1970, a reorientação dos estilos de desenvolvimento; em 1980, o ajuste com crescimento.[...]" (Souza, 2017, p.9).

Esses fatos foram expostos como pontos de atenção de cada década da CEPAL, de forma com que fossem alinhados com o objetivo principal do artigo, bem como seu caráter conceitual. A importância da década de 50 no pensamento cepalino é tratada desde a primeira seção, com a ênfase na compreensão dos conceitos que formam a base da discussão do Estruturalismo Latino-americano. Dessa forma, a industrialização, como tema da década, se faz essencial para a compreensão dos conceitos e discussões do pensamento estruturalista como um todo, surgindo como base de planejamentos da CEPAL na América Latina, durante boa parte do século XX.

Já a década de 60 e 70 são igualmente necessárias para o entendimento das sucessões dos acontecimentos. Pouco após 1960, se inicia a discussão a respeito da heterogeneidade estrutural (conceito essencial para compreensão do pensamento cepalino do século XX), com sua acentuação ocorrida pelo processo de industrialização planejado e, em muitas nações, executado, com influência direta da CEPAL. Por conta disso, em 1970, a preocupação com a desigualdade social ("crescimento sem desenvolvimento"), que já tomava conta dos debates da década anterior, se faz mais presente, quando diversos autores ligados a agência passam a discutir, não só uma maneira de solucionar o desequilíbrio na distribuição de renda, como também os "estilos" de desenvolvimento passíveis de serem adotados pelas nações latinas, a fim de sanar algumas preocupações ocasionadas pelo processo de substituição de importações de até então.

Por fim, a década de 80 traz em si extrema importância para compreensão da mudança de concepção cepalina, à partir da década de 90. O aumento da taxa de juros americana ocasionou em uma preocupação maior em relação ao endividamento das nações latino-americanas, pela importação de bens de capital necessários para os processos de industrialização que viviam até então. Assim, seguindo no contexto ideológico, a dívida externa, em meados de 1980, foi utilizada por alguns autores ligados à própria CEPAL, como pretexto para que suas ideias críticas à forma como o processo de industrialização, vivido até então, foi conduzido na região.

### 3.1. Anos 50: Industrialização

Os anos 50 podem ser definidos como uma das fases mais férteis para a CEPAL em criatividade, debate de ideias e ousadia política, para influenciar no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos (Bielschowsky,1998). A industrialização é posta em pauta como um dos assuntos primordiais para a região: a questão da inserção internacional no comércio mundial, as condições estruturais internas já existentes e o planejamento estatal, para que tal processo ocorresse de maneira produtiva, são alguns dos pontos ressaltados sobre o período.

A dinâmica regional de exportação de matérias-primas e importação de bens manufaturados que caracterizavam, de maneira geral, a inserção internacional da América Latina no mercado mundial, trouxe diversas consequências que resultaram na "periferização" dessas nações. De acordo Di Filippo, a primeira principal consequência dessa relação seria "la tendencia de las periferias a sufrir posiciones deficitarias en el balance de comercio mundial", seguindo por "la tendencia al deterioro de los términos de intercambio de productos primarios periféricos frente a las manufacturas céntricas." (Di Filippo, 2007, p.129).

Como pode ser observado, os conceitos de deterioração dos termos de troca e desajuste na balança comercial, bem como a definição de periferia e centro, são amplamente discutidas e incorporadas aos discursos e debates do período. Além destes, a questão do aumento da produtividade do setor agrícola não influenciar no aumento de renda ou de emprego para a população, também é posta em pauta como característica determinante estrutural da má distribuição de renda nos países latinos. De acordo com Di Filippo (2007, p.129), "el segundo desequilibrio estructural,[...] se verificaba en el plano del empleo e influía sobre la capacidad de los trabajadores para captar una justa o equitativa fracción de los incrementos de la productividad."

Seguindo pela formação do pensamento da CEPAL, termos como "desenvolvimento para fora" e "desenvolvimento para dentro" também são colocados em discussão ao decorrer da década. Assim, a necessidade de promover a industrialização na região, como forma de iniciar um processo de superação dos desequilíbrios citados, se torna a preocupação principal dos economistas cepalinos em 1950 (Di Filippo, 2007).

Segundo Rodríguez (2009, p.99), "quando a economia mundial alcança certo grau de maturação ou certo nível de ganho, a industrialização passa a ser a forma necessária e espontânea de desenvolvimento da periferia", o que sintetiza o objetivo estruturalista na década, e inicia o processo de industrialização com a chamada política de substituição de importações.

### **3.2. Anos 60: Heterogeneidade estrutural**

Dado o início do processo de industrialização em maior escala pelas nações latino-americanas, o assunto que começa a ser discutido fortemente pela CEPAL é o planejamento do desenvolvimento com base na expansão da indústria, incentivada na década anterior.

Já no início dos anos 60, com a publicação de "Dinâmica do desenvolvimento latino-americano" (1963), Raúl Prebisch apresenta "los principales factores estructurales que, a su juicio, impiden el desarrollo equitativo, dinámico y autónomo de América Latina." (Di Filippo, 2007, p.132). Na obra, Prebisch se preocupa com a estrutura social e com a equidade do desenvolvimento das nações, perante a desigualdade na distribuição de renda causada pela industrialização de até então, bem como demais problemas sociais (êxodo rural, formação de submoradias nas grandes cidades, etc.).

"[...] a CEPAL da década de 1960 seria, acima de tudo, um fórum para discutir idéias críticas do processo de desenvolvimento em curso. O talento mobilizador da cepalino atraía a intelectualidade a uma discussão que gravitava crescentemente em torno de três pontos que demarcavam a divisão político-ideológica: primeiro, a interpretação de que a industrialização havia seguido um curso que não incorporava à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico; segundo, a interpretação de que a industrialização não havia eliminado a vulnerabilidade externa e dependência, apenas sua natureza havia sido alterada; e, terceiro, a ideia de que ambos os processos obstruíam o desenvolvimento." (Bielschowsky, 1998, p.39).

O conceito de heterogeneidade estrutural se caracteriza, pela visão econômica, como a diferença de produtividade do trabalho existentes dentro de um mesmo setor econômico, além de seu aspecto social, que estrutura as relações sociais existentes desde o período colonial, modificada apenas pelas classes sociais presentes, mantendo as mesmas relações de poder (Di Filippo, 2007).

Assim, temas como a condição de subsistência de grande parte da população latino-americana entram em pauta na discussão estruturalista.

### **3.3. Anos 70: Dificuldade de crescimento e "estilos" de desenvolvimento**

A década de 70 foi marcada pelo movimento do pensamento cepalino "sobre seus dois trilhos fundamentais, ou seja, o da natureza e dificuldades do crescimento e do desenvolvimento industrial, e o da distribuição de renda." (Bielschowsky, 2020, p.14).

No que diz respeito às dificuldades de crescimento e desenvolvimento industrial, seguindo uma continuidade com a década anterior, alguns autores cepalinos começam a se preocupar com as insuficiências da industrialização, questionando assuntos relacionados ao protecionismo e o atraso em relação ao desenvolvimento técnico da região, após pelo menos duas décadas do início do planejamento do processo de industrialização.

A vulnerabilidade externa, causada pelo endividamento decorrente da importação de bens de capital, essencial para o processo de substituição de importações dado pela expansão da indústria na região, é discutida pela CEPAL, que de maneira geral, mantém um posicionamento favorável à expansão e desenvolvimento do mercado interno e das exportações como maneira de enfrentamento a esses problemas, visando a continuidade do incentivo ao processo de industrialização (Bielschowsky, 2020).

Dessa forma, a busca por um "estilo" de desenvolvimento, que promovesse também a homogeneidade social, bem como expansão da produção pró-exportadora e fortificação do mercado interno, se torna o foco de grande parte das discussões de economistas da CEPAL na década de 70. É importante ressaltar que, devido à circunstâncias históricas e políticas de eclosão de diversos regimes ditatoriais pela América Latina, a influência da organização e do pensamento cepalino sobre o planejamento estatal de diversas nações se mostrou restringido (Bielschowsky, 1998).

Desde o "estilo" mais "maligno" (segundo alguns economistas críticos) do crescimento com base na concentração de renda expressados nas obras de Conceição e Serra, até o posicionamento de Aníbal Pinto sobre o tema, englobando a expansão da estrutura produtiva atrelada à distribuição de renda (Bielschowsky, 1998), a discussão seguiu forte, não apenas por economistas da CEPAL, mas também sociólogos, bem como outras agências da ONU.



"Os assuntos da pasta eram complicados. Tratava-se de ir muito além de simplesmente identificar as diferentes dimensões de cada configuração histórica nos diferentes países - política, econômica, social, cultural etc. - e estabelecer critérios para integrar todas essas dimensões em uma análise consistente. Como uma tarefa que separava o analista das mensagens otimistas, era necessário reconhecer analiticamente a existência de estruturas de poder e dominação e suas relações remotas com a viabilidade de estratégias socialmente justas, e incorporar centralmente a noção de 'conflitos' na geração de estilos existentes e desejáveis." (Bielschowsky, 1998, p.36).

### 3.4. Anos 80: Recessão e dívida externa<sup>16</sup>

A manobra do aumento da taxa de juros realizada pelos Estados Unidos, ao fim da década de 70, fez com que a maioria das economias da América Latina entrassem em recessão. A desvalorização das moedas perante o cenário internacional favoreceu o aumento repentino e bruto da inflação, o que gerou um estado "megainflacionário" no mercado interno da maioria das nações latino-americanas (Bielschowsky, 1998).

Em meio à crise instaurada no início da década de 80, pronunciamentos do FMI tentariam estabelecer tranquilidade, ao se posicionar perante o aumento da taxa de juros de maneira otimista, no que diz respeito aos países latino-americanos. A ideia era a de que passando-se alguns anos, a América Latina voltaria a crescer novamente, perante a superação de suas dificuldades (Bielschowsky, 1998).

"A atuação do secretário executivo Enrique Iglesias durante a sessão da Comissão em Lima em 1984 simboliza a posição da CEPAL naquele período. Iglesias se opôs a esse argumento com projeções sombrias e corretas, projetando para a região uma 'década perdida', expressão que mais tarde seria cunhada pela CEPAL para descrever o período." (Bielschowsky, 1998, p.37).

É neste momento que inúmeros artigos e trabalhos desenvolvidos pela CEPAL começam a focar no progresso técnico. Segundo alguns economistas, a tendência do mundo em progredir tecnicamente na produção não estaria sendo aproveitada pelas economias latino-americanas, de certa forma, fechadas por protecionismo e outras ferramentas econômicas utilizadas para expansão do processo de industrialização da região.

---

<sup>16</sup> A questão da dívida externa é tratada de forma ampla na obra "Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta" de Paulo Davidoff Cruz. O autor relata sobre a questão do endividamento ocorrido entre a década de 60 e 70 no Brasil, quando diz que "o endividamento externo ocorrido no período passou a ser apresentado como resultado necessário de um ciclo expansivo numa economia ainda em desenvolvimento.", o que pode ser utilizado para compreensão de um contexto geral em toda a América Latina.

Claro que, cabe ressaltar, que as discussões a respeito da melhor forma de passar pela crise dos anos 80 foi a preocupação principal da CEPAL na década. Debates a respeito da negociação da dívida pública, juntamente com os esforços para ampliação da política exportadora de bens manufaturados, e consequente distribuição de renda pelo aumento do processo de industrialização, eram o foco de diversos economistas (Bielschowsky, 1998).

Assim, a década de 80 se torna crucial para a determinação do futuro da agência: com a tendência crítica de diversos membros da própria CEPAL, relacionadas às políticas e manobras de industrialização executadas até então, além da ascensão norte-americana pelo aumento da taxa de juros da dívida pública, os debates e acontecimentos seguem o rumo liberal já conhecido, formalizado no Consenso de Washington, em 1990, que posteriormente resultará em alterações ideológicas significativas na própria instituição.

"A culpa pelos males do endividamento seria o Estado irresponsável e o modelo protecionista de industrialização, incapaz de gerar importações sem recessão e desvalorizações cambiais, por ser ineficiente e fechado ao progresso técnico.[...] Isso leva ao livro de receitas neoliberal chamado, por Williamson, de Consenso de Washington." (Bielschowsky, 1998, p.37).

### **3.5. A mudança de rumo da CEPAL**

As diversas conjunturas políticas e econômicas às quais foram expostas as nações latino-americanas, à partir da década de 80, deram o início à mudança de rumo das ideias da CEPAL como organização. Após o chamado "Consenso de Washington", a autonomia de pensamento e ousadia características da instituição, que perdurava desde 1950, dá lugar a uma certa subordinação internacional.

"O 'marketing' das ideias neoliberais foi tão bem feito que, além de sua identificação com a modernidade, permitiria incluir no 'Consenso de Washington', com toda naturalidade, a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se devem apenas à visão, à iniciativa e à coragem dos seus novos líderes. O que vinha de fora emerge transmutado em algo que teriam resolvido fazer por decisão própria, no interesse de seus próprios países e sem pedir reciprocidade, compensação ou ajuda. Com o que perdiam, 'pour cause', o direito a pleitear uma ou outra coisa." (Batista, 2009, p.120).

A grande mudança de concepção da agência ocorre, seguindo de inúmeras discussões e debates, envolvendo inclusive autores da própria agência, após 1990. A adaptação - interpretada por diversos pensadores como subordinação - da agência, junto aos interesses

norte-americanos para países de toda a América Latina, se faz extremamente presente após o Consenso de Washington, se formalizando apenas em 2002, com a publicação da Resolução da CEPAL, a respeito dos objetivos e formas de atuação da agência, à partir de então.

Segundo Bielschowsky (1998), a CEPAL "logrou posicionar-se com grande habilidade entre os dois extremos", onde enfatiza que a agência não se posicionou "contra a maré das reformas", e sim as apoiou, de forma a subordinar "sua apreciação do processo ao critério da existência de uma 'estratégia' reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazo". Surge então, o neoestruturalismo.

"[...] o pensamento neoestruturalista propõe a adoção de um novo modelo econômico baseado na "competitividade sistêmica" impulsionada pela concorrência intercapitalista e mediada gerencialmente pelo Estado, em um contexto de estabilidade macroeconômica, abertura comercial e desregulamentação financeira." (Oreiro, 2012, p.25).

Dessa forma, mesmo partindo dos ideais estruturalistas, que basearam a criação do pensamento cepalino em 1950, a ascensão do neoestruturalismo enfatiza a mudança de concepção da CEPAL, no que diz respeito à sua autonomia em relação às economias latino-americanas e sua ativa influência no planejamento econômico dessas nações.

#### **4. A dificuldade de industrialização da periferia latino-americana**

De acordo com as discussões realizadas ao decorrer da primeira seção deste artigo, a respeito da dinâmica dos conceitos de centro e periferia, próprios do Estruturalismo Latino-americano, é possível identificar que, apesar de mais de meio século após a sua compreensão e discussão, a relação ainda se faz presente na atualidade: a falta de industrialização, característica da periferia em contrapartida ao forte desenvolvimento industrial no centro em 1950, perdura como característica marcante na região, mesmo após os inúmeros esforços para a consolidação de investimentos na indústria, na periferia latino-americana.

Em outras palavras, o atraso do processo de industrialização, que em 1950 definia uma das principais características da periferia, ainda permanece como forte preocupação dos países latinos, no que diz respeito ao seu crescimento e desenvolvimento econômico. Entretanto, o que outrora era exclusivamente definido com acordos entre nações, como forma de melhorar a inserção internacional da região no comércio mundial, atualmente se forma também em torno das grandes corporações: assumem o protagonismo as empresas transnacionais, que

consagram a posição central dos países de centro e a posição periférica dos países latino-americanos em questão.

De acordo com Celso Furtado (1992, p.7), o "progresso técnico, cuja propagação conformou o sistema centro-periferia, manifesta-se sob a forma de processos produtivos mais eficazes e também de novos produtos que são a face exterior da civilização industrial.". Por isso, é importante ressaltar que o presente trabalho se foca na industrialização como principal pilar de "periferização" dos países latino-americanos, bem como o desequilíbrio da propagação do progresso técnico, adquirido nos países centrais.

Segundo o cenário criado pelos processos econômicos, cujas economias latino-americanas vivenciaram à partir de 1980, a preocupação com o nível de endividamento fez com que o investimento na indústria de bens de capital fosse praticamente paralisado. Somando isso ao fato da ascensão neoliberal nos países de centro - mais especificamente nos Estados Unidos -, que possuíam (e possuem) influência na economia da América Latina, o caráter agrário exportador dessas nações, de certa forma, se consolidou.

"Importante destacar que do ponto de vista dos países periféricos, a abundância de liquidez na década de 70 se traduziu em crédito farto, permitindo o ciclo de endividamento e a continuidade das estratégias de industrialização. Ao mesmo tempo, o choque de juros e os seus efeitos sobre os países devedores da periferia deu início a um processo de estagnação, em especial na América Latina." (Hiratuka, 2010, p.6).

Atualmente, a inserção dos países da América Latina no comércio mundial não se dá apenas com a exportação em massa de commodities. Apesar dessa ainda ser uma característica periférica marcante e majoritária, a periferia latino-americana, em sua maioria, compõe sua exportação de manufaturados por mercadorias que não exijam um processo de produção mais complexo.

A empresa transnacional, que dividiu a produção para aproveitar da melhor forma as economias de escala, investe em diferentes territórios do globo, de maneira com que possa otimizar seus lucros. Por isso, a "transferência" da produção de baixa tecnologia para os países periféricos se torna atraente para a indústria mundial: a não especialização da mão de obra, que diminui também seu custo, assim como uma série de acordos políticos e isenções fiscais para instalação de plantas nesses países (tentativa dos governos de industrializarem sua nação, aumentar nível de emprego, etc.) torna essas nações muito atrativas para o objetivo das multinacionais.

"O impulso verificado à partir da década de 80 no grau de internacionalização das grandes corporações mundiais e a forma como a expansão ocorreu estiveram, portanto, associados à busca de exploração de ativos capazes de propiciar assimetrias concorrenciais, com racionalização de recursos, diminuição de *sunk-costs* e aumento de flexibilidade, em simultâneo à necessidade de encontrar novos espaços de acumulação, e aumentar a valorização associados a esses mesmos ativos." (Hiratuka, 2010, p.7).

Segundo Hiratuka (2010), é possível observar que houveram formas diferentes de se reagir perante ao processo de "globalização da produção". Alguns países asiáticos, entre eles a China, se mostraram muito mais propensos a incorporação de alta tecnologia característica do centro, em seu processo de produção, do que o restante.

Sem a forte preocupação a respeito da renegociação da dívida externa, a China assumiu um protagonismo inédito perante a industrialização mundial. É interessante observar que, num momento de recessão latino-americana, onde a participação dos países periféricos no desenvolvimento de produtos de média e alta tecnologia cai de 5,1 em 1980 para 4,2% nos anos 2000, a gigante asiática se mostra num processo rápido e intenso de desenvolvimento tecnológico, passando de 1,3 em 1980, para 6,8% em 2000 (Hiratuka, 2010).

É interessante entender um pouco de sua estratégia: por ser um país extremamente populoso e farto de mão de obra com e sem especialização, a China desenvolveu sua economia, não apenas com estratégia estatal de investimento na produção de tecnologia (dado a instalação de plantas industriais com esse fim no território), mas também com a ampliação do comércio e desenvolvimento de "setores intensivos em trabalho e recursos naturais em razão das atividades de subcontração nos setores têxteis e de vestuário." (Hiratuka, 2010, p.18).

Por isso, um país asiático que, em 1980, estaria longe de ser considerado país central pelo desenvolvimento técnico presente em sua indústria, atualmente ajuda a consolidar o processo de "periferização" na América Latina. O processo de industrialização pelo qual o mundo passou com a "transnacionalização" das economias e da indústria, assim como o forte desenvolvimento industrial chinês, coloca mais uma vez as nações latino-americanas como periferia mundial em seu processo de produção e inserção internacional.

Dessa maneira, é possível compreender o dinamismo do processo de industrialização mundial e desenvolvimento de novas tecnologias, uma vez que algumas das mesmas nações que outrora foram consideradas de centro, por não se consolidarem como centro hegemônico

na pesquisa e propagação do progresso técnico ao longo dos anos, hoje abrem espaço para outras regiões com investimentos agressivamente competitivos na área, como é o caso citado chinês.

Portanto, observando as mudanças no processo de industrialização mundial ao longo dos anos, entende-se o dinamismo da concepção centro-periferia previsto no estruturalismo latino-americano, que diverge totalmente da ideia de um conceito fixo e enrijecido. De acordo com Hiratuka (2010, p.6), a "busca de capacitação para inovação em produtos e processos e o aumento dos gastos em P&D deu origem a uma aceleração na mudança tecnológica", o que também acelerou a difusão de tecnologias ligadas à informação e comunicação.

Assim, o centro detentor de maior progresso técnico, atualmente se caracteriza por estruturalmente agrupar empresas que mantenham suas matrizes de desenvolvimento tecnológico em seu território, expandindo a industrialização de produção simplificada para a periferia. Com isso, é possível compreender que, além da falta de industrialização como consolidação do sistema centro-periferia mundial, o caráter da indústria presente na periferia latino-americana também acentua essa relação.

## **5. Considerações Finais**

A hipótese central, a respeito do entendimento de que o pensamento estruturalista original cepalino ainda é essencial para compreender as razões do subdesenvolvimento latino-americano, se confirma após a trajetória de pesquisa utilizada no presente trabalho.

Assim como já discutido, a dinâmica centro-periferia, que baseia a construção do pensamento estruturalista latino-americano, além de sustentar também discussões da CEPAL, a partir de 1950, se dá como a relação estrutural e histórica construída pelas relações internacionais das nações da região, bem como seu modo de inserção no mercado mundial, que se originam, muitas vezes, desde a formação desses países (colonização, por exemplo).

Por uma série de fatores, como o nível de industrialização, a dependência econômica de exportação de produtos primários (matérias primas ou setor agrário), a estratégia de "desenvolvimento para fora", a heterogeneidade estrutural em relação ao nível de especialização da mão de obra, bem como a concentração de renda, a periferia latino-americana se caracteriza de forma a ser diagnosticada conjuntamente, pelo estruturalismo latino-americano.

Como já identificado em 1950, o processo de industrialização se mostra como elemento crucial da definição da periferia latino-americana: enquanto as nações de centro, detentoras de indústrias fabricantes de bens de capital e de grande parte de bens de consumo manufaturados, possuem maior remuneração sobre a comercialização de seus produtos no mercado internacional, bem como a geração de novas tecnologias industriais, a periferia, majoritariamente agrária até então, se destaca pela deterioração nos termos de troca, ao exportar produtos primários e importar sempre produtos manufaturados, com preço elevado. Esse processo ainda gera o efeito concentrador de renda na periferia, cuja mão de obra não necessita de especialização ou remuneração compatível com a comercialização dos bens de consumo manufaturados, de forma a constituir o mercado interno, oposto do que acontece no centro.

Assim, o tema da industrialização é utilizado como principal fator para análise da contemporaneidade do estruturalismo latino-americano, proposta no trabalho. O restabelecimento da dificuldade de se manter o processo de industrialização na periferia, de forma a estabelecer juntamente o desenvolvimento de novas tecnologias, ou pelo menos de acompanhar de forma relativamente proporcional a disseminação do progresso técnico existente nos centros hegemônicos, traz consequências complexas para as economias latino-americanas.

É compreensível dizer que, de certa forma, a periferia latino-americana perdura com os mesmos problemas identificados desde a década de 50. Apesar do avanço tecnológico geral e do processo de "transnacionalização" das economias, o caráter atrasado e simplório da industrialização da região consolida sua "periferização" diante do progresso técnico mundial.

A desigualdade de formação bruta de capital fixo no processo de industrialização de alta tecnologia, que em 1950 era detida pelos países centrais, atualmente, além destes, se expande para as empresas transnacionais e para a China. Assim, o que antes era mantido por acordos políticos entre as nações, bem como relações imperialistas de submissão econômica e política, hoje também se estende para o comércio internacional ligado entre as sedes e matrizes dos conglomerados multinacionais, aumentando a complexidade da dependência econômica dos países periféricos em questão.

Dessa forma, assim como abordado no presente estudo, a periferia latino-americana, apesar de ter passado por processos de planejamento e execução de investimento de sua indústria interna, ainda se encontra em sua posição de desvantagem no comércio

internacional. Apesar de perdurar em seu caráter agrário, a indústria da região, voltada para a produção de bens de consumo, não possui características semelhantes ou concorrentes para os grandes conglomerados contemporâneos.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Paulo Nogueira Batista : pensando o Brasil : ensaios e palestras / Paulo Nogueira Batista Jr, organizador. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. Em Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos seleccionados, vol. 1, Fundo de Cultura Econômica, CEPAL, Santiago, Chile. 1998.

BIESLCHOWSKY, Ricardo. Do "Manifesto latino-americano" de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v.1, 2020. E-pub 27, Abr, 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482020000100200&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482020000100200&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 jun. 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolução da ideias da CEPAL. Revista CEPAL, Número Extraordinário. Santiago do Chile, outubro de 1998.

BRAGA, Márcio. Raúl Prebisch e o livre comércio: as origens do pensamento econômico estruturalista. Brazilian Journal of Latin American Studies, 2008, 76-99.

CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta. Campinas, SP. UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses).

DI FILIPPO, Armando. La Escuela Latinoamericana del Desarrollo: Tensiones epistemológicas de un movimiento fundacional. Universidad de Chile. Santiago, Chile, 2007.

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p 111-125.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. 1992. Economia E Sociedade, 2016, 1(1), 5-19.

HIRATUKA, Célio. SARTI, Fernando. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 186, dez. 2010.

OREIRO, José Luis. MISSIO, Fabrício J. JAYME JR, Frederico G. A tradição estruturalista em economia. Set. 2012. Disponível em:

<<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b4c257c6943e21b64ad04a29763cb3685ea7215.pdf>>.

Acesso em 4 out. 2019.

RODRIGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2009.

SOUZA, Luis Eduardo S. PINHEIRO, Nathália P. A CEPAL como escola de pensamento autônomo: considerações preliminares sobre a tese centro-periferia. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 2017.

**RESENHA****Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo. A escassez na abundância capitalista.****São Paulo, Editora Contracorrente, 2019. 207 pp.**SILVA, Paulo Daniel <sup>17</sup>

Em tempos pandêmicos, muito questiona-se qual é o verdadeiro papel da ciência econômica. Neste turbilhão, algumas formas de pensar esta ciência triste, estão completamente em xeque, sobre quais rumos as relações de produção e distribuição devem seguir.

Para tanto, o livro de L.G. Belluzzo e Gabriel Galípolo – A escassez na abundância capitalista – ajuda compreender concretamente, o processo de formação e as formas de pensar a economia, particularmente a economia política.

Ao procurar desvendar as angústias da economia e do processo econômico é importante desenvolver os caminhos que o conhecimento e suas perspectivas são oferecidas. Neste sentido, Belluzzo (2013), elenca uma passagem importante de Lukács ao salientar as determinações e o processo do pensar e do conhecimento.

“O método de conhecimento é determinado pela constituição objetiva (ontológica, categorial) de seu objeto [...]. O conhecimento científico e também filosófico deve partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se seu objeto e desemboca no esclarecimento de sua constituição ontológica.” (Lukács, 2010, p.129 Apud Belluzzo, 2013, p.45).

Lukács reafirma a visão de Marx sobre o método da economia política, na qual seria impraticável e equivocado alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Como lembra Belluzzo (2013), sua ordem de sucessão está, ao revés, determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa e que é exatamente o inverso do que parece ser sua ordem natural.

---

<sup>17</sup> Economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP, doutorando em economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas), Professor Titular do Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta)

Portanto, ao apontarem a “captura intelectual” à qual os economistas em geral estão submetidos, explicam que “em economia, conclusões podem vir primeiro, com economistas gravitando na direção de uma tese que se encaixa em sua visão moral do mundo” (p. 9).

Conforme lembra Skidelsky (2020), desde os anos 80 até a crise financeira global de 2008, a política macroeconômica foi conduzida à sombra de Friedman, ou seja, o único estabilizador necessário para uma economia de mercado capitalista era o nível de preços, desde que a inflação fosse controlada por bancos centrais independentes e os orçamentos do governo fossem mantidos "equilibrados", as economias seriam normalmente estáveis em sua "taxa natural de desemprego".

No fim do século XX e início do século XXI deu-se em uma revisão das práticas e princípios teóricos das políticas de desenvolvimento, decorrente da aplicação das políticas econômicas ortodoxas determinadas pelas agências multilaterais, sobretudo Banco Mundial, FMI e OMC.

No entanto, após a 2ª. Guerra Mundial ganhou força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, que Keynes publica em 1936. Conforme (Dardot e Laval, 2016), constituiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos, conceituada como “novo-liberalismo”.

De forma geral, a política econômica ortodoxa parte da suposição de que a economia é formada por um conjunto de agentes econômicos, e que estes são possuidores, de um lado, de preferências ou escalas de utilidade e, do outro, de dotações de fatores, dentre as quais se incluem determinadas "quantidades de capital". A tarefa, então, de todas elas foi a de mostrar como o "mecanismo de mercado", por meio da produção, da circulação e da repartição, faz um casamento ótimo ou quase ótimo entre o emprego dos fatores e a satisfação dos consumidores. (Prado, 2001)

A partir dos anos 70, o Estado surge como vilão. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela contração de seus gastos. “No coração do sistema, os Estados Unidos atacam de *reaganomics* e *supply side economics*; a Inglaterra vem com Mrs. Thatcher e suas privatizações; para o terceiro mundo reserva-se o Consenso de Washington.” (Paulani, 1999, p.121).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o “neoliberalismo” apresenta-se como uma decantação do “novo liberalismo” e, em outros momentos, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregados pelo “novo liberalismo”.

Desta forma, os dois primeiros capítulos, compreendem “os momentos de ruptura e continuidade que marcaram o desenvolvimento da Economia Política” (p.15), realizando um passeio por diferentes autores e correntes do pensamento econômico, desde os fisiocratas do século XVIII – passando pelo utilitarismo, pela revolução marginalista e a “rebelião dos historicistas” do final do século XIX e início do XX – até as principais inflexões do século XX (sobretudo o neoliberalismo de Friedrich Hayek e de Ludwig von Mises).

De forma sintética e, ao mesmo tempo, densa, os dois principais objetivos ficam claros; elencar e questionar o “quarteto naturalismo, individualismo, nacionalismo e equilíbrio, mimetismos científicos da dita corrente principal” (p.15); e mostrar como economia e política são indissociáveis, de modo que esta permeia as produções e embates intelectuais reativos àquela.

Ao tentar compreender os transtornos da modernidade, o metabolismo social e ideológico promovido pela sociedade capitalista, particularmente na identificação do significado de liberdade, os autores mergulham em Nietzsche e observam com rigor, as vicissitudes da contemporaneidade; “o homem sofre remorso e arrependimento porque se considera livre, não porque é livre. Ninguém é responsável. O ser é consequência dos elementos e influxos de coisas pesadas e presentes.” (p.59).

Essa é uma verdade assustadora, que todos preferem não enfrentar. É mais cômodo para os espíritos mergulhados na servidão, retornar à sombra e à inverdade. Já está aí sugerido que o prêmio da liberdade está reservado para o super-homem, ou seja, para quem se alçar acima daquilo que é humano, demasiado humano. O rebanho humano, os perdedores, os fracos não se dão conta de que entre eles nascerá o “além do homem”, como o pequeno-burguês ou o burguês pequeno não podem acreditar que sua crença nas virtudes da livre concorrência vá torna-lo uma vítima do ser além-do-humano encarnado no super-capitalista.

Norbert Trenkle reconhece a modernidade da Vontade de Potência nietzschiana: “o que Nietzsche aqui revela é muito diferente de uma vontade de poder arcaica, mas a expressão mais avançada da disposição interna do sujeito empenhado na concorrência desenfreada do Capitalismo. Coisas menos patéticas, mas não menos agressivas podem encontrar-se em

inúmeros manuais de gestão e nos panfletos social-darwinistas da propaganda do Liberalismo e do Neoliberalismo”.

No capítulo IV – Karl Marx, sociedade moderna e autonomia do indivíduo – de forma extensa e aprofundada, não só apresenta conceitos fundamentais d’*O Capital*, como formulações dos *Grundrisse* (texto menos conhecido do grande público) que se relacionam estreitamente com questões contemporâneas fundamentais, tais como revoluções tecnológicas, globalização, financeirização, monopolização e hiperindustrialização.

Na contramão de Nietzsche, a crítica de Marx é uma exaltação esperançosa das forças sócias capazes de realizar o projeto de liberdade e igualdade, as consignas do Iluminismo. Como os autores destacam, Marx é um herdeiro do Iluminismo ao desenvolver sua Crítica: crítica da filosofia, crítica da alienação religiosa, crítica da alienação política, crítica da Economia Política. Marx persegue as promessas e as contradições do pensamento moderno, liberal-democrático, mas rejeita as visões organicistas do romantismo alemão, que nascem neste período para reincorporar o indivíduo à comunidade. Reincorporar o sujeito que está separado, isolado, sozinho, irremediavelmente sozinho.

Na Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, Karl Marx, dizia que “Na sociedade burguesa a contradição suprema se estabelece entre o homem real, ou seja, o indivíduo egoísta e o homem verdadeiro, ou seja, o cidadão “abstrato”. O entrelaço entre o homem real – o indivíduo egoísta – e o homem verdadeiro – o cidadão abstrato – é mediado pelo conjunto de direitos produzidos historicamente pela luta social e política. Por isso, a democracia não é a última forma de emancipação humana, mas a forma mais avançada da emancipação humana dentro dos limites da organização atual da sociedade.” Marx, pensador infatigável da liberdade, escreveu ainda: “na democracia o princípio formal é ao mesmo tempo o princípio material”.

Neste sentido, os autores argumentam que, para além dos mecanismos de base, a escassez contemporânea se produz tanto pela criação ilimitada de necessidades (“consumismo”) quanto pelo endividamento das famílias e pela valorização do capital fictício. O rentismo ganha, assim, destaque como meio de apropriação da riqueza alheia e não se mostra passageiro, pois está enraizado na configuração atual do capitalismo financeirizado: “a financeirização não é uma deformação do capitalismo, mas um ‘aperfeiçoamento’ de sua natureza” (p. 91).

Marx analisa a natureza do capital fictício e vai mostrar que, no capitalismo, todas as formas de valorização aparecem como se fossem subordinadas a essa valorização de capital fictício. Todas as formas de renda aparecem necessariamente sob a forma de renda capitalizada (isso se estende até aos salários). Marx dá o exemplo de uma aplicação de 100 libras que rende 5%. Isso significa que qualquer aplicação de 100 libras, tomando a taxa de juros média do mercado, deve render 5%. Quando ele faz esta afirmação, está dizendo que a taxa de juros aparece efetivamente como o limite inferior da aplicação de qualquer capital.

A existência da capitalização ou dessa forma de remuneração do capital determina o preço de aquisição de ativos. Todos os capitalistas, inclusive os capitalistas em função, passam a calcular seu capital a partir desse critério. A forma-propriedade do capital, a relação jurídica de propriedade reaparece no capital financeiro e passa a se sobrepor às demais: as normas da valorização do capital efetivo são ficadas no mercado de valores fictícios.

Os títulos representativos de direitos à riqueza impõem nova forma de cálculo, de avaliação do valor de todo o capital. Essa nova forma se dá pelos rendimentos esperados que o capitalista pretenda obter de uma soma qualquer que seja a aplicação, quer em um título já existente, quer em títulos novos, quer ainda em capital produtivo. Há um deslocamento de eixo de cálculo capitalista.

O capital fictício tem importância teórica maior do que os marxistas costumam lhe atribuir. O capital fictício introduz critérios de valorização do capital distintos do capital efetivo. Esses critérios são necessariamente especulativos, no sentido de que se apoiam na avaliação do curso esperado do preço dos títulos. É o rendimento esperado descontado pela taxa de juros do mercado.

No capítulo V, são apresentadas concepções alternativas (baseadas fundamentalmente em Marx, Kalecki e Keynes) para se pensar a macroeconomia. Necessariamente mais técnica, discutem-se aí questões importantes: os determinantes do investimento, o sistema de crédito e os bancos, a moeda e o dinheiro, taxa de câmbio, a natureza das crises (sobretudo financeiras), desregulamentação e inovações financeiras, sempre com vistas a se contrapor, direta ou indiretamente, aos pressupostos neoclássicos (equilíbrio, decisões racionais, simetria de informação, neutralidade da moeda, etc.) e a fazer a crítica do rentismo.

Numa economia monetária, o enriquecimento privado só pode ser alcançado mediante a produção de mercadorias ou a posse de ativos novos ou já existentes, que dão direito a rendimentos sob a forma monetária. Em condições de incerteza, os possuidores de riqueza

apostam na possibilidade de as formas “particulares” de riqueza preservarem seu valor no momento crucial e inescapável da conversão para a forma “geral”, o dinheiro.

Em Keynes, como em Marx, o dinheiro não é apenas o intermediário das trocas, mas, simultaneamente, um bem público e a única forma socialmente reconhecida de enriquecimento privado. Enquanto “bem público”, o dinheiro é referência para os atos de produção e intercâmbio de mercadorias, assim como para a avaliação da riqueza e das dívidas. Por isso, o dinheiro deve estar sujeito a normas de emissão, circulação e destruição que garantam a reafirmação de sua universalidade como padrão de preços, meio de pagamento e reserva de valor.

Na órbita monetário-financeira, o desenvolvimento da economia capitalista suscitou a metamorfose do sistema de crédito: a atividade principal dos bancos aos primórdios do capitalismo, concentrou-se no financiamento da dívida pública (garantida por impostos) e do comércio a longa distância. Depois da Revolução Industrial, com a aceleração dos negócios, os bancos ingleses ampliaram as operações de desconto mercantil, ampliando sua função de sistema de crédito internacional. Nos países de industrialização retardatária, sobretudo nos Estados Unidos e Alemanha, o crédito assume a função de antecipação de capital monetário.

O processo de reprodução capitalista, em suas indissociáveis dimensões material e monetária, impôs, portanto, a consolidação do sistema bancário (inclusive o Banco Central) e sua dominância na hierarquia de poderes que comandam a concorrência entre as empresas. Nessa economia com grande concentração de capital fixo e dominância dos bancos na intermediação financeira, a dinâmica de longo prazo está fundada na busca do aumento da produtividade social do trabalho, o que, por sua vez, impulsiona a competição feroz pela inovação tecnológica incorporada nas novas gerações de insumos e equipamentos. A acumulação produtiva foi acelerada pela capacidade de os bancos adiantarem liquidez, emprestando um múltiplo dos depósitos à vista escriturados em seus registros – passivos que podem ser exigidos pelos depositantes sem pré-aviso e mobilizados por estes como meios de pagamento.

O último capítulo é dedicado ao processo mais recente de globalização, cujo “verdadeiro sentido”, segundo os autores, “é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar” (p.193), e a partir do qual as mazelas econômicas comuns na periferia assolam cada vez mais o centro. O paralelo estabelecido



entre o ambiente social e econômico contemporâneo e o período dos anos 1920 e 1930 do século passado – demonstração da potência criativa e destrutiva do capitalismo, monopolização do capital e prática de protecionismo, instabilidade das moedas e desemprego – é a chave para a compreensão dos fatores que compõem o contexto político-econômico no qual se dá a atual ascensão da extrema-direita em diversos países.

Em síntese, esses fatores representam a “fratura do arranjo geoeconômico erigido nos últimos 40 anos” (p.196). Tal arranjo foi o resultado da derrocada do fordismo, do Estado de Bem-Estar e dos Acordos de Bretton Woods nos países centrais, e da implementação do Consenso de Washington e arrefecimento das iniciativas desenvolvimentistas na maior parte dos ‘emergentes’.

Os efeitos do acirramento da concorrência entre empresas e trabalhadores são inequívocos: forma revertidas as tendências à maior igualdade observadas no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70 – tanto no interior das classes sociais, quanto entre estas. Na era do capitalismo “turbinado” e financeirizado, os frutos do crescimento concentraram-se nas mãos dos detentores de carteiras de títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza. Para os demais, perduravam a ameaça do desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas ocupações, a exclusão social.

A disseminação das formas mais agressivas de concorrência encontrou, até agora, pouca resistência em seu incessante trabalho de reduzir os “conteúdos” da vida humana à relações dominadas pela expansão do valor de troca. Mas pode se tornar intolerável para os indivíduos – ou para a maioria deles – a sensação de que o seu cotidiano e seu destino são governados pelas tropas de uma “racionalização” sufocante, destruidora do projeto de uma vida boa e decente.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global 1ª. edição – São Paulo Editora UNESP; Campinas-SP,; FACAMP, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. A escassez na abundância capitalista – São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

PAULANI, L.M. Neoliberalismo e individualismo, Economia e Sociedade, Campinas, (13): 115-127, dez, 1999.

PRADO, E. A Ortodoxia neoclássica, Estudos Avançados 15 (41), São Paulo, 2001.

SKIDELSKY, R. The monetarist fantasy is over. Progressive Economy Forum, 19-Fev-2020. <https://progressiveeconomyforum.com/blog/the-monetarist-fantasy-is-over/> Acesso em abril/2020

TRENKLE, Norbert The crisis of labor and the limits of capitalist society. Keynote lecture at the International Conference . abr 2018.